



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 44

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 17 de Junho de 1998

Presidente: *Deputado Dionísio de Sousa*

Secretário: *Deputados Guilherme Pinto e José Ramos Aguiar*

SUMÁRIO

(Os trabalhos tiveram início pelas 15.15 horas)

No **Período de Antes da Ordem do Dia** e após a leitura do expediente, apreciou-se e votou-se um **Voto de Congratulação** apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sobre a "Redução do tarifário aéreo a partir de Janeiro de 1999".

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado José Humberto Chaves (*PS*), intervieram sobre o mesmo assunto os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, iniciou-se o período destinado às **intervenções de interesse político relevante para a Região**, onde proferiram intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados Manuel Herberto Rosa (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Duarte Freitas (*PSD*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Augusto Elavai (*PS*),

António Meneses (PSD), Aurélio da Fonseca (PSD), Francisco Oliveira (PS), Manuel Brasil (PSD), José Nascimento Ávila (PS), João Cunha (PSD), Francisco Xavier (PSD), Francisco Sousa (PS), Eugénio Leal (PSD), Madruga da Costa (PSD), Manuel Serpa (PS), António Gomes (PS), Mark Marques (PSD), Aires Reis (PSD), bem como os Srs. Secretários Regionais da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*), Habitação e Equipamentos (*José Contente*), Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*) e ainda o Sr. Secretário Regional Adjunto para a Presidência (*Francisco Coelho*).

(Os trabalhos terminaram às 20.20 horas).

Presidente: Boa tarde, Srs. Deputados.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para procedermos à chamada.

(Eram 15.15 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares **Loura**

Augusto António Rua **Élavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Maria de **Fátima** R. F. Moniz **Sousa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco do Couto **Sousa**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

Manuel **Herberto** **Rosa**

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**

João Luís Sanchez dos Santos
José Humberto Medeiros Chaves
José do Nascimento Ávila
Luís Machado Resendes
Manuel Goulart Serpa
Maria da **Natividade** Medeiros da **Luz**
Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**
Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis
Alberto Romão **Madruga da Costa**
Ana Carolina Gomes da **Silva**
António Manuel da Silva **Almeida**
António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**
Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**
Duarte Nuno **Ávila** Martins de **Freitas**
Eugénio Manuel Pereira **Leal**
Francisco Xavier Araújo Rodrigues
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Joaquim Carlos Vasconcelos da **Ponte**
José Ramos Aguiar
José Francisco Salvador **Fernandes**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
José Manuel Avelar **Nunes**
José Maria Bairos
Manuel Teixeira **Brasil**
Manuel da Silva **Azevedo**
Mark Silveira **Marques**
Sidónio Manuel Moniz **Bettencourt**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

João Maria Fraga Greves

Presidente: Estão presentes 44 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a leitura da correspondência.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Da Comissão de Trabalhadores da RTP-Açores, um ofício transmitindo "a preocupação e sentir dos trabalhadores da RTP-Açores, na esperança que, com a ajuda de V. Exa., o mesmo contribua para uma melhor televisão nos Açores".

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Da Delegação de São Miguel do Sindicato dos Professores da Região Autónoma dos Açores, um telegrama em nome dos 103 delegados sindicais reunidos a 9/6/98, onde esperam que a Assembleia aprove o diploma "Organização e financiamento pré-escolar", consagrando as suas propostas e pareceres enviados ao Sr. Presidente da Assembleia.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Director do Observatório do Emprego e Formação Profissional, envio de um ofício remetendo um exemplar da publicação "Estatística de Greves 97".

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Da ACRA, um ofício remetendo um exemplar do parecer emitido pela mesma sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional "Estatuto do Serviço Regional de Saúde".

Secretário (*Guilherme Pinto*): Da Delegação da Terceira do Sindicato dos Professores da Região Autónoma dos Açores, um telegrama solicitando que a Assembleia aprove o diploma "Organização e financiamento pré-escolar", consagrando as suas propostas e pareceres enviados ao Sr. Presidente da Assembleia.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Dos Srs. Deputados Regionais Manuel Azevedo e Duarte Freitas, o seguinte requerimento:

"Considerando que o Governo deliberou em 28 de Junho de 1997, proceder no Pico:

1.1 — Ao levantamento de todas as deficiências existentes nos portos, rampas de varagem, em lotas, com vista à adopção de medidas tendentes ao melhoramento da actividade piscatória;

1.2 — À construção de casas de aprestos para os pescadores em vários portos de pesca da Ilha;

2. Considerando que estes procedimentos são vitais para a melhoria da pesca artesanal no Pico e sobretudo das condições de trabalho dos nossos pescadores.

Ao abrigo das disposições regimentais requeremos ao Governo:

— Remessa do resultado do levantamento das deficiências existentes nos portos, rampas de varagem e lotas;

— Listagem da construção de casas de aprestos nos diversos portos da Ilha.

Pico, 15 Junho de 1998.

Os Deputados Regionais: Manuel da Silva Azevedo e Duarte Nuno Ávila Martins de Freitas"

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Sr. Deputado Regional do PCP, Paulo Valadão, um requerimento do seguinte teor:

"Considerando que desde o passado dia 12 do mês corrente se verificam sérias limitações nas comunicações telefónicas com/e dentro da Ilha das Flores;

Considerando que na data de hoje não há ligações telefónicas com a freguesia de Ponta Delgada e com todas as freguesias e localidades do Concelho das Lajes;

Considerando que na actualidade não é aceitável que situações anormais nas telecomunicações perdurem por tempo tão dilatado com todos os prejuízos sociais e económicos que daí resultam.

O Deputado Regional do PCP, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, requer ao Governo Regional que este desenvolva com muita urgência, as diligências que se afigurem necessárias, junto da empresa concessionária das telecomunicações, por forma a que seja rapidamente reposta a normalidade das telecomunicações na Ilha das Flores.

O Deputado Regional: Paulo António de Freitas Valadão."

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Sr. Deputado Regional do Partido Social Democrata, José Francisco Fernandes, um requerimento que diz o seguinte:

"No passado dia 24 de Março do corrente ano, entreguei na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, um requerimento do qual ainda não obtive resposta, referente à cobertura televisiva das Flores e Corvo pelo Canal 1 da RTP e também questionava o Governo relativamente à instalação do cabo de fibra óptica nestas duas ilhas.

Entretanto, através dos Órgãos de Comunicação Social, soubemos da intenção do Governo Regional em não levar às Flores e Corvo, sob pretexto de custos elevados, tão importante e imprescindível empreendimento como é o caso do cabo de fibra óptica.

Uma vez mais ficámos indignados e não compreendemos que razões de carácter financeiro continuem a discriminar negativamente os Florentinos e Corvinos que, como todos sabem, são hoje, em termos de comunicações, a periferia da ultraperiferia da Região Autónoma dos Açores.

A confirmar tudo isto, veja-se que durante os últimos dias o Concelho das Lajes das Flores está, uma vez mais, isolado do resto da ilha e da Região, já que não existem comunicações telefónicas.

Também em Março de 1997, em requerimento, interroguei o Governo sobre os graves problemas das comunicações telefónicas que afectavam, já na altura, a Ilha das Flores, e cito: "... das recentes calamidades, a situação das comunicações telefónicas agravou-se e não mais voltaram à normalidade ..." — fim de citação.

A resposta do Governo chegou a 25 de Julho de 1997 e passo a citar " ... para além das interrupções referidas ... a "Portugal Telecom" procedeu à aquisição de um grupo gerador, em fase de testes para ocorrer a situações semelhantes na ilha ... **A sua instalação prevê-se para fins de Julho ou Agosto**" — Citei.

Conforme se pode hoje confirmar e passado quase um ano, tudo está na mesma e até podemos afirmar que no caso concreto das ligações telefónicas tudo está pior.

Pelo exposto, conclui-se que o Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista, mais uma vez, faltou à verdade e fez "tábua rasa" dos compromissos que livremente assumiu para com o povo da Ilha das Flores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, requeiro ao Governo Regional as seguintes informações:

1 - Foi ou não instalado na Fajã Grande, o gerador que o Governo disse já ter adquirido? Se foi, qual a razão das actuais anomalias telefónicas já que, na opinião do Governo Regional, o referido gerador resolveria estas situações de anormalidade?

2 - Quais as entidades públicas que financiaram a instalação do cabo de fibra óptica na Região?

3 - Se o investimento em questão não é apenas e só da responsabilidade do Governo Regional, será que este mesmo Governo ao pedir apoios financeiros, nomeadamente ao Governo da República e à União Europeia, se esqueceu que somos nove ilhas e não apenas sete como ultimamente se houve dizer na Comunicação Social, quando se fala da instalação do cabo de fibra óptica?

4 - Que o Governo Regional dos Açores, de uma vez por todas, nos esclareça das suas verdadeiras intenções, nomeadamente quanto a custos, quais as diligências efectuadas e junto de que entidades, para obter o respectivo financiamento e para quando se prevê a instalação do cabo de fibra óptica nas Ilhas das Flores e do Corvo, de forma a que as populações destas duas ilhas tenham tratamento igual aos restantes açorianos?

Horta, Sala das Sessões, 16 de Junho de 1998.

O Deputado Regional: José Francisco Fernandes"

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Sr. Deputado Regional do Partido Popular, Alvarino Pinheiro, um requerimento do seguinte teor:

"Considerando que está a trabalhar no Centro de Saúde das Flores um médico especializado em diabetologia e medicina interna que por sinal é natural da Ilha;

Considerando que o referido especialista naturalmente para ali veio com base em acordo estabelecido com o Governo Regional;

Considerando que o trabalho de um especialista num Centro de Saúde, principalmente tratando-se de uma ilha afastada, é essencial para apoio à respectiva população;

Considerando que consta que o referido especialista se prepara para regressar ao Continente, constando também que tal se deverá à eventual falta de cumprimento integral por parte do Governo do que havia sido acordado.

Requeiro ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis que me sejam prestados pelo Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Confirma-se ou não a saída do referido médico especialista do Centro de Saúde das Flores e em caso afirmativo quais as razões que motivam essa saída?
2. Quais as condições que haviam sido acordadas para a colocação no referido Centro de Saúde?
3. Como explica o Governo Regional, numa fase em que vem anunciando que pretende criar unidades de saúde de ilha com novas valências, que se perca o contributo de um especialista que se disponibilizou para trabalhar na Ilha das Flores?
4. Que alternativas dispõe o Governo Regional, em termos de saúde, para a população da Ilha das Flores, habitualmente massacrada por todo o tipo de limitações?

O Deputado Regional: Alvarino Pinheiro"

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Da Presidência do Governo, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Aires Reis, cujo assunto é "Escala no Porto da Calheta dos barcos rápidos de passageiros, no período Primavera-Verão de 1998".

"Em resposta ao Requerimento n.º 0887 do Sr. Deputado Aires António Fagundes Reis, do Partido Social Democrata, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1. Os barcos rápidos não irão operar no porto da Calheta;
2. O navio rápido "Independência" escalará o Porto das Velas dez vezes por semana e o ferry uma vez;
3. O navio "Cruzeiro das Ilhas", fará as escalas na Calheta conforme definido nos horários já homologados.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional Adjunto da Presidência: Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral."

Secretário (*Guilherme Pinto*): Da Presidência do Governo, resposta a um requerimento dos Srs. Deputados Manuel Azevedo e Duarte Freitas, sobre o "Processo de estudo e projecto do novo Porto de passageiros de São Roque e início e conclusão da gare de passageiros a instalar no porto comercial".

"Em resposta ao requerimento n.º 658 dos Srs. Deputados Manuel da Silva Azevedo e Duarte Nuno Ávila de Freitas, do Partido Social Democrata, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1. O estudo de reabilitação do molhe de São Roque do Pico e do ordenamento da sua bacia interior encontra-se em execução na Consulmar;
2. A obra de Construção da Gare Marítima foi consignada em 31 de Março de 1998 com um prazo de execução de 180 dias.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional Adjunto da Presidência: Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral."

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Da Presidência do Governo, resposta a um requerimento do Partido Social Democrata, cujo primeiro subscritor é o Sr. Deputado Victor Cruz, sobre "Relatórios de execução dos planos regionais".

"1. Nos termos da orgânica regional de planeamento, o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa Regional relatórios intercalares e anuais sobre a execução dos Planos Regionais. Porém, não está consignada a periodicidade nem são fixadas datas limite para a apresentação desses relatórios de execução.

O novo período de programação para o quadriénio 1997/2000, iniciou-se com a apresentação do Plano Regional para 1997. Este Plano Anual foi aprovado pela Assembleia Legislativa Regional, em 27 de Maio desse ano, (Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 4/97).

Durante os primeiros meses do ano, as despesas de investimento foram realizadas sob o regime duodecimal, enquadradas pela estrutura do Plano de 1996, bem diversa da apresentada neste Plano Anual.

Após a aprovação do Plano para 1997, foi necessário efectuar todo um trabalho minucioso e moroso de adaptação, quer dos sistemas informáticos da contabilidade pública e tesouraria, quer de ajustamentos ao nível mais específico de folhas de processamento de despesas de áreas da governação, que passaram para tutelas diferentes das anteriores, no quadro da nova orgânica do Governo Regional.

Face às limitações e constrangimentos existentes durante a execução do Plano para 1997, foi difícil estabilizar ao nível de relatório de execução intercalar (trimestral e

semestral), o novo quadro de produção destes documentos, sendo, no entanto, possível apresentar os Relatórios de Execução Financeira dos 1.º, 2.º e 3.º trimestres que se juntam em anexo.

Entretanto, está já em elaboração o Relatório de Execução Anual do Plano de 1997, prevendo-se a sua conclusão ainda no corrente mês de Maio.

2. O Relatório de Execução do primeiro trimestre de 1998 incluirá informação sobre a execução financeira deste Plano Anual, sendo apresentado em Junho do corrente ano.

3. Para o Plano de 1998 e seguintes está prevista a realização de 2 relatórios com informação financeira, relativa à execução no primeiro e terceiro trimestres e dois relatórios com informação financeira e material, reportados, respectivamente, ao semestre e ao fim do ano.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional Adjunto da Presidência: Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral."

(Em anexo encontra-se o mapa respeitante às Despesas do Plano, no que diz respeito aos pagamentos autorizados até 31/03/97)

Secretário (*Guilherme Pinto*): Deu entrada na Mesa um requerimento acompanhado de um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre "Pronúncia por iniciativa própria perante a Assembleia da República, sobre as Propostas de Lei de Finanças Locais", apresentado pelo Partido Social Democrata.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Gabinete do Ministro da República, audição dos órgãos de Governo Próprio, pedido de parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que "altera o Decreto-Lei n.º 60/93, de 3 de Março, que estabelece as condições de entrada e permanência em território português de nacionais de Estados-Membros da União Europeia e seus familiares."

Baixou à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Gabinete do Ministro da República, audição dos órgãos de Governo Próprio, pedido de parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que "Regulamenta a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território Nacional."

Baixou à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, um ofício remetendo o Projecto de Lei n.º 528/VII, "Cria as bases do sistema nacional de Segurança Social" com pedido de parecer urgente.

Baixou à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, um ofício remetendo cópia das alterações aos artigos 68.º alínea f) e 70.º, n.º 2 do Projecto de Lei n.º 528/VII, com pedido de parecer urgente.

Baixou à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Presidente: Srs. Deputados, antes de prosseguirmos com os nossos trabalhos, uma vez terminada a leitura da correspondência, queria chamar a vossa atenção para um facto que, de certo, não passou despercebido, ou seja, a presença — no local destinado ao público — de um grupo de jovens acompanhados por 2 adultos.

Esses jovens, são cerca de 20 alunos do 5.º ano de escolaridade da Escola EB2-3 do Nordeste.

Sublinhe-se o facto de virem de outra ilha, o que acho especialmente significativo e gostaria de chamar a atenção do plenário para essa situação.

(Aplausos da Câmara)

Sublinhe-se ainda que não se serviram do pretexto de se deslocarem a esta Assembleia para pedir qualquer apoio à Presidência da Mesa, o que também é significativo.

(Risos da Câmara)

Vamos continuar com os nossos trabalhos com um **Voto de Congratulação**, apresentado pelo PS, sobre a "**Redução do tarifário aéreo a partir de Janeiro de 1999**".

Para apresentar o respectivo voto tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Governo Regional dos Açores conseguiu obter junto do Governo da República o compromisso de uma redução significativa no tarifário aéreo na rota Lisboa-Açores-Lisboa, que vem possibilitar aos açorianos de todas as ilhas usufruírem das mesmas tarifas, independentemente da ilha onde residam.

A redução de 43.200\$00 para 32.000\$00 para os residentes e de 49.000\$00 para 37.980\$00 para os não residentes, vem criar condições para que todos os açorianos tenham uma maior facilidade em se deslocarem ao Continente Português e vem oferecer novos incentivos para que muitos mais turistas nos visitem.

O Governo Regional dos Açores ao conseguir um dos seus objectivos referidos no Programa do Governo aprovado nesta Câmara, está a honrar os compromissos que assumiu. No documento referido anteriormente e no sector referente à *Política do Turismo*, no parágrafo 9.º, o executivo garantia que — e cito — “Incentivo à prática de preços mais competitivos por parte das transportadoras aéreas, nomeadamente à redução e diferenciação das tarifas aéreas...”. Foi precisamente isto que se concretizou com o acordo alcançado e que terá efeitos a partir do próximo mês de Janeiro de 1999.

Este é, sem dúvida, um marco histórico no tarifário aéreo praticado para a Região e constitui uma vitória do Povo Açoriano.

Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reunida em plenário no dia 17 de Junho de 1998, congratula-se pelo

facto de o Executivo Açoriano ter conseguido uma redução significativa nos custos do tarifário aéreo, o que irá permitir uma maior mobilidade a todos os açorianos e uma mais fácil acessibilidade para quem nos queira visitar, incentivando desta forma a vinda de um maior número de turistas que certamente irão dinamizar ainda mais a economia das nossas ilhas.

Disse.

Presidente: Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular vai subscrever este Voto de Congratulação.

Estamos conscientes de que a concretização desta redução no transporte aéreo de passageiros para o território nacional — o Continente — deve constituir, talvez em termos económicos e sociais, uma das principais conquistas da Região Autónoma dos Açores com impactos diversos e, desde logo, o primeiro, com impacto nos direitos, liberdades e garantias dos próprios cidadãos.

Neste momento, queremos referir que a redução de 43.200\$00 para 32.000\$00 é uma redução efectiva, significativa, não é apenas simbólica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta vitória, como é aqui referida, do Povo dos Açores, concretizada através do Governo Regional e consagrada no Programa do Governo aprovado por esta Assembleia, terá que ter necessariamente implicações internas, imediatas e coerentes, porque a partir do momento em que se anuncia 32.000\$00 como preço para residentes, entre os Açores e Lisboa, leva-nos a perguntar como é que se pode aceitar que uma ida às Flores, neste momento, custe mais do que uma ida a Lisboa, isto sob o ponto de vista de preços anunciados, uma vez que isto não é preço praticado?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este Voto de Congratulação se fosse feito pelo PP, envolvia já uma recomendação e se o PS quiser cair nesse discernimento, ainda pode fazê-lo, ou seja, recomendaríamos, antes disto, a adaptação das tarifas do transporte aéreo na Região,

por forma a que não se caia no ridículo de se começar a vender passagens por 32.000\$00 para Lisboa e nos Açores se continue a pagar mais do que essa quantia para viajar internamente.

Muitos de nós, recentemente vindos de um arquipélago irmão e amigo, ou seja, das Canárias, constatámos que em média os preços do transporte aéreo no interior do Arquipélago das Canárias é cerca de 50% do que se pratica nos Açores.

Para idêntico tempo de viagem — pode ser um critério ligeiro, mas é um critério de apreciação — em 30 minutos de voo, o preço é rigorosamente metade do preço médio nos Açores entre a Terceira, Faial e São Miguel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Essa matéria também nos faz lembrar a necessidade de se concretizar rapidamente outros objectivos do Programa do Governo Regional que têm a ver com essa área dos transportes.

Um eu já referi, ou seja, o preço dos transportes internos, e o outro refere-se à frequência dos transportes para o Grupo Ocidental da Região Autónoma dos Açores. Isto é uma matéria consagrada no Programa do Governo, e, convenhamos, é uma matéria muito mais simples do que esta.

Nós entendemos que, pelo facto de ter alcançado essa prioridade, o Governo Regional certamente ficará mais liberto para resolver os seus problemas domésticos, porque esses outros que estão no Programa do Governo relacionados com o transporte aéreo, dependem exclusivamente dos centros de decisão regionais. Logo, podem ser resolvidos rapidamente por este Governo, sem qualquer justificação e delongas.

Finalmente, gostaria de referir — e não quero ser injusto — que essa conquista peca um bocadinho por estar dilatada no tempo.

Anunciar aos açorianos a boa nova e aos portugueses em geral, nomeadamente ao sector turístico, que as passagens para os Açores têm uma quebra que julgo que vai dos 25 aos 30%, ou coisa do género, se me permitem, em teoria económica, pode haver aqui algum erro.

Quem destinou vir passar férias de Verão aos Açores, se for uma pessoa económica, se for uma pessoa rigorosa, vai ponderar com a família se não valerá a pena vir para

o próximo ano, porque se fizer bem as contas, no espaço de 5 ou 6 meses vai ter uma redução de cerca de 30% ou mais, porque entretanto a SATA vai baixar. Portanto, o pacote que ele vai comprar hoje por 50, 60 ou 70 contos, daqui a seis meses vai custar-lhe metade.

Sob o ponto de vista da política económica, anunciar isso com 6 ou 7 meses de antecedência, de facto, por um lado é um "rebuçado", mas por outro ficamos aqui com uma "amêndoa amarga" durante 7 meses.

Com que estado de espírito é que se vai comprar passagens para Lisboa até 1 de Janeiro de 1999? É um martírio!

Repito: eu não quero ser injusto. Eu compreendo a ânsia do Governo em nos dar a notícia, porque as boas notícias dão-se depressa, mas não deixa de ficar aqui em aberto um interregno demasiado no que se prende com a vigência dos actuais tarifários.

Os operadores turísticos, os visitantes, os residentes em geral, vão ter 6 meses de alguma perturbação psicológica, porque estão comprando um produto que já sabem que vai baixar substancialmente de preço — permitam-me esta sinceridade.

Presidente: Sr. Deputado, está no fim do seu tempo.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Este é um dos aspectos menos positivos que estão inerentes a essa boa nova.

Portanto, o Partido Popular subscreve e congratula-se com o facto de se ter cumprido mais um ponto importante do Programa do Governo e um ponto que vai ter grande impacto na nossa qualidade de vida.

Presidente: Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD também vai votar favoravelmente este Voto de Congratulação, porque entende que é bom para os açorianos e é bom para o PSD.

Trata-se de um acto de justiça há muito ansiado e reclamado pelos açorianos.

A redução das tarifas aéreas nos termos em que aqui está prevista, é fundamental para os Açores que devem ser entendidos no contexto europeu e nacional próprio

dos tempos que correm para a convergência de custos como uma ajuda do Estado à coesão interna do País.

Naturalmente, que era este o percurso inevitável a fazer-se, ou seja, uma aproximação de custos, no plano nacional.

Congratulamo-nos que isto possa ser feito nos termos em que está a ser realizado e por isso o PSD vota a favor.

Todavia, ainda nos transportes há muito a fazer para os Açores e para os açorianos.

Esperemos que com esta referência, com este alcance, com este acto de justiça agora feito, possam haver reflectos também na SATA.

É preciso que inter-ilhas os custos dos transportes aéreos possam compatibilizar-se com esta redução prevista para a TAP.

Esperemos que esta novidade se propague por toda a política de transportes e por toda a necessidade de que é preciso aplicar à redução das tarifas na mobilidade dos Açores e espero que isto contribua muito para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: O Sr. Secretário pediu a palavra, mas por impedimento regimental eu não posso conceder-lha.

Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Congratulação apresentado pelo Partido Socialista, façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Não havendo declarações de voto, vamos passar ao 3.º ponto do Período de Antes da Ordem do Dia, destinado às **intervenções de interesse político relevante para a Região.**

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fundamentando-se em estudos do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, que concluía pelo bom estado dos povoamentos de moluscos univalves, em todas as ilhas e ilhéus dos Açores, o Governo Regional fez publicar, em Julho de 1993, um regulamento da apanha de lapas, quer para fins

comerciais, quer para consumo próprio, pondo fim a quatro anos de interdição, decretada na sequência do decréscimo acentuado das populações daqueles moluscos, devido a causas de origem ecológica e relacionadas com a exploração intensiva exercida sobre os mesmos.

Nos termos do referido regulamento, são criadas em todas as ilhas, zonas de reserva integral, onde fica permanentemente vedada a apanha de lapas e é fixado um período de defeso que proíbe a apanha nos meses de Outubro a Maio, sendo também estabelecidos tamanhos mínimos de captura, consoante as espécies.

O diploma prevê também a punição das contra-ordenações com coimas que poderão atingir os mil contos e atribui as competências de fiscalização à autoridade marítima, à Guarda Fiscal e aos Serviços de Inspeção Económica da Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, aquela que é hoje a Secretaria Regional da Economia.

Cinco anos volvidos, o balanço possível da aplicação da referida legislação, designadamente no que concerne à Ilha das Flores, permite constatar do seu geral incumprimento e pela total ausência de fiscalização, sendo pertinente questionar da sua utilidade face aos objectivos de garantir a conservação e gestão das populações de lapas, por forma a evitar futuras rupturas nos respectivos stocks.

Não são respeitadas as zonas de reserva integral, designadamente a que vai da Ponta Ruiva até Santa Cruz, onde durante os meses de Verão é frequente encontrar diversas traineiras procedendo à apanha, à vista de todos e em total impunidade.

Traineiras que, aliás, nos últimos anos têm aparecido nas Flores em número crescente, talvez em consequência da diminuição de captura do atum, e que por vezes parecem dedicar-se mais à apanha de lapas do que à captura de tunídeos.

Também não é respeitado o período de defeso, o que aliás nem é exclusivo das Flores, como ainda em Maio último pudemos constatar na Ilha de São Miguel, durante as Festas do Senhor Santo Cristo, onde pudemos assistir à venda ambulante e até um restaurante não se inibiu, apesar da proibição, de publicitar na imprensa a sua famosa lapa grelhada.

E não temos notícia de ter havido qualquer intervenção por parte das autoridades, nomeadamente dos Serviços de Inspeção Económica.

E nem sequer são respeitados os tamanhos mínimos, nomeadamente no caso da espécie vulgarmente conhecida por "lapa brava", "lapa de fundo" ou "lapa de mergulho".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta matéria, devemos ter em conta dois princípios que nos parecem fundamentais.

Em primeiro lugar, vivendo nós num Estado de Direito, só se devem fazer leis que se pretendam ver cumpridas e, em segundo, se queremos fazer cumprir a lei, temos forçosamente que dotar os serviços de fiscalização com os meios humanos e materiais necessários ao cabal desempenho da sua missão.

E temos de convir que neste caso acaba por não acontecer nem uma coisa nem outra, como aliás acontece com a legislação que regula a caça submarina e a captura de crustáceos e isto apesar do Plano da Região para 1998 incluir uma dotação de cem mil contos destinados a acções de fiscalização e inspecção, por forma a garantir as condições necessárias à adequada gestão dos recursos através da fiscalização da Zona Económica Exclusiva, monitorização da frota regional e inspecção das artes utilizadas, das capturas (tamanhos mínimos) e das condições em que ocorrem as descargas, as vendas, a transformação e comercialização.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para defender o direito, constitucionalmente consagrado, de todos podermos disfrutar de um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, incumbe ao Estado promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações.

Entendemos, por isso, ser imperativo que o Governo Regional proceda com urgência, através dos departamentos e serviços competentes, aos estudos que permitam avaliar a evolução dos stocks de lapas e eventualmente de outras espécies, por forma a poderem ser tomadas as medidas que se venham a mostrar adequadas, passem elas por alterações legislativas ou pelo reforço da fiscalização.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Herberto Rosa:

Eu julgo que a primeira questão que aqui colocou é de grande pertinência e sobre a mesma gostaria, uma vez que temos presente o Sr. Secretário Regional da Tutela, que o mesmo se pronunciasse.

Os Srs. Deputados sabem o que eu penso sobre este período de trabalho da Assembleia Legislativa Regional e o papel do Governo no mesmo.

Quando as questões são colocadas, são postas aqui e são feitas propostas concretas, sempre que possível, julgo que é útil para o funcionamento da Assembleia e para o esforço que os Deputados fazem ao trazer aqui as questões, que os Srs. Membros do Governo possam dar um pouco eco daquilo que aqui é dito, mais que não seja dizer que se vai estudar o assunto, que concorda ou não concorda, sem prejuízo de se acreditar que estão a fazer bom registo daquilo que aqui é dito.

No entanto, eu julgo que isto é um Parlamento e como tal, se possível ou sempre que possível, carece de diálogo e sobretudo que as pessoas saiam daqui com mais informação do que aquela que quando entraram.

Este é um apelo que faço novamente, ou seja, que os Srs. Membros do Governo, sempre que possam, esforcem-se por dar conta da sua opinião sobre aquilo que aqui é dito.

Eu estranho que o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa tenha ficado surpreendido por ter visto na ementa de um restaurante, algures em São Miguel, lapas grelhadas.

Sr. Deputado:

V. Exa. deve ser de muito mau gosto!

Eu ontem comi lapas grelhadas e por todo a nossa Região, a principal entrada dos nossos bons restaurantes são lapas grelhadas, porque os cavacos grelhados são caríssimos!

(Risos da Câmara)

As lagostas grelhadas, julgo que estão difíceis e a lapinha grelhada continua a ser a entradinha do pobre, do turista e de quem tem boa boca.

A questão que coloca é tão pertinente que constata-se genericamente na Região.

Por outro lado, eu próprio tive acesso a opiniões de profissionais de apanha de lapas, uns obviamente mais conscientes que outros, que como na vida e em todos os sectores, discordam totalmente e nalguns casos comprovam, com as bases que suportam a actual legislação regional no que se refere a essa matéria, nomeadamente comprovam com aspectos simples como a renovação dos stocks se faz em semanas.

Eles sabem, eles conhecem as pedras. Eles apanham as lapas e três semanas depois vão lá e elas estão lindas para grelhar e para comer frescas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que não se entusiasme muito com as lapas, porque está no fim do seu tempo.

O Orador: Eu apenas peço que nos digam alguma coisa, se estão ou não preocupados com isto e gostaria de perguntar se a sua Secretaria tem ou não consciência de que é urgente sentar à mesa os cientistas, que está muito na moda, e os profissionais — provavelmente algum cientista nunca comeu lapas e nunca mergulhou — porque há profissionais que vivem daquilo e têm teses que põem em causa tudo o que está determinado.

Este é um apelo que deixo, ou seja, que se abra esse dossier, na sequência da intervenção do Sr. Deputado do PS.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Congratulo-me, obviamente, por considerar que esta questão é pertinente, porque o que eu menos gostaria era de trazer para aqui questões que fossem impertinentes, ou menos pertinentes.

Penso que este, como disse e muito bem e subscrevo inteiramente, é um período destinado a tratar daquilo que se determina por assuntos de interesse político

relevante e este, na minha opinião, é um assunto não só político, mas também saborosamente relevante.

Relativamente a uma das suas últimas afirmações que penso que merece algum esclarecimento da minha parte e que tem a ver com o facto de eu me ter admirado por haver lapas nos restaurantes, na minha opinião, deve haver, até mesmo porque a comercialização é permitida durante determinadas regras.

Porém, em Maio, estamos em período de defeso e estamos num período de defeso que vem desde Outubro.

Eu tenho sérias dúvidas de que essas lapas que são servidas em restaurantes em meados de Maio, sejam congeladas ou conservadas de alguma outra forma e tenho mais dúvidas, para não dizer que tenho a certeza, quando entretanto na rua se vêem os cestinhos.

Eu sei que aquilo foi um aparte.

É óptimo que elas existam e eu não estou aqui a dizer que se deve impedir a apanha de lapas. No entanto, eu acho que é imoral exigir que um cidadão que goste de lapas e que tem uma família composta por meia dúzia de pessoas, só possa apanhar um pratinho de lapas ao sábado, ao domingo e aos feriados.

Moral da história: ele tem que levar a rapaziada toda e cada um traz o seu saquinho com um quilo de lapas, ou então, vai sozinho e traz um quilo para a família toda, enquanto que, em contrapartida, a apanha industrial é feita de forma totalmente incontrolada, quando estão aqui em causa mais valias, como seja, o preço. Eu sei a que preço é que as lapas são vendidas nas Flores, mas também sei qual o preço que elas são vendidas em São Miguel, por exemplo.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente... (e lapas!).

(Risos da Câmara)

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Muito obrigado Sr. Presidente, por mais este alargamento de competências que me é concedido nesta Assembleia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado Herberto Rosa e tomei a devida nota no que respeita às recomendações feitas, nomeadamente à necessidade de realização ou actualização dos estudos feitos pelo Departamento de Oceanografia e Pescas. Penso que é uma sugestão válida e aqui é tomada a devida nota.

No que respeita às outras considerações, nomeadamente em relação à fiscalização, na minha opinião, a intervenção do Sr. Deputado foi muito clara. Há órgãos com competência de legislação, há órgãos com meios para legislar e o Governo Regional não tem, nem virá a ter, legislação para apresentar.

A única vez que trouxe a esta Assembleia uma proposta para reforçar os meios, ela foi "chumbada" nesta Casa.

Portanto, dentro das seis milhas, se as capitánias não têm meios, não é por omissão deste Governo Regional.

É só isto que tenho a dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Ainda para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não quero nem posso envolver-me nisso, mas julgo que, simpaticamente, o Sr. Secretário deixou no ar a ideia de que se em relação às lapas as coisas estão a correr mal, a culpa é nossa, porque o Governo Regional, por si, iria ter os meios, ou seja, as tais lanchas rápidas.

Ia-se montar uma frota para andar atrás de seis lapeiros, Sr. Secretário?!

(Risos da Câmara)

Presidente: Vamos prosseguir os nossos trabalhos com as intervenções previstas para o Período de Antes da Ordem do Dia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Várias actividades têm vindo a ser desenvolvidas nos últimos anos por entidades como Juntas de Freguesias e Câmaras Municipais, inseridas nos programas de Ocupação de Tempos Livres dos Jovens.

Estes Programas são muitas vezes a primeira experiência laboral para jovens que (tal como eu próprio no início dos anos oitenta) procuram uma ocupação sadia e útil e uma experiência de vida que melhor os prepare para o seu futuro como trabalhadores.

As entidades que apresentam projectos para ocupação destes jovens, têm sentido também grandes benefícios ao integrarem-nos em tarefas que, muitas vezes, são importantes para o bom funcionamento dos serviços, numa altura de férias de pessoal e em acções de índole ambiental ou turística que, com efectivos próprios não seria possível levar a cabo.

Foi, pois, um programa em boa hora implantado na Região, cujos aperfeiçoamentos, como o do Voluntariado para a Solidariedade, podem melhorar o resultado global, quer seja para os jovens participantes, quer seja para as entidades e sociedade em geral.

Porém, para a eficácia do Programa, é importante que os jovens sejam alertados, sensibilizados e motivados atempadamente e bem assim, que as entidades que apresentam projectos tenham, em devido tempo, conhecimento do Regulamento e das características específicas do Programa de Ocupação de Tempos Livres dos Jovens do respectivo ano.

Ora, como podem as entidades preparar-se convenientemente, em termos de elaboração de projectos, se lhes é dado conhecimento da existência do Programa e lhes são remetidas as respectivas fichas de inscrição, por ofícios no início de Junho deste ano e que chegam aos destinatários (no caso do Sub-programa Ocupação em Férias) quase na data limite para entrada dos projectos na Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação?

Por outro lado, como poderá este Programa funcionar correctamente em 1998 se o seu Regulamento tem data (Jornal Oficial) de 4 de Junho e o seu artigo 23.º prevê que os jovens se inscrevam de 19 de Maio a 9 de Junho?

Paralelamente, 9 de Junho é também a data limite para as entidades candidatas ao Sub-programa Ocupação em Férias apresentarem na Direcção Regional os seus projectos!

Deste modo, as entidades, os jovens interessados e as comunidades em geral poderão ficar altamente prejudicadas pela forma como a situação foi conduzida pelo Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Num processo que enquadra, por um lado, novas exigências de modernidade e, por outro, a paulatina satisfação de necessidades estruturais, vivemos, nos últimos 20 anos, a vários níveis e em diversas áreas, a construção de uma nova Região.

No entanto, as necessidades sentidas há 10 anos não são as mesmas de agora, porque nos situamos num novo patamar de desenvolvimento, em que muitas infraestruturas já vêm cumprindo os objectivos para que foram criadas e, porque após cada patamar de desenvolvimento consolidado, projectamos novos desafios, numa sociedade que se quer em permanente progresso.

Este Governo — qualquer Governo — tem de concluir o que lhe é legado, mas tem também de saber responder aos desígnios de uma sociedade em busca da tal «convergência», cujos contornos nos entram agora pela casa dentro, deixando-nos com o espírito e a vontade reforçada para a sua prossecução.

Num momento em que se começa a discutir um Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, é preciso que a Região se prepare para aproveitar os Fundos da Europa, cujo enquadramento e garantia o Tratado da Unido veio clarificar.

Segundo se percebe das declarações do Sr. Secretários Dr. Roberto Amaral, um eventual PEDRAA III, será um dos principais instrumentos de financiamento dentro de um novo Q.C.A., e no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional para 2000-2006.

Segundo o mesmo Secretário, perspectiva-se para a Região um montante igual ou superior ao do Q.C.A. II.

Sendo assim, a nível de um novo PEDRAA, deverão as Autarquias açorianas poder contar, pelo menos, com verbas idênticas às dos últimos anos.

Neste momento, as Câmaras Municipais, preparam, a pedido do D.R.E.P.A. e da D.R.O.A.P., documentos de projecção de intenções de investimento, tendo em vista o período 2000-2006.

Tal trabalho de planeamento só terá sentido, num cenário de PEDRAA III, se as Autarquias tiverem possibilidade de conseguirem o auto-financiamento imprescindível para montarem as operações financeiras que viabilizem o acesso aos Fundos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde logo, quando falamos de Saneamento Financeiro das Câmaras Municipais, fica claro que os pressupostos que levaram, em sede de Lei de Finanças Regionais, ao desendividamento das Contas Regionais, poderão facilmente ser extrapolados para as Autarquias que sofrem dos mesmos problemas de dupla insularidade, de sobrecustos de investimento e de grandes restrições na obtenção de receitas próprias. Numa segunda linha, embora não devemos comparar cenários distintos, não deixa de ser estranho para o cidadão comum que, tendo as Contas da Região Autónoma da Madeira ficado em situação menos favorável que as dos Açores, na sequência do saneamento feito pelo Estado, nessa Região o Governo se tenha predisposto a ser igualmente solidário e justo com as Câmaras Municipais e, nos Açores, tenhamos vindo a assistir a um jogo do «gato e do rato» em que o Governo, sabendo não ter por onde fugir, vai adiando a resolução do problema, como quem se diverte cinicamente, contornando o incontornável.

A fundamentação de técnica jurídica não tem sustentação, porquanto a decisão inevitável é política, obrigando, isso sim, à identificação pura e simples do melhor enquadramento legal.

Justificar com alegadas injustiças, produto de melhores ou piores exercícios de gestão municipal, não faz sentido, pois a verdadeira injustiça para os autarcas, futuros autarcas e, especialmente, para os munícipes/cidadãos será a impossibilidade de acesso a Fundos Comunitários, condicionando em absoluto a melhoria das

condições de vida e o bem estar das nossas populações, que tanto esperam das suas Câmaras Municipais.

Por vezes, parece que o Governo se diverte com estas «manobras» no campo autárquico, testando até onde vai a paciência....

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Até onde vai a demagogia!

O Orador: ...dos Presidentes de Câmara e analisando até que ponto o executivo tem capacidade para condicionar a sua capacidade de reivindicação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há argumentação para que não chegue às Câmaras Municipais a sua quota parte do reforço dos Fundos Comunitários.

Não há também argumentação para a falta de resposta a ofícios com cerca de um ano de certas autarquias, enquanto que, simultaneamente, se concedem benefícios extraordinários e se isenta de plafond outras com investimentos da mesma índole.

Não há ainda argumentação, sendo a da mistificação política...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Olhe para as calamidades, Sr. Deputado!

O Orador: ...para a publicitação nos Órgãos de Comunicação Social das transferências das verbas do F.E.F. para as autarquias, como se esses montantes fossem dados pelo Governo Regional e as Câmaras Municipais possuíssem agora dinheiro como nunca.

Não há, finalmente, argumentação para empurrar a solução do Saneamento Financeiro para a nova Lei das Finanças Locais, se se quiser, de facto, obter outras justas discriminações positivas em sede desta Lei.

Assim, exige-se deste Governo, na pessoa do seu Presidente, que termine os seus jogos políticos com os autarcas — que até deixam os do seu próprio partido embaraçados — e **cumpra com o insto e imperativo Saneamento Financeiro, encontrando fórmulas legais' numa base que viabilize, ao menos, a capacidade de cada Câmara Municipal açoriana aceder ao total do seu plafond no cenário de um novo Q.C.A. e de um PEDRAA III com bolo idêntico ao actual.**

Tenho dito.

(Aplausos da bancada do PSD)

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Muito mal!

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas:

O reforço da cooperação financeira com as autarquias é efectivamente uma preocupação deste Governo e temos estudado conjuntamente com as mesmas as melhores formas de conseguir isso. Não excluimos nenhuma.

Neste momento, como se sabe — creio que esta Assembleia terá oportunidade de se pronunciar sobre isto — foi recentemente aprovada, na generalidade, na Assembleia da República, uma proposta do Governo sobre a Lei de Finanças Locais. É um instrumento extremamente importante.

A história recente ensina-nos que em regra é um instrumento — pelo menos os últimos tempos — que tem uma duração de 10 anos. Portanto, é um instrumento a médio prazo.

O Governo Regional tem tido oportunidade de acompanhar e estudar a evolução dessa Proposta de Lei e as suas consequências para os Açores.

Recentemente, o Sr. Presidente do Governo Regional, teve oportunidade de se pronunciar, no sentido de que entende que devem ser feitas correcções à mesma no sentido de beneficiar as autarquias locais nos Açores, aliás, em coerência com o que aconteceu no Tratado de Amesterdão e até mesmo em coerência com o que aconteceu na própria Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Portanto, o Governo Regional entende que devem ser introduzidos critérios de correcção, para que de algum modo compensem a dupla insularidade e a ultraperifricidade que, obviamente, as autarquias dos Açores sentem de um modo muito especial.

A esse nível, também devo dizer-lhe que tive oportunidade, logo que recebi — e foi no próprio dia em que foi entregue à Associação Nacional dos Municípios Portugueses — a Proposta de Lei das Finanças Locais, de enviá-la ao Sr. Presidente

da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores para que desse parecer.

Também temos acompanhado o parecer, que é extremamente favorável, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que contempla expressamente a necessidade de introdução desses factores de dupla insularidade.

Temos feito alguma pressão e alguns contactos na Assembleia da República onde, na especialidade, poderão ser introduzidas essas alterações, que irão certamente favorecer no futuro, com critérios objectivos, as autarquias dos Açores.

Relativamente a um outro tipo de problemas reivindicados, nomeadamente aquele a que se referiu e que tem a ver com o eventual pagamento das dívidas das autarquias locais, o Governo Regional, em princípio, vê alguns obstáculos e tem algumas reservas quanto a isso, mas sempre disse que não está fechado a discutir esse assunto.

Recentemente, o Sr. Presidente do Governo Regional e eu próprio, tivemos uma reunião com a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, onde foi constituído um grupo de trabalho que vai analisar essa matéria e as eventuais possibilidades de encontrar uma solução satisfatória, se for necessário, para a mesma.

De resto, em termos de PEDRAA, gostava de dizer-lhe que desde que o programa começou e relativamente ao que estava previsto, já foram aumentados, naquilo que se destinava às câmaras, mais de 10 milhões de contos.

Também gostava de lhe dizer que é claro que as exigências são grandes e as câmaras deram um grande salto nesta matéria, mas neste momento e em termos de investimento, em cooperação com a União Europeia, parece-me que o quadro não é muito mau.

Presidente: Agradecia que procurasse terminar, porque o seu tempo esgotou.

O Orador: Os investimentos são financiados a 85% pela União Europeia e o Governo Regional tem vindo a pagar 70% dos juros dos eventuais empréstimos que as câmaras contraem para o pagamento desses 15%.

Para concluir, o Governo Regional, em princípio está de acordo que é necessário, dentro das possibilidades e de acordo com a Lei, reforçar o apoio e a cooperação técnico-financeira com as autarquias.

Estamos atentos a todas as frentes e vamos fazê-lo certamente.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um esclarecimento acerca deste factor de reservas que o Governo tem em relação aos apoios às autarquias e ao saneamento financeiro reivindicado pelos autarcas da Região.

Eu gostava que o Sr. Secretário concretizasse este assunto, porque uma questão é com certeza a Lei de Finanças Regionais poder diferenciar as autarquias dos Açores, ao contrário do projecto do Governo que parece penalizar. Vamos ver que alterações serão possíveis introduzir para corrigir esse projecto prejudicial para as autarquias dos Açores que o Governo da República apresentou.

Em seguida, há a cooperação que sempre foi feita do Governo em relação às autarquias, quanto ao pagamento de juros das dívidas destas para participação dos investimentos integrados no Quadro Comunitário de Apoio e do PEDRAA.

No entanto, há outro factor fundamental que agora se tornou mais premente, aliás, na sequência do perdão das dívidas que o Governo Regional e a Região tiveram com a assunção desta parte da dívida pelo Governo da República.

É possível ou não e que reservas concretas tem, de ordem jurídica ou outra, o Governo Regional para não ir ao encontro desta solução?

O que está em causa é limitar a capacidade de endividamento, ou melhor, facilitar a capacidade de endividamento das autarquias para mais investimentos participados pela União Europeia.

É isto que está em causa e é preciso que se concretize as reservas e as dificuldades que estão em causa.

Gostaria que o Sr. Secretário Regional esclarecesse esta Assembleia sobre as reservas concretas que o Governo tem nesta matéria.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Conforme disse, a questão está em aberto e o Governo Regional não tem uma posição definitiva nesta matéria, daí ter sido constituído um grupo de trabalho.

De qualquer modo, e ao contrário do que parece resultar da sua argumentação, há efectivamente algumas diferenças entre esta matéria e por exemplo a questão das Regiões Autónomas.

Como o Sr. Deputado muito bem sabe, Leis de Finanças Locais, neste País, sempre existiram.

O Portugal democrático tem uma desde 1977, ou seja, o financiamento das autarquias locais está regulamentado com critérios objectivos, desde o início do Portugal democrático, pelo menos.

Como V. Exa. sabe também, não era isso que acontecia, antes pelo contrário, no relacionamento financeiro entre a República e as Regiões Autónoma até ao início deste ano.

Portanto, há aqui uma diferença de monta.

A existência de critérios, porque fixados previamente como devem ser, todas as partes conhecem e sabem o que é que podem fazer e a não existência desses critérios e o financiamento está pendente de negociações mais ou menos políticas e de negociações casuísticas.

De resto, se tal como disse, a principal preocupação é que as câmaras possam eventualmente aumentar o seu limite de endividamento para que possam assim beneficiar ainda de forma melhor dos fundos comunitários, eu posso dizer-lhe que isto tecnicamente pode ser resolvido de várias maneiras.

Por exemplo, a actual Proposta de Lei das Finanças Locais, não sei se bem se mal, resolve este problema de uma outra maneira, ou seja, considera que, pura e simplesmente, os empréstimos feitos para investimento ao abrigo dos fundos comunitários, não constam para o limite do endividamento.

Portanto, há várias soluções e nós estamos abertos a estudá-las, estamos abertos ao diálogo. É o que temos feito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Os esclarecimentos estão dados. Não esgotaram designadamente a concretização das reservas no que se refere à dúvida concreta que lhe põem sobre a possibilidade do saneamento financeiro, por via da solução de dívidas que neste momento as autarquias têm.

Um dos factores é possibilitar maior capacidade de endividamento, mas a verdade é que mesmo que não esteja nos limites a capacidade de endividamento para investimentos de comparticipação da União Europeia — não esteja em causa para os limites de endividamento — o certo é que a gestão das autarquias tem que ser feita com capacidade de pagamento do serviço da dívida.

Portanto, mesmo que não haja os limites legais da capacidade de endividamento formal, é preciso ter dinheiro depois para cumprir o serviço da dívida e com algum endividamento que as autarquias têm, como aliás tinha a Região Autónoma dos Açores, é preciso efectivamente sanear.

Por outro lado, a verdade é que o Governo da Região Autónoma da Madeira, já resolveu parte desta situação com as autarquias daquela ilha. Isto quer dizer que mesmo que as situações possam não ser totalmente idênticas, o que é preciso é que fiquem concretizadas as dúvidas e as dificuldades para usar este instrumento e colaborar com as autarquias para o maior desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores e melhor aproveitamento da comparticipação dos fundos comunitários.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como houve alguma perturbação quando eu referi o parágrafo "não há argumentação para a falta de resposta a ofícios com cerca de um ano de certas autarquias, enquanto que simultaneamente se concedem benefícios extraordinários e se isenta de plafond outras com investimentos da mesma índole", eu vou provar tudo isto.

Há um ofício da Câmara Municipal de São Roque do Pico para o Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, datado de 12 de Agosto de 1997, e que diz o seguinte:

"Como é do conhecimento de V. Exa. o equipamento pertencente a esta autarquia, piscina do Cais do Pico, ficou fortemente destruído pelos temporais de Dezembro p.p..

Após o levantamento da situação executada pela Delegação de Ilha das Obras Públicas, foi-nos informado pelo Sr. Deputado Rui Pedro Ávila que estava registada a destruição daquele equipamento ficando a aguardar uma resposta por parte do Governo, o que nunca aconteceu.

Depois de várias vezes questionados alguns Secretários, foi-nos informado pelo Director Regional do DREPA que se estava a estudar o assunto.

Como já entrara a época balnear, a autarquia adjudicou a empreitada e a obra foi realizada.

Tendo tomado conhecimento do comunicado do Conselho de Governo de 16 de Julho último, no seu ponto 8, que teria sido decidido aprovar uma resolução isenta de plafond para as despesas de investimento previstas no projecto de recuperação e beneficiação da piscina municipal da Lagoa, em São Miguel, solicitamos a V. Exa. que nos conceda igual tratamento para o investimento da recuperação da piscina municipal do Cais do Pico."

Este ofício não obteve resposta e no Jornal Oficial, pela Resolução 163/97, de 7 de Agosto, foi consignada a isenção de plafond para a Câmara Municipal da Lagoa fazer um investimento exactamente da mesma índole e pelas mesmas razões daquele que a Câmara Municipal de São Roque do Pico teve que fazer e que nunca foi participado e o Governo nem sequer se dignou responder ao ofício desta autarquia, já lá vai quase um ano.

Deputado Mark Marques (PSD): Não é demagogia, Sr. Deputado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu desconhecia completamente aquele ofício.

Não sabia que a Câmara de São Roque argumentava com a minha pessoa, para pedir qualquer financiamento ao Governo Regional, o que muito me honra, porque isso é verdade.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Também conta o peso político do Sr. Deputado!

O Orador: Ó Sr. Deputado Madruga da Costa, o peso político do Deputado Rui Pedro Ávila será incomensuravelmente menor do que o peso político de V. Exa.!

A admissão política do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, será completa e incomensuravelmente menor do que a de V. Exa., mas uma coisa é certa, ambos batemo-nos por boas causas. Não tenho a mínima dúvida nesse aspecto.

Quanto àquilo que estávamos a discutir, o que eu quis dizer nalgumas situações, é que não tem comparação e nós deputados da Comissão de Política Geral, tivemos oportunidade de aferir o que é que se chama calamidades em termos da piscina municipal da Lagoa e do que é que se podem chamar de calamidades em termos da piscina Municipal de São Roque do Pico e não do Cais do Pico, porque enquanto a Câmara Municipal de São Roque do Pico terá gasto uma verba até 5 mil contos, segundo me confidenciou o Sr. Presidente — não sei se é verdade ou não — são dezenas de milhares de contos no caso da piscina municipal da Lagoa.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não são 5 mil contos!

O Orador: Não são 5 mil contos Sr. Deputado?!

Então eu tenho pena, porque a informação foi-me dada diante do Sr. Presidente do Governo.

É uma questão de graduação.

O que nós vimos aquando da visita ao Pico, foi que uma Câmara suporta perfeitamente uma verba de 3 a 5 mil contos e a outra suporta ou não uma verba de dezenas de milhares de contos. Quanto a isso, tudo bem.

O que eu me queria referir em termos daquilo que V. Exa. poderia estar a dar a entender na tribuna, é que não podemos falar no bom rigor técnico, nem sequer em ética política, quando estão em causa concelhos que sofreram calamidades terríveis e verbas que têm que ser acudidas que ninguém fazia conta nos seus orçamentos municipais.

Estamos a falar na graduação daquilo que se passou nuns e aquilo que se passa noutros. Eu só queria referir isso.

Mas já agora, gostaria de fazer mais duas ou três considerações:

Não há saneamento financeiro dos municípios.

Como é que há saneamento financeiro dos municípios, sejam eles de que partido forem, em termos de gestão autárquica?

Na última campanha autárquica, uma jornalista perguntava nos debates televisivos: "Então a vossa capacidade de endividamento em que é que está?"

A resposta era.

"Não senhora, não há nenhum problema!" — dizia o presidente que eventualmente se recandidatava.

O candidato a presidente do partido da oposição, neste caso concreto, dizia "não senhor, já vai em 70 ou 80%. A situação é gravíssima".

O presidente que se queria reeleger, rebatia:

"Não senhor, temos muita capacidade de endividamento".

Não vamos pôr aqui de maneira nenhuma em "jogo" — concelho a concelho, socialistas ou não socialistas — questões daquilo que seria óbvio para mim, municipalista convicto, vereador e autarca.

Se houvesse maneira de se pagar facilmente as dívidas de todas as Câmaras, eu pessoalmente sou de acordo. Quem é que não o é, no bom sentido?

Há dois pesos e duas medidas.

Presidente: Sr. Deputado, está no fim do seu tempo.

O Orador: Só 30 segundos Sr. Presidente.

Eu já ouvi dizer aqui uma vez, quando estava sentado ali em cima, quando exercia funções na Assembleia da República, que a situação da Madeira, não deve, nem para o bom nem para o mau, ser exemplo para nós, na Região Autónoma dos Açores, porque os bons exemplos deles contam-se e os maus exemplos abundam a nível de municípios.

Vamos manter um critério de alguma parcimónia nestas questões.

Era óptimo que se pudesse, a curto prazo, pagar as dívidas dos municípios dos Açores, mas não estou a ver, sinceramente, como é que isso pode ser feito à custa do

orçamento regional e todos nós temos responsabilidades aqui dentro, temos maneiras de actuar nesta Casa, até o poder potenciar.

Nós é que aprovamos o orçamento regional.

Cada um que reflecta como eu tenho reflectido pessoalmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A referência feita neste ofício, é uma informação que o Sr. deu de livre vontade à Câmara Municipal de São Roque.

Quanto aos valores envolvidos na Câmara da Lagoa, ou em qualquer outra Câmara, para o investimento, todos nós sabemos como é que esses valores são feitos e estimados.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): A gente viu!

O Orador: Por outro lado, é verdade que eu tenho muita consideração, muito respeito e muita pena pelo que aconteceu nalgumas autarquias de São Miguel e das Flores e daí as verbas terem que ir para lá, como também como picoense agrada-me muito que vão verbas das calamidades para as estradas regionais do Pico, quando estas não foram atingidas pelas calamidades.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Quais foram?!

O Orador: A mim agrada-me, eu não discuto. São verbas que poderão resolver alguns problemas se o Governo, em termos dos concursos das estradas, seguir um caminho mais rectilíneo do que este que tem tentado seguir e que não tem dado bons resultados em termos dos concursos para a reabilitação das estradas.

O que acontece, porém, é que a questão aqui prende-se com uma relação que existe entre o Governo e as autarquias para se tentar encontrar uma solução para este problema.

Não vale a pena e não serve de nada, o Governo estar a pedir projectos de investimento para os anos 2000/2006, se as autarquias, especialmente por terem poucas receitas e estão condicionadas a elas, utilizarem — e o Sr. sabe bem, porque foi vereador de uma e eu não me lembro de ter votado contra nenhum plano e

orçamento, nem contra a contracção de empréstimos — os plafonds. Esses plafonds foram aproveitados num cenário de um PEDRAA III.

Para se poder aproveitar os plafonds, é preciso que as autarquias tenham capacidade para gerar o autofinanciamento necessário e é isso que tem que ser tido em conta pelas autarquias sociais-democratas ou socialistas que, neste aspecto, estão nas mesmas condições.

As verbas envolvidas, pelo estudo que está feito, não são muito grandes. Provavelmente nem chegarão a 10%, bastante menos daquilo que esteve em causa para o desendividamento das contas regionais.

Portanto, é uma questão de decisão política e de acelerar o processo.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): É uma questão de quem é que paga!

O Orador: Quem paga é o orçamento regional. Tem que se arranjar uma fórmula de o fazer.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Quantos milhões?!

O Orador: Já lhe disse. Na minha opinião, será sempre menos 10% do que aquilo que vem para sanear as contas regionais.

Portanto, não há grandes problemas, desde que se garantam às autarquias e aos munícipes, cidadãos eleitores, que no novo QCA, num PEDRAA III, as autarquias tenham possibilidade financeira para utilizarem os seus plafonds, no sentido que eles sejam pelo menos idênticos ao do último QCA e do último PEDRAA como foi, aliás, indiciado pelo Sr. Secretário das Finanças.

Disse.

Deputado Humberto Melo (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais uma intervenção para falar nesta questão das dívidas às Câmaras Municipais.

Eu ouvi com muita atenção o Sr. Secretário Adjunto e a discussão que este tema gerou.

Na minha opinião, as dívidas das Câmaras para serem pagas, têm que ser com critérios. Não pode ser tão pouco, como vem aqui dito, "dívidas pagas e ponto final". Isto não é nada.

"Autarcas do PSD passam a bola ao Governo". "Dívidas pagas e ponto final".

Deputado José Maria Bairos (PSD): Isso é algum jornal?!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas há algum problema em citar um jornal?!

Deputado Mark Marques (PSD): Fomos nós que escrevemos isso?!

O Orador: Não, mas vem aqui. Eu estou a dizer que não pode ser assim, mas sim com critérios.

Parecendo que isto podia ser um caso isolado, não é.

As dívidas com o PSD julgo que são pegajosas, ou seja, há as dívidas da Região, as dívidas das Câmaras e de vez em quando aparecem outras dívidas.

Mais um título:

"Encontro da AIT com o PSD Terceira. Dívidas dos agricultores têm que ir à vida".

As dívidas têm que ser pagas.

Eu julgo que está-se a criar uma cultura da irresponsabilidade.

Endividem-se vocês, porque há-de vir alguém atrás que vai pagar.

Meus senhores, isto não pode continuar. Tem que haver uma cultura de responsabilidade com critérios, ou seja, "porquê?", "como?", "quando?", "em que prazo?" e depois vamos discutir, mas nunca "paguem-se as dívidas!".

E as pessoas que gerem o seu património com parcimónia, as pessoas que não compram tractores, que não compram jipes, que não compram carros, porque não se querem endividar, essas pessoas quando vêem isto nos jornais, essas pessoas quando vêem o PSD a dizer que se pague tudo e mais alguma coisa, actos que alguns irresponsavelmente fizeram — alguns, porque houve outros que se endividaram para o bem das populações — quando vêem isto o que é que vão pensar?

Agora dizem "Dívidas pagas e ponto final", "as dívidas dos agricultores têm que ir à vida", daqui a pouco serão as dívidas dos merceiros, as dívidas das pessoas da rua "tal" têm que ir à vida, ou então as dívidas das pessoas que se endividaram para comprar carro....

Meus senhores, isto não pode continuar assim!

A cultura da irresponsabilidade tem que acabar e essa cultura acaba quando os senhores apresentarem propostas, critérios, prazos ou como é que se vão pagar os

juros, ou seja, apresentarem uma proposta de saneamento financeiro para todas estas dívidas.

Não podem apresentar o argumento de "porque a Madeira também já fez".

Como disse aqui o meu colega, a Madeira nem sempre é boa conselheira, nem sempre é bom exemplo.

Disse.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Custa-me um pouco ouvir alguém a fazer de Deus em termos de justiça em relação às dívidas das Câmaras.

Eu não sou ninguém para julgar qual foi o autarca, qual foi o executivo municipal que geriu bem ou mal as suas verbas.

Nós não estamos aqui a julgar, nem temos capacidade nem técnica, nem moral, nem institucional para tal.

As Câmaras têm as suas Assembleias Municipais que fazem esse julgamento e os munícipes fazem o mesmo de 4 em 4 anos.

O que está em causa aqui, e o exemplo da Madeira foi referido, porque é um exemplo que o cidadão comum retém, e aliás eu sublinhei-o, é fundamental a justiça para com os futuros autarcas e com os munícipes cidadãos.

O que eu referi foi que tínhamos que pelos menos criar condições, num cenário de PEDRAA III idêntico pelo menos às verbas que serão consequentemente idênticas aos plafonds do PEDRAA II, para que essas autarquias tenham capacidade financeira para poderem utilizar os seus plafonds e para poderem melhorar as condições de vida dos seus cidadãos, porque se for para falar de justiça, podemos falar das Câmaras que já foram socialistas, agora são sociais-democratas, ou vice-versa. Isso não está em causa.

Não vamos entrar por aí, porque então podíamos chegar à conclusão que haviam autarquias que não tinham dívidas, mas também não tinham obras.

A questão aqui é uma justiça para o futuro e é a garantia de se fazerem os investimentos e criar as infraestruturas necessárias, através das autarquias, que as populações anseiam e para que a Região, espalhando-se por todas as freguesias e concelhos, possa ter melhores condições de vida e possa aproveitar as verbas que virão de 2000 a 2006.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Creio que o Deputado Augusto Elavai viu a coisa ao contrário, porque quando se perspectiva o futuro, quando o que se pretende é que os fundos comunitários sejam otimizados no seu aproveitamento, é preciso dar meios a quem pode investir e a quem pode beneficiar destas participações e trazê-las para investimento nos Açores. É isso que verdadeiramente está em causa.

Por outro lado, relativamente à justiça e ao juízo que se faz da avaliação da boa gestão, não é mais do que o próprio povo açoriano e os eleitores.

Curiosamente, a gestão autárquica do PS, que teve a maioria das autarquias de 89 a 93, foi verdadeiramente julgada pelo povo açoriano e pelos eleitores nas eleições seguintes de 93.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Da mesma forma que as legislativas serviram de julgamento durante os 20 anos que os senhores estiveram no poder!

O Orador: Neste momento, a gestão autárquica dos autarcas é avaliada e é ajuizada pelo povo açoriano. Não é isso que verdadeiramente está em causa num debate desta natureza.

O que verdadeiramente está em causa num debate desta natureza....

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Creio que importa a serenidade no debate, para que estas coisas tenham a virtude de serem esclarecedoras e contribuïrem para o debate que promova o esclarecimento, que garanta as melhores soluções para os Açores.

Portanto, esta balbúrdia não sei se contribui para alguma coisa.

De qualquer modo, creio que, afinal de contas, o debate não pode estar descentralizado daquilo que é a sua real intenção.

Efectivamente, o que é preciso é dotar de meios os autarcas e as autarquias para que, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio que vem, no âmbito do PEDRAA III que está para vir, possa ser optimizado o aproveitamento dos fundos comunitários postos à disposição dos Açores e para o investimento nos Açores.

É este o debate, é esta a importância e a preocupação do PSD e dos autarcas sociais-democratas. Aliás, não é só uma preocupação dos autarcas sociais-democratas, são de todos e como sabem, 5 deles são do Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu não resisto em trazer à colação da Câmara duas situações em termos de gestão autárquica, e em comparação, por exemplo, com o que se passou ou pode vir a passar, quer com o Quadro Comunitário de Apoio anterior, PEDRAA II e o PEDRAA III que agora se está aqui a trazer à colação.

Vejamos o seguinte quadro:

Todas as autarquias foram chamadas na altura — salvo erro, pelo Sr. Secretário Regional Gualter Furtado — a manifestar as suas intenções de investimento, o que iria enformar toda a política através do FEDER e serviria para enquadrar o II Quadro Comunitário de Apoio e o PEDRAA II da Região Autónoma dos Açores.

Tudo isso aconteceu. Tudo isso foi feito.

Quando eu falo aqui, falo sempre em termos políticos, eu não me preocupo muito com a questão financeira, porque como disse e muito bem o Sr. Deputado Duarte Freitas, as Assembleias Municipais aprovam as contas e quando não as aprovam, vem a Inspecção Regional ou o Tribunal de Contas. O eleitorado, quando muito, pronuncia-se pela gestão política das autarquias. Gostaria que ficasse bem claro que nas minhas intervenções apenas pronuncio-me sobre essa questão.

Quanto à questão financeira, cada um pense melhor sobre aquilo que tem sido bem ou mal feito. As contas das câmaras podem ser verificadas passados 5 anos.

Mas voltemos ao princípio.

Não há nenhuma razão para grandes problemas em termos de intenção de investimento no próximo Quadro Comunitário de Apoio com o actual nível de endividamento das Câmaras dos Municípios dos Açores, não há. Os Srs. Deputados do PSD sabem que não há, porque se houvesse era a catástrofe.

Não é de Dezembro do ano passado até a Junho de 1998, que as condições mudaram. Aquilo que se prometeu ao eleitorado, que foi objecto e foi sancionado, autarquia a autarquia, consoante os partidos que foram escolhidos, não pode ser posto em causa agora para que estejam em causa os investimentos prometidos, só porque se pensou na Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Por causa disso, não se ponha em causa toda uma política de investimentos prometidos ao eleitorado, porque inclusivamente podemos estar a dar má imagem daqueles que foram escolhidos e pode-se criar alguma confusão no nosso eleitorado, no nosso povo, ao fim e ao cabo, concelho a concelho, porque isso não é verdade. Era isso que eu queria acabar por dizer, ou seja, não é verdade que não estejam reunidas as condições para que, município a município, não possam concorrer àquilo que vai acontecer em termos da expectativa de investimento do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para esclarecer um assunto.

Quanto à justiça das Câmaras, o que eu disse há pouco foi que pode haver algum autarca — e julgo até que empreguei a expressão "eventualmente alguns", não disse qual o autarca concreto que pudesse ter gasto dinheiro indiscriminadamente e sem o respectivo conhecimento da autarquia — anterior ao actual, que utilizou o dinheiro mal gasto.

Quanto à preocupação que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro apresentou em relação ao futuro, eu penso que a resposta foi dada pelo Sr. Secretário Adjunto, quando disse que os empréstimos feitos para projectos que sejam comparticipados pela União Europeia, não entram no limite da capacidade de endividamento.

Portanto, o que eu critico aqui é apenas aquilo que eu chamo de "cultura de irresponsabilidade", porque saindo nos jornais esta ideia de que "as dívidas devem ser pagas e ponto final", "as dívidas dos agricultores têm que ir à vida", sem o respectivo critério, sem um enquadramento para que as pessoas percebam que as dívidas têm que ser pagas por outras razões, para o desenvolvimento e não por razões que nada têm a ver com a boa gestão, se as pessoas não perceberem isso, então perceberão muito mal os políticos e perceberão muito mal a gestão que se está a fazer desta Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas um esclarecimento final.

Eu não levantei suspeições sobre a gestão dos autarcas. Eu já referi e repito: eu não me sinto capaz de fazer análises a esse nível e não acredito que alguém se sinta.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, gostaria de dizer que os autarcas, de um partido ou de outro, que fizeram as suas promessas eleitorais e ganharam, terão condições para executar aquilo que prometeram.

Os casos que eu conheço, têm essas condições e se tal for permitido, considerando a igualdade de condições, as câmaras sociais-democratas e socialistas, vão cumprir aquilo que prometeram.

É preciso que haja igualdade para as autarquias sociais-democratas e socialistas.

A este nível e em relação a um PEDRAA III, posso desde já dizer o que é que se pode perspectivar.

Dou-lhe dois exemplos:

A Câmara Municipal das Lajes do Pico e a Câmara Municipal da Povoação, num cenário de PEDRAA III, idêntico ao do PEDRAA II, não têm capacidade financeira para contrair empréstimos que lhes permita esgotar os seus plafonds, se os mesmos forem idênticos aos do PEDRAA II.

Ficam estes dois exemplos e se quiser discutir mais algum, podemos fazê-lo.

Presidente: Vamos voltar às nossas inscrições.

Tem a palavra e a tribuna o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu dividiria esta minha intervenção em duas partes, na medida em que hoje — como foi aqui lido — fiz entrega nesta Assembleia de um requerimento que aborda uma questão que se prende com a eventual saída da Ilha das Flores de um médico especialista, natural daquela ilha, e que teria acordado com o Governo Regional a sua fixação lá.

Como nós sabemos, e este Parlamento é testemunha abundante da situação difícil, também em termos de Saúde, que os nossos irmãos florentinos, no dia a dia e ao longo dos anos, têm vindo a sofrer.

Infelizmente, não é possível o Sr. Secretário Regional da Tutela estar aqui presente, e porque consta que uma eventual saída do dito médico especialista estaria para muito breve, eu vou fazer a entrega directa ao representante do Governo nesta Assembleia, do conteúdo do nosso requerimento, para que efectivamente possa haver uma resposta útil e uma intervenção oportuna do Governo nesta matéria.

Não fazemos juízo de valor, mas uma coisa é certa: ou não houve efectivamente condições para manter o dito especialista naquela ilha, dando apoio àquela comunidade, e é bom que nós — representantes do povo — saibamos porque é que isso aconteceu; ou realmente se há que agir, que se actue em tempo útil.

As perguntas já foram aqui colocadas, eu não vou repeti-las para não maçar os Srs. Deputados, mas julgo que interessava que nós soubéssemos, rapidamente, se se esgotaram todas as formas possíveis de manter nas Flores um médico que estava a dar algumas garantias psicológicas à população local.

Ainda relativamente àquela — diria — "mártir ilha", lembraria também o requerimento por mim apresentado ontem e penso que já hoje houve requerimentos no mesmo sentido, que têm a ver com a situação de isolamento em que se encontra o Concelho das Lajes em matéria de ligações telefónicas, fazendo assim um apelo ao Governo Regional, no sentido de que faça tudo o que estiver ao seu alcance, pelo menos em matéria de Protecção Civil, para que no período em que não é possível tecnicamente as ligações com parte significativa das Flores, as populações se sintam minimamente seguras — se assim se pode falar — já que é preciso ter presente que,

por exemplo, o único sistema de bombeiros da ilha está situado no Concelho de St.^a Cruz e, por conseguinte, as populações abrangidas pelas redes telefónicas das Lajes e da Fajã Grande — segundo creio — estão de todo isoladas do resto da ilha.

Este é um apelo que faço ao Sr. Secretário responsável pela Protecção Civil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos assistido ultimamente a uma maior discussão política, acerca do Poder Local. E se dúvidas existissem, o que até agora aconteceu neste Parlamento, é a prova provada da insatisfação e da instabilidade política que caracteriza a situação do Poder Local nos Açores.

As razões serão as mais diversas.

É um rescaldo das eleições autárquicas que acaba por estar sempre presente.

São as fraudes eleitorais.

É a distribuição de verbas pelo Poder Regional.

É a questão do saneamento financeiro, muito concretamente hoje aqui abordada.

É a questão da Lei das Finanças Locais.

É o abuso do poder.

É a retaliação política a funcionários.

São as irregularidades formais e funcionais.

São os ilícitos na gestão, bem como a arrogância e algum desrespeito para com as oposições que legitimamente existem em todos os níveis da Administração Local.

Nalgumas dessas matérias, nós já assumimos posição pública inequívoca.

Na última Sessão desta Assembleia, tivemos oportunidade de, em relação a um dos pontos, colocarmo-nos claramente ao lado do Governo Regional, nomeadamente ao lado do Secretário Regional da Habitação, no que respeita à tentativa, à urgência e à necessidade de haver um controlo, no que toca aos apoios financeiros exercidos pelas autarquias em matéria de habitação degradada.

A actuação do Governo Regional, além de se fundamentar certamente nos seus princípios e nos seus objectivos, teve em conta também denúncias e preocupações apresentadas pelo Partido Popular.

Queremos aqui reafirmar que tudo o que se faça para que haja um envolvimento maior das assembleias de freguesia no processo de selecção, aprovação e

distribuição dos apoios financeiros ou materiais às nossas populações mais carenciadas, terá todo o nosso apoio e eu diria mais, terá a nossa exigência.

Desde logo, porque é nas assembleias de freguesia que se encontra a maior representação e a mais pura, isto é, aquela que por natureza envolve representantes de todos os partidos, ao contrário das juntas em que essa situação não é tão evidente.

Quem como nós, e todos temos essa obrigação, percorre as nossas freguesias, apercebe-se de situações mais ou menos escandalosas que num passado mais ou menos próximo, envolvem essa atribuição de benefícios, quer sejam materiais quer sejam monetários.

São os dinheiros atribuídos para a construção das garagens de alguns, enquanto os mais pobres ainda não têm apoio para um tecto que os possa proteger da chuva.

São os dinheiros atribuídos para a substituição da tijoleira da cozinha de alguns, enquanto os mais pobres ainda não têm sequer casa de banho em condições.

São os cimentos para o curral do porco de alguns, enquanto os mais pobres continuam a aguardar que lhe remedeiem o piso da cozinha.

São as madeiras para os telheiros do vizinho amigo, enquanto as janelas dos mais pobres estão já podres.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Que se fiscalize, que se encontre um sistema que acabe, de uma vez por todas, com as arbitrariedades nesse domínio!

Que se faça a salvaguarda, no fundo, que a justiça funcione na aplicação desses bens!

Tendo presente, cima de tudo, que os mais necessitados, aqueles a quem verdadeiramente se dirigem essas políticas, não fiquem mais penalizados do que estão e que não se obstrua um programa que é importante — o programa de Apoio à Habitação Degradada —, em razão de alguma dificuldade que tenhamos que corrigir a nível dos canais de distribuição.

Este é o nosso apelo e, modestamente, o Partido Popular está disponível para colaborar nessa solução.

Pôr cobro, de uma vez por todas, ao descrédito que atingiu, nalgumas localidades, o processo da distribuição de bens!

Esqueci-me de falar aqui no caso das tintas que abordámos na última Sessão e que nunca é demais referir.

Aqueles menos escrupulosos já inventaram o tal bem que substitui o cimento que está rejeitado, o ferro que já não é aceite no mercado das influências, e agora... descobriram a tinta!

Tal como eu disse da outra vez um tanto à pressa, a tinta faz falta a todos. E, portanto, quem quiser exercer influência pessoal, quem quiser condicionar ainda mais os mais pobres, logo os mais fracos, obviamente que através da tinta atinge o seu objectivo primordial.

Não há ninguém que não precise de um balde de tinta em sua casa!

Logo, não há ninguém que não fique sujeito e ao alcance de atitudes menos objectivas, menos democráticas — se quiserem —, quando se institucionalizar na Região Autónoma dos Açores a entrega de baldes de tinta pelo Poder Local!

E não me amedrontam as... eventualmente chamadas de atenção, pelo facto da maioria dos nossos autarcas ser séria.

É exactamente pelo facto da maioria desses autarcas ser séria, que é preciso tomar medidas, para que essa mesma maioria não fique rotulada pela actuação da minoria.

O nosso propósito aqui vai ser lançar — já o lançámos — e fazer um apelo a todos, para que se lance aqui nesta Casa a denúncia daqueles que não actuam em conformidade com as regras objectivas e com a seriedade que essas matérias exigem!

E todos nós temos obrigação de cerrar fileiras, no fundo, para credibilizar, ainda mais, o nosso Poder Local.

Porque, meus amigos, quando alguém relacionou o termo de "máfia" com a actuação de algumas redes de solidariedade, fê-lo tendo em conta uma análise sociológica correcta.

E só os mafiosos é que receiam o combate à máfia!

Quem não é mafioso não tem nada a recear!

Deputado João Cunha (PSD): Ora bem!

O Orador: Agora, que há fenómenos estranhos... ah lá isso há!

Eu estava a olhar para o Deputado Aurélio da Fonseca, meu ilustre colega Deputado, e estava a lembrar-me agora de um facto: até a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo consegue fazer um voto de protesto, por denúncias feitas aqui pelo Sr. Deputado do PSD — umas por ele, outras por mim — só que ele é também afectado nesse voto, que camaradas dele que são autarcas subscreveram, solidarizando-se com a matéria eventual do mesmo — que é política e não tem nenhum conteúdo prático — em prejuízo do Sr. Presidente daquela Assembleia Municipal e companheiro Deputado!

Portanto, grandes forças existem, grandes solidariedades existem!

Eu conheço poucas solidariedades que estão acima dos partidos, em matéria de política.

Não vou certamente dizer algumas, porque são impróprias para serem ditas aqui dentro. No entanto, eu já há muitos anos que acredito que elas estão acima das solidariedades partidárias.

Mas estas também dão que pensar...!

Também nos dão que pensar, sobretudo quando — e vou referir-me ao meu caso — eu denunciei nesta Assembleia um facto concreto, objectivo.

Na altura, na sequência do que se estava aqui a passar e perante, inclusivamente, o diálogo que tive com o Sr. Secretário Adjunto da Presidência.

Quero aqui referir, aliás tal como disse na altura, que não me move as pessoas, por razões óbvias. Mas os factos carecem de ser denunciados.

Denunciei aqui uma determinada situação de uma junta de freguesia que teria decidido adquirir um conjunto de bens na mercearia do próprio Presidente da junta de freguesia.

A pedido do Sr. Secretário Regional, tive que dizer o nome dessa junta — tratava-se da Freguesia dos Altares, mas podia ter sido outra qualquer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O facto era grave!

O facto, à luz da legislação em vigor, exigia uma actuação firme e determinada. E a própria legislação aponta, inequivocamente, as penalizações.

Curiosamente, dois dias depois de eu ter denunciado aqui o facto, o Presidente da junta em apreço, veio à comunicação social — escrita e à televisão — confirmar os dados que aqui tinham sido apresentados.

O Presidente em causa, confirma que entregou os cabazes — o que não há mal nenhum na entrega em si — o que comprova que a junta decidiu e estava ao corrente de tudo.

O Sr. Presidente da Junta confirma que a compra dos produtos havia sido efectuada na mercearia de que é proprietário.

E o Sr. Presidente da Junta também diz — e passo a citar as palavras por ele proferidas:

"- Então, se eu tinha um estabelecimento, havia de ir comprar noutro?!" — Pudera!

E depois adianta:

"- E isso é crime?!"

Estas palavras foram lidas por todos. E isto foi visto por muitos.

A televisão até deve ter as gravações disto.

Eu estava convencidíssimo, bem como todas as pessoas com quem falei, que se havia Inspeção Administrativa — e o Sr. Secretário Regional Adjunto teve aqui a lucidez política de confirmar que ia desencadear uma inspeção — ela iria ter o trabalho mais fácil da história da Inspeção nos Açores, porque ia chegar ao local e ia confirmar as declarações do Sr. Presidente da Junta.

Pensei até que isso seria matéria de horas apenas!

Quero-vos dizer com muita sinceridade que não achei muita graça quando, dali a dias na comunicação social, me apareceu um problema da Freguesia da Ribeirinha. E não achei muita graça a isso da Freguesia da Ribeirinha que, como toda a gente sabe é a... "Jamba do PSD" na Terceira...

(Risos da Câmara)

... quando aparece a dita freguesia misturada com a Freguesia dos Altares por mim aqui denunciada. E aí eu calculei que havia inteligência superior na matéria! Até porque desconhecia que houvesse problemas na Freguesia da Ribeirinha.

Vim depois a saber que houve lá problemas que são de outra ordem, são problemas que podemos também aqui analisar, mas que sempre existiram. As maiorias esmagadoras que dispensam fazer eleição e que dizem "olha, fica fulano e sicrano e já está"!

Não estou sancionando essas atitudes, mas talvez houve alguma falta de formação técnica e política.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tal não foi a nossa estupefacção, quando ontem aparece num jornal diário da Ilha Terceira, que nada existe relativamente à Ribeirinha e aos Altares!

Quer dizer, começam aqui a aparecer os "gémeos"!

Portanto, há aqui uma... "pombinha da paz", dizendo que na Ribeirinha não houve qualquer problema e também não houve problema nenhum nos Altares.

Até porque — segundo o que vem escrito aqui — o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Altares não estava na dita reunião!

Algum dos Srs. Deputados acredita?!

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Altares não estava na reunião.

1ª. Pergunta: ao longo destes mandatos, a quantas reuniões da Junta dos Altares o Sr. Presidente faltou...?

Além disso, quero desde já pedir ao Sr. Secretário Adjunto e ao Governo, que me entregue o mais cedo possível todos os elementos do processo do inquérito aos Altares.

Espero que não seja preciso fazê-lo por escrito, mas se for necessário posso fazê-lo de imediato.

2ª questão: se lá não vem, gostaria que começassem já a inquirir se é usual o Sr. Presidente da Junta não ir às reuniões?

Ou se em 12 anos de mandato, foi a primeira vez e só agora se descobriu que o Sr. Presidente da Junta não foi à reunião?!

Quem é que convocou essa reunião?

E já percebi também que foi pelo facto do Sr. Presidente da Junta não ter ido à reunião, que se começou a fazer a defesa dessa situação.

Mas se isso era fundamental para o Sr. Presidente da Junta, porque é que durante todos estes meses ele nunca disse isso?!

Porque é que quando ele foi à televisão não disse logo: "olha que eu não tenho nada a ver com isso, porque eu nem sequer fui à reunião da Junta ?!"

Porque é que ele faz declarações exactamente ao contrário, confirmando tudo, e agora "descobrem" isso?!

Há-de haver actas que entretanto foram feitas, demonstrando que o homem não esteve naquela reunião, ou noutras.

Mas possivelmente agora ele também não estava na mercearia a vender os produtos! Então certamente não foi ele que foi lá comprar os produtos, quando ele nunca negou nada disso, pelo contrário confirmou até.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, isto é matéria menor — tenhamos essa consciência. Agora, estes assuntos quando evoluem desta maneira, não atingem só a pessoa em causa, mas sim as instituições que são desvalorizadas. É o descrédito que atinge a Inspeção Administrativa.

Eu tenho consciência do que estou dizendo. E devo acrescentar que, pessoalmente, isto entristece-me, ou seja, a incapacidade revelada pela Inspeção Administrativa, no sentido de apurar a verdade.

Eu não estou pondo em causa que quem lá foi, tenha feito os possíveis para apurar a verdade. Mas foi incapaz.

Veio no jornal que chamaram as 20 pobres pessoas que receberam os cabazes!

Qual é a relevância disso?! Chamaram para quê...?!

É que eles para a próxima vão ter medo de receber mais cabazes!

Para a próxima já ninguém quer cabazes!

Pudera, "vêm os Srs. Drs. de Angra para aqui, para ver a quem se deu um pobre cabaz...!"

Quer dizer, os cabazes foram inspeccionados até ao pormenor. Mas enquanto se fez essa inspecção... alguma coisa aconteceu e o Presidente da Junta não foi à dita reunião!

Eu espero que não saia agora algum voto de congratulação, de pesar, ou de vitimização em relação ao Sr. Presidente da Junta.

Então os seus colegas da Junta é que foram deliberar comprar os cabazes na ausência do seu Presidente?!

Os seus colegas da Junta é que decidiram ir comprar os cabazes à mercearia do Sr. Presidente da Junta, no seu desconhecimento?!

E se calhar, foram à mercearia na hora em que o Sr. Presidente não estava lá. Deve ter sido um familiar próximo que fez a venda.

E agora vira-se tudo ao contrário!

Por isso é que eu digo: oxalá que ainda não saia um voto de louvor!

Independentemente do resultado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, repito, a Região, a Inspeção Administrativa, a tutela, não saem prestigiadas.

Eu lamento, e só o farei definitivamente depois de ter acesso aos documentos que pedi, que esta matéria não tenha sido tratada com o empenho político que, no fundo, fizesse resultar daqui uma acção da tutela que fosse moralizadora.

Vamos aguardar serenamente o conhecimento dos documentos, porque as pessoas que estão atentas a isso, acho que já têm as suas conclusões.

Eu não vou comparar os factos, mas permitam-me fazer alguma graça com isso: é que dá para a gente rir!

Isto são matérias para a gente rir! Ou rir, ou chorar!

Tratar isto com muito rigor e muita seriedade, é que é frustrante!

Presidente: Sr. Deputado, chamo-lhe a atenção que está a esgotar o seu tempo.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente. Já terminei.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Na sequência da denúncia feita aqui há 2 meses, e conforme já tive oportunidade de lhe dizer, mandei efectuar uma inspecção extraordinária à Junta de Freguesia dos Altares.

Tive, neste campo, o que tenho com todas as inspecções que já mandei efectuar e que é muito simples: determinei por despacho e chamei o Sr. Inspector Regional, que de acordo como funciona a Inspeção mandasse averiguar — e algumas pessoas que aqui estão saberão certamente como é que ela funciona, devido aos cargos que já

ocuparam — apurando nomeadamente, até porque era uma inspecção extraordinária, aquilo que foi objecto de denúncia, neste caso por parte do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

A inspecção foi feita e posso garantir-lhe que, neste caso como nos outros, não fui eu que escolhi os inspectores, aliás a minha relação com a Inspecção — e tenho isto por princípio — é com o Sr. Inspector Regional e até receber os relatórios, julgo que quanto menos se souber melhor, exactamente porque se trata de uma matéria delicada e porque apesar de ser um órgão administrativo, aqui, por maioria de razão, é preciso garantir a sua isenção e a sua credibilidade.

Também, posteriormente, vi na comunicação social, de carácter diverso, tal como o Sr. Deputado referiu, uma notícia relativa à instalação dos órgãos da Junta de Freguesia da Ribeirinha, na Ilha Terceira.

Como por acaso havia até um grupo de inspectores nesta altura mais ou menos livre, foi determinado que se fizesse uma inspecção às duas Juntas de Freguesia. E essa inspecção foi feita.

Como disse, a matéria não era muito complicada, os relatórios chegaram rapidamente e já foram, inclusive, despachados por mim.

Nesta matéria, conforme em regra tem acontecido até agora, eu considero e pode ficar descansado que os inspectores — e ainda não entrou nenhum já na vigência deste Governo — são homens, são técnicos e são profissionais que já lá estão há muitos anos, portanto, neste caso como em todos, se não me falha a memória, eu despachei no sentido de concordância com ambos os relatórios.

Começando talvez pelo caso da Ribeirinha — o Sr. Deputado interessou-se mais pelo caso dos Altares — apurou-se que de acordo com o que manda a lei, os membros que não o Presidente da Junta de Freguesia, não tinham sido eleitos por voto secreto. A própria Assembleia de Freguesia apercebeu-se disso, realizou, posteriormente à notícia, essa eleição de forma correcta, tendo tido o cuidado — o que é legalmente possível — de ratificar os actos anteriormente processados.

Isso foi feito e é evidente que o problema ficou resolvido.

Relativamente à Junta de Freguesia dos Altares, o que é que a Inspecção apurou e o que é que o Inspector propôs?

Efectivamente, segundo o que consta lá, — e digo-lhe desde já, Sr. Deputado, até porque aquilo não é da privacidade das pessoas — terei o máximo prazer em enviar-lhe uma cópia do relatório e de toda a documentação que lhe vem anexa.

Presidente: Sr. Secretário, informo que está no fim do seu tempo.

O Orador: Eu vou tentar ser rápido Sr. Presidente.

O que se passou foi que segundo o relato e o que resultou da inquirição, o Sr. Presidente da Junta não estava naquela reunião na altura em que isto foi deliberado.

Se bem me lembro, mas V. Exa. terá oportunidade de confirmar, o Sr. Presidente foi chamado por causa de uma vaca que estava para ter um bezerro — creio que é isto que diz lá. Portanto, não participou efectivamente nessa deliberação.

Mais:

Foi deliberado comprar 20 cabazes, cada um com o valor unitário de 5 mil escudos, ao preço de factura e foi isso que aconteceu.

Em termos de responsabilidade o que é que temos aqui?

Eventualmente pode-se pôr a questão de saber se uma junta de freguesia tem ou não competência para esse tipo de acção social. Se assim for, haverá responsabilidade financeira.

De qualquer maneira, aliás, como é obrigatório, o relatório, como todos os relatórios da Inspecção foi remetido — espero que já tenha sido, pelo menos foi isso que ordenei — ao Tribunal de Contas da Região Autónoma dos Açores.

Relativamente àquilo que seria uma eventual perda de mandato, nestas circunstâncias e de acordo com a Lei conforme propôs o delator, não há efectivamente dolo de acordo com estes factos, que levem a uma perda de mandato.

Aliás, como o Sr. Deputado deve saber, a lei que tutela foi alterada já por este Governo da República, no sentido de permitir, sim, casos de dolo, mas não as pequenas irregularidades formais que acontecem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, sem usar figuras regimentais de protesto, que não é o caso, gostava de, pelo menos, salvar a testada e

a honra da população da Ribeirinha, freguesia populosa e industriosa da Ilha Terceira.

Só pelo facto de votar de uma forma muito significativa no PSD, não merece ser qualificada de "Jamba".

Jamba, julgo que é uma Região de Angola, mas é sempre conotada de uma forma depreciativa.

Não me parece que só pelo facto de votar no PSD seja "Jamba", quando há outras freguesias da Região que votam noutros partidos e também não são consideradas como tal.

Era esta pequena defesa que tinha que fazer à honra do Povo e dos eleitores da Ribeirinha.

Para além disso, eu gostava de concordar no essencial com a intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, até porque já fui tutela, já fui responsável político pela Inspeção e se não me engano ela foi constituída no tempo em que eu era Secretário da Administração Pública.

Sempre entendi e vejo com agrado que no entendimento do actual Secretário, a Inspeção Administrativa Regional, não é uma Direcção Regional qualquer.

Depende hierárquica e funcionalmente do Governo, mas deve ter autonomia técnica, autonomia de processos e por essas mesmas razões, deve ter a maior credibilidade junto da Administração e a maior credibilidade junto da opinião pública, porque se efectivamente começa a aparecer e a surgir a suspeição que a Inspeção Administrativa Regional faz a inspeção para que sim ou para que não, conforme a vontade do freguês, efectivamente quem sai desprestigiado e quem sai mais atingido ainda do que os eventuais visados pelas inspecções, é a Administração Regional, é o Governo Regional, é a Inspeção Administrativa Regional.

A partir daí ninguém acredita em relatório nenhum que saia da Inspeção Administrativa Regional.

É por isso que é fundamental para todos que seja garantida a credibilidade e a independência da actuação da Inspeção Administrativa Regional.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pediu a palavra, mas dispõe de pouco tempo.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): O Sr. Presidente já contou bem...?

(Risos da Câmara)

Presidente: Eu não contei. Estou apenas a fornecer a informação que consta aqui dos registos do Secretário da Mesa, mas o Sr. Deputado pode pedir a prorrogação por mais uma hora.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Exactamente, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, queria agradecer as palavras do Sr. Deputado António Meneses e a compreensão política que demonstrou aqui pela minha intervenção.

No entanto, gostaria de dar uma pequena explicação.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que a minha referência à Jamba não era uma referência pejorativa. Nós próprios em linguagem política utilizamos muitas vezes — e há várias testemunhas - a Jamba, no sentido do simbolismo que tem. E para desgosto do PSD, o Partido Social Democrata já teve muitas "Jambas".

O problema do PSD é que a "Jamba" está aí ao lado.

Se considerarmos "Jamba" no sentido de feudo, no sentido de freguesias símbolo — e todos compreenderão que foi nesse espírito e que a minha liberdade de linguagem é um bocadinho característica — não envolve aqui qualquer desconsideração para com os nossos conterrâneos da Ribeirinha ou de outra qualquer freguesia, mas sim para significar aqui, e é assim na classe política regional e especificamente na Terceira, que a freguesia da Ribeirinha, bem ou mal (e na minha opinião **mal!!**), era o símbolo da força do PSD naquela ilha. Acho que isto era inegável.

Foi nesse sentido que surgiu a minha preocupação, ou seja, quando vi a freguesia da Ribeirinha envolvida na questão dos Altares.

Portanto, julgo que esta matéria está esclarecida.

Relativamente aos esclarecimentos do Sr. Secretário, desde já agradeço a disponibilidade que aqui apresentou, no sentido de nos fazer chegar rapidamente todo o processo que envolveu o caso dos Altares.

Repito: não é para dramatizar e julgo que estou aqui a gastar tempo demais, com o devido respeito. Porém, nas informações que o Sr. Secretário forneceu aqui e que por limitação de tempo não terminou, mas com esta minha intervenção poderá voltar novamente ao assunto, deixou claro que a junta de freguesia teria adquirido a preço de factura e que o inquérito irá demonstrar. Eu não entendi bem essa expressão "preço de factura".

Como é que a Junta de Freguesia dos Altares conseguiu meter o preço de factura sem falar com o dono da mercearia?!

Gostaria que o Sr. Secretário me explicasse isso.

O preço de factura é um preço que só é dado em situações especiais e é dado a um empresário.

Como é que a Junta compra a preço de factura, no desconhecimento do Sr. Presidente da Junta, quando o vendedor é o próprio Presidente?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é só para repor a verdade em relação a declarações que foram aqui proferidas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, com o qual concordo no tocante à necessidade de se encontrar meios ou uma fórmula que impeça que pontualmente um ou outro autarca possa ter um comportamento que não esteja bem de acordo com o figurino. Até aí tudo bem.

Porém, não concordo, como já não concordei da outra vez, com a tal liberdade de expressão e o à vontade que levam o Sr. Deputado — e aqui corroboro a opinião do meu companheiro de bancada Deputado António Meneses — a adjectivar a freguesia de "Jamba" ou de máfia, como utilizou da outra vez e que gerou tanta polémica.

Na altura, isso também foi posto em causa por mim, chamando então a atenção para o esforço, para o empenho da esmagadora maioria dos nossos autarcas a troco de

bem pouco, com grande sacrifício pessoal, seu e das suas famílias, em defesa dos interesses das populações que servem.

Essa é a imagem que devemos fazer passar da esmagadora maioria dos autarcas e não interessa qual o partido a que pertencem. Eles servem a nossa Região e eu, como Presidente de uma Assembleia Municipal, na altura tive o cuidado de frisar aqui essa característica que felizmente é aquela que se impõe e é a imagem de marca que é preciso ficar.

Apenas queria repor a verdade em relação a uma coisa, ou seja, eu não acusei nenhum presidente de junta na intervenção que fiz na última Sessão.

Quando me levantei para dizer que não concordava com a forma como os presidentes de junta estavam a ser, na generalidade, tratados quando incluídos nessa genérica de máfia, aproveitei, relatando casos por nós presenciados no decurso da campanha eleitoral, para citar o caso de duas freguesias em que tínhamos assistido à entrega de materiais, pedindo aos Srs. Secretários presentes, nomeadamente ao Sr. Secretário da Administração Pública e ao Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos, para averiguarem o eventual envolvimento de serviços, nomeadamente da Delegação da Ilha Terceira, nessas tais entregas de materiais e não acusando os presidentes de juntas de o estarem a fazer.

Eu tenho isto bem presente e foi o motivo da minha intervenção e o repto que lancei aos Membros do Governo presentes.

Aliás, na dita Assembleia Municipal em que foi aprovado um voto de protesto contra mim e contra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, englobando os dois no mesmo tipo de adjectivação e no mesmo tipo de acusações, um dos presidentes de junta não contestou nem negou o facto de estar alguém de uma Secretaria presente na dita freguesia que aqui foi citada por mim, invocando que isso consta das actas da Assembleia Municipal e que estava, pura e simplesmente, destacado para dar apoio a uma obra em curso, no âmbito de uma instituição particular de segurança social.

Portanto, um apoio planeado e devidamente programado e só por acaso é que estava a acontecer na véspera das eleições.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Adjunto da Presidência.

Secretário Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Vou tentar retomar o fio à meada.

O Sr. Deputado colocou uma pergunta relacionada com o preço de factura.

Eu confesso que quando vi a expressão, fiquei sem saber bem o que é que ela queria dizer. Perguntei e, tanto quanto me explicaram, acho que significa o mesmo, neste caso, o preço de custo.

Relativamente à questão pertinente que me coloca, não estando presente o Sr. Presidente, os outros membros deliberaram que os cabazes seriam comprados na mercearia do mesmo, a preço de factura. Eu confesso que li o relatório uma vez e a ideia que tenho é que isto seria condicional. Porém, li o relatório apenas uma vez e V. Exa. terá também oportunidade de o ler.

De resto, queria deixar aqui bem clara a minha visão, e creio que já disse aqui alguns princípios importantes, sobre o que deve ser a Inspeção Administrativa Regional.

Eu penso que, em primeiro lugar, ela deve ter um papel pedagógico. Temos que partir do pressuposto que é verdade e que todos nós concordamos que a maioria das pessoas são sérias, que a maioria dos autarcas são sérios e que ao invés, porque somos um país de tradição administrativa complicada, burocratizada, etc., muitas vezes é enorme a peia de legislação espessa que cai sobre os autarcas, nomeadamente sobre algumas Câmaras que, sobretudo, nas ilhas mais pequenas têm falta de pessoal, muitas vezes pessoal técnico qualificado e que por vezes têm dificuldades e que fazem as coisas mal sem prejuízo, nem benefício para ninguém, sem má intenção, mas apenas porque não sabem fazer formalmente as coisas correctas.

Nesses casos que são muitos, infelizmente é a maioria dos problemas com que a Inspeção Administrativa Regional se debate, obviamente que o papel tem que ser pedagógico e os Srs. Inspectores têm a obrigação de dizer: "olhe, aqui você fez assim, mas não é assim, a lei já mudou, para a próxima faça assim...".

É evidente que também aqui a pedagogia tem limites.

Por exemplo: se uma Câmara ao fim de duas ou três inspecções não aprende, alguma coisa está mal, mas esta é a nossa principal preocupação.

Quero dar-lhe a garantia de que nos casos em que houver dolo, nos casos em que houver benefício ilegítimo e pessoal, a Inspeção Administrativa Regional tudo fará para cumprir a sua obrigação que será, neste caso, remeter aos tribunais competentes o relatório com o despacho do respectivo secretário.

Se me permite, gostaria também, e porque vem à colação, de dar conhecimento que relativamente a uma resolução de que V. Exa. foi subscritor, aprovada há duas ou três sessões nesta Câmara e relativa ao caso de um funcionário da Câmara Municipal da Praia da Vitória, que como estava agendado no relatório feito o ano passado, no relatório de actividades ordinárias da Inspeção Administrativa Regional para este ano, eu remeti à Inspeção Regional a Resolução desta Assembleia, chamando a especial atenção para a necessidade de se dar cumprimento àquilo que era lá recomendado e, neste momento Sr. Deputado, posso informar-lhe que essa inspeção, não só por esse facto, mas porque se junta com a inspeção ordinária já programada, está a decorrer e também em boa altura lhe darei conhecimento daquele que foi o resultado.

De resto e para terminar, um pouco em gesto de brincadeira, eu queria dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado:

Aquilo que o Sr. disse relativamente ao resultado da inspeção à Junta de Freguesia dos Altares, fez-me lembrar um militante socialista empedernido que nunca percebeu, porque é que — e usando a linguagem dele — "a inspeção ordinária à Câmara Municipal da Calheta, não deu nada".

Talvez com estes dois exemplos, nós possamos concluir que talvez a inspeção, no meio, esteja no bom caminho.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à inspeção, penso que o esclarecimento foi dado pelo Sr. Secretário da Tutela, onde explicou cabalmente o que foi feito pela Inspeção dentro daquilo que lhe competia, mas há uma questão aqui que eu não gostaria de deixar passar em claro.

Neste caso dos Altares, nós estamos a falar de um Presidente de Junta que já vai no seu quarto mandato. Portanto, já concorre por 4 vezes e ganha as eleições por maioria absoluta naquela freguesia. Não estamos a falar de uma pessoa que chegou agora a uma autarquia local.

Estamos a falar de um homem com provas dadas, sério e capaz.

Este homem não esteve na reunião em que foi tomada esta deliberação, embora a tenha convocado, mas por motivos imprevistos que já aqui foram apontados, não pôde estar presente.

O que se passou nessa reunião está transcrito em acta e assinado por pessoas idóneas e foi isso que a Inspeção viu nos Altares quando lá chegou.

A acta tem datas anteriores. Obviamente, não foi resolvida agora, nem foi inserida no livro das actas depois da denúncia que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fez desta situação.

É óbvio que nós não gostamos de ver casos de corrupção nas autarquias locais, quer sejam juntas de freguesia ou câmaras municipais, mas dentro dos exemplos aqui apresentados pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, existiriam casos de cimento, de tinta, de blocos, etc. diferentes de um caso de compra de cabazes de Natal feitos na mercearia de um homem e que é a única mercearia existente na freguesia — e isso importa aqui focar — e foi isso que levou os membros da junta a deliberarem que as compras seriam feitas ali, mas invocando que seriam feitas ao preço de factura, isto é, numa linguagem popular e quando estas coisas se usam, querendo dizer que pelo facto dos artigos serem comprados naquela mercearia, isso não significaria qualquer lucro para o seu dono que simultaneamente é o Presidente dessa mesma junta.

Compraram-se esses cabazes e o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro teve conhecimento deste caso através de um elemento que faz parte da Assembleia de Freguesia e que foi o cabeça de lista nas eleições para a Freguesia dos Altares.

Este caso foi posteriormente analisado na Assembleia de Freguesia onde está esse mesmo elemento e mereceu um voto de protesto na Assembleia de Freguesia pela forma como foi aqui invocado na Assembleia Regional e pela denúncia que aqui foi feita nesta Assembleia.

Nessa mesma Assembleia de Freguesia estava esse elemento que passou essa informação ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e esse elemento absteve-se no voto de protesto que a Assembleia de Freguesia aprovou, por causa das denúncias feitas e da forma como foram feitas em relação àquele caso.

De um momento para o outro, o Presidente da Junta transformou-se como que no "mau da fita", em termos de corrupção nas autarquias, um elemento capaz, tão destemido e tão consciente da sua verticalidade e seriedade, que nas primeiras declarações prestadas não teve qualquer pejo em dizer que os artigos teriam sido comprados na sua mercearia, porque sabia à partida que com isso não tinha beneficiado absolutamente nada, pois era a única mercearia existente na freguesia e porque não percebia que daí pudesse vir mal ao mundo, até porque na deliberação tomada para esse fim, ele nem tinha participado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeira questão:

É bom que fique muito claro aqui, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, que nem o senhor, nem nenhum deputado aqui dentro, tem mais consideração e respeito pelos autarcas desta Região do que eu! É bom que isto fique aqui entendido.

No meio das conversas, muitas vezes quando não há mais nada a dizer, nem sequer enfrentar os problemas de frente, vão-se refugiando nos lugares comuns e surgem declarações de princípio em relação aos srs. autarcas, aos srs. deputados, às famílias, ao sacrifício e ao que ganham. Julgo que estamos entendidos sobre isto.

Para que fique claro, eu tenho a honra de ser daqueles que há 20 e tal anos trabalhava com essa gente quando eles não ganhavam nada.

Agora, alguns não justificam os 40 contos que ganham. Eu digo aqui, porque ouço isso de colegas meus.

Ainda outro dia, num encontro de autarcas, alguém dizia: vamos junto do presidente da junta e vamos dizer-lhe "meu amigo, não queres, "limpa", porque tu ganhas 40 e

tal contos, vai às Secretarias, vai ao Presidente da Câmara", porque ele alega que não tem telefone em casa e não tem carro.

E eles dizem: "se ganhas 40 contos vai, se não queres demite-te e vem outro para aqui!"

Se os Srs. Deputados quiserem eu indico qual é a junta. É uma junta do PSD.

Isto só para dizer que estamos todos de acordo quanto ao sacrifício que os nossos autarcas fazem, quanto ao método das suas acções e às horas que eles passam nas Secretarias do Governo a perder dias de trabalho para conseguir uma audiência.

Vamos todos passar horas aqui a elogiar os nosso autarcas?!

Eu espero que me dispensem disso, mas que a linguagem não vá de maneira que a qualquer momento eu apareça aqui como um irresponsável, como uma vítima.

Alguns autarcas reagiram à denúncia que eu fiz consciente e juntaram-se em sindicato para fazer a defesa do indefensável. A gente sabe como é que isso funciona.

Ilustre companheiro e amigo Francisco Oliveira:

Eu disse aqui há pouco que receava que este assunto se fosse transformar num voto de louvor ao dito cujo.

Ninguém duvidou das qualidades do Sr. Presidente de Junta em causa. Eu próprio citei ali a quantidade de mandatos e a legitimidade que o senhor tem. Pelo amor de Deus!

Como foi dito e muito bem dito, isso resulta de uma reunião da Assembleia de Freguesia em que o Partido Popular tem lá um representante de que também muito se honra, tal como os outros representantes que lá estavam e é no decurso da prestação de contas que surge essa situação.

Sr. Deputado Francisco Oliveira:

O Sr. Manuel Gabriel nunca disse na Assembleia de Freguesia que não tinha estado na reunião!

O Sr. Manuel Gabriel assumiu na Assembleia de Freguesia que tinha resolvido..., que tinha comprado... disse tudo lá!

Presidente: Sr. Deputado, está no fim do seu tempo.

O Orador: Eu já termino Sr. Presidente.

O Sr. Manuel Gabriel, posteriormente às nossas declarações feitas nesta Casa que ele ouviu ao vivo, não disse que não tinha estado na reunião, confirmou tudo e até achou natural, talvez na ignorância da lei e eu não critico, porque são amadores.

Pelo amor de Deus, não queiram virar tudo isso ao contrário!

Não queiram deixar aqui a ideia de que o autarca do PP dos Altares inventou e que o Deputado do PP que teve a coragem de colocar o problema, também inventou!

Quanto à Inspecção, uma palavra final: vamos aguardar para ver as coisas.

No entanto, não concordo com o Sr. Secretário. Se a Inspecção vai à Calheta, nada vê, está tudo ok, vai aos Altares igualmente.

A Inspecção vai às câmaras e às juntas do PS, nada vê, vai às juntas e câmaras do PSD e nada vê!

Talvez se encontrar uma junta do PP não se passe a mesma coisa!

Quer dizer, se a Inspecção não está fazendo nada acaba-se com ela.

Deputado Mark Marques (PSD): Ou então está tudo bem!

O Orador: Ou então está tudo bem. Então acaba-se com a Inspecção!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um esclarecimento, porque o Sr. Secretário para fugir ao problema dos Altares, resolveu invocar a Câmara da Calheta de São Jorge.

Como V. Exa. muito bem sabe, a Inspecção tem percorrido os seus trâmites legais.

Quando houver de facto matéria, V. Exa. pode utilizá-la como muito bem sabe, mas não precisa fugir a problemas concretos, utilizando a Câmara da Calheta.

Julgo que é pouco cordial utilizar processos desses para fugir àqueles que estão a ser postos de frente.

Presidente: Continua aberto o debate.

(Pausa)

Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimento, vamos prescindir dos nossos trabalhos até às 18.00 horas para um rápido intervalo.

Até já.

(Eram 17.40 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 18.10 horas)

Vamos continuar com o Período de Antes da Ordem do Dia, mais precisamente com as intervenções de interesse político relevante para a Região, onde existe ainda inscrições do PS e do PSD.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Decorreu no passado mês de Maio, nos dias 4 a 6, mais uma visita do Governo Regional à Ilha Graciosa, no cumprimento de uma disposição estatutária, por forma a que o executivo, numa aproximação à população, se aperceba das suas maiores carências, num diálogo com os representantes daquela população e procure dar resposta a algumas das situações mais prementes e que se afigurem de resposta mais imediata. De resto, tal facto, pode já considerar-se um dado adquirido, no decurso dos 20 anos de Governo próprio da nossa Região.

É a segunda visita neste contexto, que o Governo, da responsabilidade do Partido Socialista, efectua ao círculo que aqui represento, e é com agrado que deixo expressa a minha satisfação, pelos resultados obtidas, e já consagrados, no que se prende com a primeira visita que, meramente a título estatístico, me congratulo ao assinalar que cerca de 70% das medidas enunciadas do comunicado do Governo, referente àquela visita, foram satisfeitas, sendo certo, que aquilo que não foi cumprido no ano transacto, se-lo-á no presente e isto por motivos da mais diversa índole, alguns dos quais meramente burocráticos.

Contudo, posso também expressar, que não obstante a minha satisfação por aquilo que foi atingido, melhor seria, como é óbvio, que tudo tivesse sido concretizado. Saber esperar é uma virtude e, por vezes, uma certa dilação no tempo, pode vir a

proporcionar-nos concretizações mais realistas e satisfatórios, dos anseios da população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O passado nunca poderá ser olvidado, que mais não seja para que se tomem posições que possam vir corrigir algumas distorções, ainda que tomadas involuntariamente. Pensamos que esta nossa afirmação, tem perfeito cabimento no contexto de nos assumirmos como Homem, que também erra, reconhece e corrige o seu erro.

No que se prende com a recente visita do Governo Regional à Ilha Graciosa, é imperativo, sob o ponto de vista moral, deixar dito que aquilo que foi decidido é bastante satisfatório para aquela comunidade, e resultou de uma análise exaustiva existente no debate, com os representantes locais daquele círculo eleitoral. Como em todas as circunstâncias, se não forem atingidos os 100% das suas pretensões, convictos estamos de que muito perto ficará tal grau de satisfação.

Como não podia deixar de ser, o Governo teve em atenção e decidiu apoiar colectividades de carácter associativo, cultural e religioso, por forma a que tais entidades possam ver satisfeitos os seus legítimos anseios, já que, por si próprias, não têm capacidade financeira para dar resposta às situações pontuais que se lhe vão deparando. Aqui fica pois, o nosso apoio incondicional às medidas desta natureza, abrangendo este tipo de Pessoas Colectivas, sendo certo que as acções que desenvolvem no nosso meio, são de alto relevo cultural e social para bem das populações, que directa ou indirectamente, usufruem da sua existência. Independentemente dos apoios financeiros, que o Governo tem por dever dar a tais instituições, é meritório deixar um relevo particular para todos aqueles que, abnegadamente, sem qualquer retribuição monetária, e ainda com prejuízo dos seus tempos de lazer e convívio familiar, se dedicam a tais instituições, que o mesmo é dizer dar possibilidades de funcionamento prático as mesmas, integrando os seus diversos corpos sociais.

No âmbito social, não podemos deixar de nos congratular com a decisão do Governo, no sentido de dar a possibilidade de ampliação de capacidade para o Lar de Idosos da Vila da Praia da Graciosa, de 15 para 30 camas, correspondendo deste

modo ao pedido formulado pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia daquela localidade, e simultaneamente vir dar a possibilidade de minimizar ainda mais, situações de carácter etário e de saúde, de uma parte da nossa população, que muito precisa que tal Instituição, seja o mais rapidamente possível posta em funcionamento, na sua plenitude, uma vez que neste momento, e só de alguns meses a esta parte, funciona somente um centro de dia.

No âmbito da saúde, não podemos deixar de relevar as medidas tomadas que se prendem com a colocação de um ascensor no Centro de Saúde daquela Ilha, que vem, indubitavelmente, facilitar e colmatar situações menos agradáveis para os doentes, bem como para o pessoal que ali desempenha as suas tarefas profissionais.

Merecem também realce neste contexto, as medidas anunciadas no que concerne às obras a levar a efeito nas termas do Carapacho, numa dupla perspectiva de melhoramento das suas potencialidades termais e turísticas.

De salientar ainda, a medida anunciada no campo da oftalmologia, um facto que, uma vez atingido o seu objectivo, terá um duplo benefício, em primeiro lugar para os utentes, e em segundo, num decréscimo do dispêndio de verbas com deslocações, com particular incidência para a Ilha Terceira, e em especial dar a possibilidade dos utentes serem tratados sem que tenham de se deslocar do seu local de residência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Se tudo o que vem por mais vem por bem;

Se tudo aquilo que é reforçado em princípio tem por objectivo melhorar o que já existe;

Criar o inexistente é dar vida — sentido lato — a um futuro para melhoria do presente e olvidar o passado.

Pese embora o conteúdo semântico deste último parágrafo, possa ser objecto de uma dialéctica e dupla ou tripla interpretação, vamos contudo procurar explicitá-lo, por forma a que dúvidas não fiquem na mente de nenhum dos Srs. Deputados e que aqueles que o entendam, alcancem o realce que lhe damos.

Estamos logicamente a referir-nos à medida de maior alcance tomada pelo Governo Regional, em sintonia com os lavradores daquela ilha, no que se prende com a construção da nova fábrica de lacticínios da Ilha Graciosa.

Falar do que existe nesta matéria é de demérito.

Augurar um futuro melhor, é a esperança da maior percentagem da população que se dedica ao Sector Terciário daquela ilha.

A unidade de transformação do sector de lacticínios que existe na Ilha Graciosa, todos nós sabemos que não tem o mínimo de condições de laborar os derivados do leite, a ponto de já ter sido recomendado, há alguns anos, o seu encerramento.

Chegou a hora de agricultores, Câmara Municipal e Governo Regional, envidarem esforços, e, tão breve quanto possível, porem em funcionamento uma estrutura condigna, e que satisfaça as necessidades da população daquela ilha neste sector, tão fundamental para o seu tecido económico.

Julgamos estarem criadas as condições primárias.

O Governo promete cumprir com o seu dever.

Os agricultores mostram-se satisfeitos com a solução encontrada.

Auguramos agora para que as Autarquias locais da Ilha, dêem o seu aval e cumpram aquilo que lhes compete no contexto do que fica exposto.

Neste entendimento, não posso, pela minha consciência política e moral seria coerente comigo próprio, se não deixasse aqui uma palavra de muito apreço e consideração, por todo o empenho posto, na resolução deste importantíssima problema, pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, Prof. Doutor Fernando Lopes, que com saber e mestria, conseguiu dirimir algumas divergências, existentes entre as diversas partes que integram o processo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Qualquer governo tem por dever governar, e fazer políticas que satisfaçam e dêem melhores condições de vida, àqueles a quem tal governação se destina.

Pesem embora as sempre existentes "vozes de descontentamento ", que têm em democracia toda a legitimidade, este Governo merece a nossa confiança e apoio por tudo aquilo que tem feito em prol da Ilha Graciosa.

"Roma e Pavia não se fizeram num dia."

Não queiram tais vozes, não obstante reconhecer, como já referi, toda a legitimidade, que, apenas em cerca de 2 anos, o Governo do PS consiga complementar aquilo que os anteriores não conseguiram fazer em 20.

Continue o Governo do PS por este caminho, e por certo terminará o seu mandato, passando no exame com nota bastante positiva e valorizativa, o que por certo lhe abrirá caminho para encetar novo percurso, com a condução de mais e melhores políticas para benefício de todos os açorianos.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com atenção a intervenção do Deputado eleito pela Ilha Graciosa, tal qual como eu fui, e fiquei sinceramente cativado com o mundo de maravilhas que foi feito na Graciosa nos últimos meses, ou melhor, durante os meses de governação socialista na nossa Região.

Estou deveras encantado com aquilo que lá foi feito!

Tenho na minha frente o comunicado do Governo de 1997, realizado aquando da visita do executivo à Ilha Graciosa nesse mesmo ano.

Nesse comunicado aparecem uma série de obras, — penso que o Sr. Deputado também terá este comunicado na sua frente — e vejo aqui muitas coisas prometidas à Ilha Graciosa.

Para além dos subsídios entregues às colectividades da nossa ilha, eu gostaria que o Sr. Deputado José Nascimento Ávila, referisse **uma única e só obra** destas que aqui estão, feita nos últimos 18 meses na Ilha Graciosa?

Destas que aqui estão há alguma concluída? E as que começaram quando é que tiveram início?

Para já, era só esta pergunta que gostaria que o Sr. Deputado me respondesse.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Cunha:

O Partido Socialista, das promessas que anunciou em 1997, a maior parte já cumpriu e as que ainda não cumpriu...

Deputado João Cunha (PSD): Uma só!

O Orador: O Partido Socialista realmente, em termos de obras, pode não ter feito, mas comprou obra feita, porque deu 32 mil e 500 contos por um edifício novo e adquiriu um outro, que se destina a fazer o lar de idosos...

Deputado João Cunha (PSD): Uma só!

O Orador: Ele comprou uma obra feita. À partida, não fez obra, mas comprou obra feita.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para mais uns pedidos de esclarecimento e já agora para prestar também alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar, obra física feita na Graciosa por este Governo, **nada**. Apenas se romperam agora alguns metros de asfalto.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Já é alguma coisa!

O Orador: Isso já era para ter sido feito em 1997!

Esses metros de asfalto que se romperam estão a prejudicar grandemente — há mais de 30 dias que já estão assim — os transeuntes que passam em diversas ruas de Santa Cruz da Graciosa.

O Sr. Deputado que ficou maravilhado com esta visita do Governo, falou aqui em diversas questões. Eu não me vou pronunciar mais sobre elas, porque este Governo ainda não fez absolutamente nada como se pode verificar e por aquilo que disse o Sr. Deputado José Nascimento Ávila, ele nada fez, apenas comprou obra feita. Apenas atribuiu subsídios e isso é fácil.

O Sr. Deputado deve estar muito contente com os subsídios que foram atribuídos às colectividades da nossa terra e eu também estou. Mas confesso que fiquei envergonhado com os subsídios que foram dados às nossas colectividades, quando houve uma discriminação muito grande em relação àquilo que foi feito por exemplo para a Ilha Terceira.

Eu tenho aqui uma relação dos subsídios que foram atribuídos para a Ilha Terceira e vejo que para o Centro Social da Ribeirinha foi atribuída uma verba de 4 mil contos; Castânea, Associação Cultural da Terra Chã, 3 mil contos; Grupo de Santo Agostinho (não sei o que é que ele faz!) 12 mil 487 contos. Só este último cobre todos os subsídios que foram entregues na Graciosa.

A Junta de Freguesia de São Mateus recebeu uma verba de 8 mil contos; a Casa do Povo do Porto Judeu, 13 mil 261 contos; a Casa do Povo da Ribeirinha (a tal que parece que é a "Jamba" para muita gente que devia ter mais respeito, mas que não tem!) 14 mil 656 contos; a Casa do Povo de São Mateus recebeu 13 mil 285 contos. Só estes subsídios envergonham o conjunto daqueles que foram dados na minha ilha.

Mais:

O Sr. Deputado falou que o Governo, numa acção de diálogo, tinha passado pela Graciosa e resolveu os problemas daquela ilha. Não resolveu!

Ficaram muitos deles por resolver.

Eu penso que o meu tempo está a terminar, mas eu voltarei ao assunto.

Se dialogaram com alguém, deviam tê-lo feito, acima de tudo, com as juntas de freguesia que foram democraticamente eleitas na minha ilha. Porém, o diálogo que fizeram foi apenas com os seus parceiros partidários. Não houve mais diálogo!

Se dialogassem com alguém, deveriam tê-lo feito com as juntas de freguesia.

Não o fizeram!

Passaram na Graciosa e nem quiseram saber dos presidentes de junta de freguesia o que é que havia para resolver em cada uma das suas freguesias e haviam muitos problemas e graves.

Presidente: Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou de acordo com o Sr. Deputado em relação à última matéria que referiu.

Embora a metodologia seja da responsabilidade de quem governa, eu também não posso concordar que as juntas de freguesia tenham ficado à margem e não tivessem sido ouvidas.

O tempo por vezes escasseia e às vezes é preciso fazer algumas exclusões, mas na minha opinião, as juntas de freguesia deviam ser sempre as primeiras a serem ouvidas, porque são o poder local, são o primeiro degrau da democracia e são elas que estão mais próximas das populações. Aí estamos de acordo.

Quanto às estradas que foram prometidas em Abril de 1997, o Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu ou ainda melhor, que nesta história tem que haver concursos que podem ser públicos ou limitados. Como sabe, houve um concurso limitado que foi feito e que demorou alguns meses...

Deputado João Cunha (PSD): Porque é que não fizeram há 1 ano?!

O Orador: ... e acontece que atendendo às respostas que foram dadas àquelas pessoas que aceitaram o concurso, acabaram as mesmas por apresentar valores que não estavam em conformidade com a lei. Aliás, não podia ser concurso limitado.

As coisas emperraram e tiveram que fazer o chamado concurso público. É claro que estas coisas demoram meses e daí a razão de só agora é que se está a iniciar as obras de asfaltagem nas estradas da Graciosa.

Infelizmente, e por razões de saúde da minha mulher, eu tenho estado mais tempo no Continente do que na Graciosa, no entanto, estive lá dois dias e pelo que me apercebi foi dado a saber que as coisas não estão a funcionar bem na Graciosa, porque qualquer obra causa problemas às pessoas enquanto está a decorrer, isso é perfeitamente normal em qualquer sítio e sempre foi assim. É um incómodo inevitável.

A demora na feitura e no arranque da estrada que faz ligação ao Arrabalde, não é por culpa do Governo ou das obras públicas, porque como sabe, foi feito lá o saneamento básico e a Câmara Municipal de então, não atendeu muitas vezes às reclamações — umas vezes justas outras vezes injustas — das pessoas que chamavam a atenção de que a firma que lá estava a fazer o saneamento básico estava a fazê-lo mal feito e fez. Tanto assim é, que agora foi para lá uma máquina fazer escavação e encontrou os tubos da água a 25 cm de profundidade e o Sr. Deputado sabe muito melhor do que eu, porque é técnico nessa matéria, que não podia estar a uma profundidade inferior talvez a um metro ou 70 cm.

O que acontece agora, é que a Câmara, em conjunto com as obras públicas que estão a colaborar activamente nessa matéria, estão a fazer novo ramal para que aquilo fique a uma profundidade para se poder trabalhar.

Quanto às juntas de freguesia, estou inteiramente de acordo, porque elas têm que ser sempre ouvidas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vamos entrar nas questões técnicas, porque eu já sabia que a desculpa ia ser essa.

O que lá está à vista são os ramais domiciliários que têm uma altura que talvez o Sr. não conheça e estou a ver que muita gente também não sabe qual é. Mas quanto a isso estamos conversados.

Em relação ao resto, o concurso para a execução das estradas foi prometido o ano passado.

Um Governo que promete um ano antes para cumprir um ano depois, para mim não serve.

O Sr. ficou muito satisfeito com as obras que vão ser feitas lá.

Pergunto:

Para a ampliação da Escola Básica 2,3/S de Santa Cruz da Graciosa qual a resposta dada?

Para a melhoria dos caminhos de penetração e florestais da ilha, qual a resposta dada?

E no que diz respeito à construção de um quebra-mar de protecção do porto de pescas da Graciosa?... Grandíssima vergonha para quem resolveu bem um problema que não foi bem resolvido, mas sim **mal resolvido!**

Foi empurrar para cima de outros aquelas que eram as **suas responsabilidades!**

Aquilo que o Sr. Secretário fez na Graciosa foi empurrar para cima da Câmara Municipal as responsabilidades que deviam ser da Secretaria!

O Sr. devia ter dito isto aqui dentro, mas não disse.

A reunião que o Sr. Secretário e o Sr. Presidente do Governo fizeram com os pescadores da Ilha Graciosa em relação ao porto de pescas foi uma **autêntica**

vergonha, porque eu fiz um requerimento dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia pedindo explicações sobre o porto de pescas da Graciosa e foi-me dito que ele custaria 300 mil contos e eu tenho a resposta por escrito.

Para não se fazer o porto de pescas da Graciosa, dando a "desculpa de mau pagador", o Secretário disse perante o Sr. Presidente do Governo, que ele custaria 600 mil contos.

Toda a gente disse que custava 600 mil contos.

Eu fiz um requerimento de imediato pedindo um estudo, que foi apontado lá pelo Sr. Secretário, que está aqui na nossa frente e que **não nega** que disse que tinha um estudo que apontava para os 600 mil contos, mas ainda não o recebi.

Se ele tivesse feito, não custava nada entregá-lo logo. Ainda não me foi entregue, mas fico à espera que o Sr. Secretário, aqui no plenário, ainda o entregue na minha mão. Se tem esse estudo, dê-mo se faz favor!

Isto é uma vergonha!

Sr. Deputado, sobre questões de saúde eu não quero falar agora nesse assunto, porque não está cá dentro o Sr. Secretário, porque se ele tivesse cá, eu tenho aqui uma série de papéis para mostrar. Ele pediu-me para denunciar, mas eu não sou fiscal do Governo. Eu sou Deputado Regional eleito pelo povo da Graciosa, para defender os seus interesses e anda muita coisa mal na saúde, mas nós vamos lá chegar e eu subirei aquela tribuna e denunciarei todos os casos.

O Sr. Secretário disse na televisão que tinha mandado fazer averiguações, e eu estou à espera dessas conclusões. Se ele tem **honra** e se realmente as mandou fazer, ponha-as cá para fora, porque nós queremos saber.

Há imensa gente prejudicada na Graciosa em relação a questões de saúde e o Sr. Deputado, contrariamente àquilo que fazia antigamente, sabe que existe, mas nada faz.

Inclusivamente, as passagens dos doentes que se deslocam continuam a não chegar à Graciosa atempadamente. Ainda hoje, reli aqui mais uma intervenção sua quando estava na oposição que dizia exactamente isso.

O Sr. nunca mais falou nisso, mas continuam a acontecer coisas desse género. O Sr. agora não sobe à tribuna para dizer isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Cunha:

Como disse há pouco, eu tenho estado ausente e não sei o que é que se está a passar na Graciosa em termos de passagens.

Se isso continua a existir, está mal, mas a situação é tão fácil de resolver como foi da outra vez. Nessa altura eu era da oposição e empenhei-me. Portanto, agora que sou da posição empenhar-me-ei muito melhor.

Quanto às coisas que foram feitas na Graciosa e foram prometidas, nós teremos oportunidade — encontramos-nos todos os dias — de fazer um balanço e ver o que lá já foi feito. Eu apenas fui buscar os últimos três comunicados do Governo de então, aquando da sua visita à Graciosa.

Não há dúvidas que esses dois últimos comunicados, de longe, têm muita mais substâncias, têm muitas mais coisas que os anteriores.

Os outros fizeram o que puderam. Muito bem. O que está feito, está feito!

Uma das coisas que este Governo Regional resolveu na Graciosa e que já vinha desde 1997, diz respeito ao saneamento financeiro da Adega, que foi muito bom para a população daquela ilha, principalmente para os produtores que finalmente viram as suas dívidas pagas.

Desde 1997 que eles não viam o seu dinheiro.

Em relação ao porto de pescas, essa é uma reivindicação que já tem "barbas". Ela não é de agora e não é só agora que faltam as coisas na Graciosa.

Este Governo tem que ter pelo menos o benefício da dúvida. Ele está a governar apenas há 18 meses. Portanto, não pode fazer tudo num ano.

O que interessa realmente, é que quando eles forem lá fazer as promessas, cumpram-nas.

Vamos falar agora de projectos.

O Sr. Deputado sabe muito bem que eu fui presidente de uma junta em 1990, 91 e 92. Nessa altura, foi 2 ou 3 vezes lá uma comitiva e na primeira vez levaram, pomposamente, três projectos para as lotas da Graciosa. Até hoje, lotas, zero!

Apenas e muito bem, em 1996, o Governo resolveu adaptar um edifício a lota — e fez muito bem, porque aquilo era um edifício que ficava ali a cair — e pelo menos aquela freguesia ficou beneficiada.

Hoje, os projectos estão lá na gaveta e não deram execução a eles.

Portanto, em 1998, é bem provável que tudo o que foi prometido em 1997 fique concretizado e pode acontecer que o que foi prometido em 98, transite para 99.

Agora, uma coisa é certa, eu vou envidar todos os esforços para que seja cumprido e posso-lhe garantir isso. E digo-lhe já que quando for para apresentar votos de protesto, eu junto a minha à sua voz, para protestar com coisas que eu veja que temos que protestar, mas temos que ser razoáveis e temos que dar tempo ao tempo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A lista de obras, não acaba aqui:

"Início urgente das obras da protecção do porto comercial da Praia". Isto está no comunicado divulgado há dois anos.

O que é que foi feito até hoje, Sr. Deputado?!

"Realojamento de duas famílias na Graciosa".

Quando é que foi feito?!

Já agora que falámos no comunicado do Governo deste ano, isto provavelmente é para rir. Encher folhas de papel é fácil.

Há aqui duas ou três coisas muito bonitas e que vale a pena fazer na Graciosa, mas pôr no comunicado do Governo que se dá não sei quantas telhas para uma filarmónica, que se vai adquirir uma tenda de ferreiro que já está adquirida, que se vai dar um piano à Academia Musical, isto só pode ser para encher completamente um comunicado do Governo.

Antigamente, os Governos do PSD iam à Graciosa, davam 2 mil contos ou mil contos e não punham nos comunicados do Governo. Os subsídios eram publicados no Jornal Oficial.

Coisas destas, Sr. Deputado, servem apenas para gastar papel.

Naquilo que se refere a votos de protesto, eu vou registar essa sua boa vontade em protestar connosco, mas não proteste só através da Rádio Graciosa, proteste também, quando tiver razão e vir que nós também temo-la — daqui a pouco o Sr. Deputado terá a dar-nos razão - naquela tribuna ou daí onde está sentado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão está longa.

Sr. Deputado João Cunha, para lhe falar com franqueza, parece que o Sr. não tem os comunicados de 95, 94 e 96. Realmente, nesses comunicados há coisas que só podem ser para encher papel, como o passar a tomar conta do edifício onde funciona o turismo e coisas deste género. Isto é que é para encher papel...

Deputado João Cunha (PSD): Diga mais!

O Orador: Tem mais. Ó Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

Como eu já lhe disse, Sr. Deputado, eu tenho todo o prazer em sentar-me à mesa com V. Exa. para vermos isto.

Eu sou capaz de assumir que há coisas aqui que não deviam fazer parte do comunicado, mas o Sr. não pode falar nesse aspecto, porque se formos ver os comunicados anteriores, também há lá coisas da chamada "lana caprina". Francamente!

Não vamos falar nesse aspecto.

Quando disse que o Sr. Secretário queria transferir responsabilidades para outros, como por exemplo em relação à fábrica de lacticínios, posso-lhe dizer apenas que o que o Sr. Secretário quis foi possibilitar uma envolvência por parte dos lavradores e das entidades públicas ou privadas.

É lógico que a Graciosa, dada a pequena dimensão que tem e como tudo é relativo, não tenha nenhuma entidade pública ou privada que possa participar ou fazer parte da fábrica de lacticínios. Por isso, acabou por ser a Câmara como entidade pública.

No artigo 51.º, no Decreto 100/84, na alínea i) encontramos o seguinte:

"Deliberar sobre formas de apoios a entidades e organismos legalmente existentes que prossigam no município fins de interesse público".

A Fábrica de Lacticínios da Graciosa está perfeitamente abrangida por este artigo.

Se no Decreto 100/84/A, prevê determinadas situações e competências que a Câmara pode fazer, é lógico que tem que utilizar estes meios. Uma maior envolvência é benéfica e é preferível que assim seja para o melhor funcionamento da fábrica.

Era só.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão está longa, como diz o Sr. Deputado José Nascimento Ávila, mas nunca é demais e em prol da nossa terra, defendermos aquilo que deve ser feito.

Uma questão Sr. Deputado:

Dê mais algum exemplo de questões de "lana caprina" que tenham sido tomadas em comunicado pelos Governo do PSD na Ilha Graciosa.

Tomar conta do edifício do turismo, na minha opinião, é importante.

As obras prometidas e que não foram feitas não ficam por aqui.

Em relação às repavimentações de estradas regionais em falta, nada foi feito.

No Miradouro da Senhora da Saúde, é necessário espalhar 400 a 600 metros de asfalto. Isso foi prometido pelo Governo, mas não foi feito.

No que diz respeito à construção do Quartel de Bombeiros, ela vinha inserida no Plano de 1997. Onde é que ela está?!

E no porto de recreio da Barra o que é que fizeram?!

No que se refere à construção da Central Termoeléctrica que o seu antecessor nesta Assembleia, eleito pelo PS, tantas vezes ergueu a voz, o que é que foi feito?!

O que é que o Sr. defende agora?

Para terminar, mais uma outra reivindicação vossa: "transportes aéreos ao domingo para a Graciosa". O que é que foi feito neste campo?!

Para já, Sr. Deputado, fico por aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Cunha:

Uma vez que focou aí algumas coisas que estão no comunicado do Governo do Partido Socialista, eu vou frisar mais um aspecto que fez parte de um comunicado dos Governos anteriores e que provavelmente também não devia ter feito, ou seja, "o Governo disponibilizou-se também para participar os trabalhos de execução de espaços acimentados para prática de educação física e desporto em escolas".

Essas são coisinhas muito pequeninas que não deviam fazer parte de um comunicado do Governo.

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. nem sabe o volume de obra que isso tem!

O Orador: Ó Sr. Deputado, isto é uma coisa tão pequena!

Em relação ao Miradouro da Senhora da Saúde, eu estava atento e uma coisa é certa, tanto faz eu estar no posição ou na oposição, é óbvio que eu quero que as coisas que sejam prometidas sejam cumpridas. É perfeitamente normal e lógico.

No entanto, é preciso vermos uma coisa, ou seja, a razão pela qual as coisas por vezes não são cumpridas ou não são feitas como nós desejaríamos.

Em relação a esse Miradouro, como o Sr. Deputado sabe, as pessoas que pediram essa asfaltagem, ouviram outras opiniões. Houve uma opinião do actual delegado das obras públicas da Graciosa e combinaram chamar lá uma arquitecta paisagística para dar um arranjo e é bem provável que em vez de ser asfalto, seja empedrado para se enquadrar melhor na paisagem.

Portanto, foi esperar para melhorar.

Sendo assim, tudo bem.

Presidente: Encerrado este debate, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O dia 29 de Junho é um marco histórico para o Concelho da Ribeira Grande. É o dia do seu feriado municipal, dia das Cavalhadas de S. Pedro, o ponto alto das festas da cidade. Foi neste mesmo dia, em 1981, que a então Vila da Ribeira Grande foi elevada a cidade. Foi há 17 anos.

Mas, 29 de Junho faz também recordar, aos ribeiragrandenses, momentos tristes e de desolação. De facto, nesse mesmo dia, há 435 anos, o vulcão da Lagoa do Fogo entrou em erupção. Tratou-se do maior fenómeno de natureza vulcânica registado nos Açores, desde o seu povoamento. Estávamos em 1563.

Os abalos sísmicos que antecederam a explosão Vulcânica arrasaram as casas, as ermidas e as igrejas da Vila e encheram de terror as populações. Logo depois é o Pico do Sapateiro que entra em actividade e cobre de lava a freguesia da Ribeira Seca, para, passado pouco tempo, a natureza, parecendo insatisfeita, fazer desabar, sobre a Ribeira Grande, tão grande inundação que para o mar arrastou o pouco que restava na vila, deixando atrás a ruína e o desespero.

Muitos abandonaram a Ribeira Grande, mas outros optaram por ficar e, corajosamente, enterrar as cinzas, remover as escórias vulcânicas e reconstruir as casas e as ermidas. Foram 40 anos de desgosto, de pobreza e de muita fome. Várias vezes destruída, a Ribeira Grande sempre soube levantar-se e recomeçar, sempre soube resistir a factores adversos e a agentes perturbadores do seu desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Concelho da Ribeira Grande, com 28 mil habitantes e 14 freguesias, contém, no contexto regional um grande potencial de crescimento. Único concelho micaelense que faz fronteira com todos os outros cinco da Ilha, dispõe de variadíssimos recursos que, devidamente equacionados e integrados num plano de desenvolvimento regional, trará, certamente, benefícios não só à sua população, como a todos os açorianos em geral. De facto, o concelho da Ribeira Grande e a sua população apenas pretendem ter, no contexto da ilha e do todo regional, aquilo a que, efectivamente, têm direito. Nem mais, nem menos do que isto!

O desenvolvimento integral dos Açores, se por um lado exige solidariedade de todos nós, por outro impõe, necessariamente, que haja rigor e critério nas decisões políticas.

Os recentes temporais começaram a afectar a Ribeira Grande a partir de 1995. Mas a maior e mais dolorosa perda para a Ribeira Grande ocorreu a 10 de Setembro de 1997, quando uma Ribeiragrandense perdeu, tragicamente, a vida, numa temerosa e destruidora cheia.

Devo referir que a zona onde ocorreu este acidente, mantém-se exactamente da mesma maneira. Os muros da ribeira ainda não foram construídos e a responsabilidade é tanto da Câmara como do Governo.

É uma situação que se impõe qualquer acção, porque os meses de Agosto e Setembro aproximam-se, perigosos e, segundo a história, têm sido perigosos para a Ribeira Grande em termos de cheias.

A Câmara, pela informação que eu disponho, ainda não fez qualquer reparação no sítio, porque está à espera da decisão do Governo do que se irá fazer naquela zona, por isso deixo aqui o alerta para que efectivamente se resolva esta questão. A zona chama-se Trás Mosteiros.

Os prejuízos materiais, em todo o concelho, atingiram valores bastante elevados. À pronta reacção da Câmara, diria, até, das Câmaras, em intervir na recuperação e reconstrução, o Governo, pelo contrário, respondeu com uma lenta disponibilização em participar as despesas e em reparar os danos que, por direito, lhe cabiam. E aos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, especialmente as suas estruturas operacionais, que tão exemplares foram neste período de calamidades, o Governo respondeu com firmeza, distanciamento, acusações e com algumas recusas inexplicáveis.

Quanto às infraestruturas de apoio à agropecuária, não obstante podermos abordar este assunto mais tarde, por enquanto apenas refiro, que há muita gente, mesmo muita gente atenta ao que foi prometido para o concelho, ao que se vai fazer e ao que se anda a fazer noutros lados.

Os problemas sociais do concelho, tema de superior importância e de profunda complexidade, não podem ser tratados de forma ligeira e superficial, numa intervenção como esta. De qualquer forma, impõe-se uma solidariedade a três níveis — europeia, nacional, mas também regional — onde a política do Governo esteja articulada com a do poder autárquico, conjugando-se, sempre que possível, o trabalho exercido, nesta área, pelas organizações sociais da comunidade onde estão inseridas.

Rabo de Peixe é a freguesia onde o número e a natureza dos problemas sociais assumem maior relevo, mas convém não esquecer também, que na própria cidade e

na parte nascente do concelho - de Lomba de S. Pedro, à Ribeirinha - também há manchas de pobreza social dignas de muita atenção. A título de exemplo, o Bairro de S. Vicente de Paulo, na Ribeirinha, é formado por 19 habitações exíguas, que albergam 39 casais, totalizando, aproximadamente, 140 pessoas. Há a promessa pública deste Governo de que vai determinar o realojamento daquelas pessoas. A população do bairro e a Junta de Freguesia estão à espera!

No plano das construções escolares, há a referir que, terminada a ampliação da Escola Secundária da Ribeira Grande e se se vier a construir as novas escolas do 1º ciclo e a do básico integrado, na Maia, a rede escolar do concelho ficará, efectivamente, melhorada, mas não de todo concluída.

Quanto ao parque desportivo, anexo à Escola Secundária e ainda em fase de construção, a Escola e a população da Ribeira Grande esperam que o Governo dê seguimento à sensibilidade que já manifestou em construir, no referido parque, um campo de futebol de onze e não de sete. De igual modo, em relação a este campo e já que o Governo não quer oferecer à Escola Secundária e à Ribeira Grande um campo relvado, pelo menos que o construa com as infraestruturas indispensáveis a um futuro arrelvamento.

O desenvolvimento equilibrado de qualquer região passa pela existência de uma rede viária perfeitamente articulada e adaptada às verdadeiras necessidades da população e com capacidade de dar resposta às expectativas futuras de desenvolvimento. Nesta matéria, é de referir que, finalmente, arrancou a construção do primeiro trecho da envolvente sul à cidade da Ribeira Grande, um projecto que teve a colaboração de vários Governos, tendo, porém, sofrido adiamentos sucessivos.

Contudo, no que diz respeito à estrada que liga a Ribeira Grande a Ponta Delgada, serão poucos aqueles que aceitarão e perceberão os argumentos que justificam uma mera repavimentação daquela estrada, como se quer fazer, em vez de remodelá-la para 4 faixas de circulação. A situação mais se agrava pelo facto de, e pelo que se julga saber, a nova estrada Lagoa-Ponta Delgada, vir a ter as 4 faixas. Se assim é, o Governo terá que explicar muito bem os motivos de tal discriminação, aos utentes da estrada do norte, como lá se diz.

A vida cultural no concelho, outrora muito vivida e hoje mais latente, apesar de se manter ainda manifestações de grande valor, necessita, certamente, de uma considerável ajuda para se atingir os níveis que se deseja. É digno de realçar a decisão e determinação da população e da Câmara da Ribeira Grande em reconstruir e ampliar o Teatro Ribeiragrandense, o qual irá funcionar com estruturas complementares, de apoio a actividades ligadas ao associativismo cultural.

A dinamização da cultura tem passado fundamentalmente pelo poder autárquico, pelas escolas e pelas associações, porque da iniciativa do Governo, pouco se tem feito. A título de exemplo, na recente edição do ciclo "Órgãos dos Açores", da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, não se integrou a Ribeira Grande, que também tem um órgão na sua Matriz, construído há 143 anos e recuperado há 10 anos. Mas, nem por isso, a Ribeira Grande deixa de dar passos decisivos na educação musical das suas populações. Terra de Raposo Marques e Edmundo Machado Oliveira, que à música deram precioso contributo, continua a acarinhar e a estimular várias actividades ligadas à música.

Aproveito a oportunidade para reconhecer o papel que algumas Casas do Povo têm desempenhado no domínio da educação musical, com especial destaque para os cursos de violão que são frequentados, anualmente, por dezenas e dezenas de crianças. Mas as Casas do Povo, não só à música se têm dedicado. O apoio social e desportivo, bem como outras manifestações culturais, têm sido os pilares da reconhecida actividade que desenvolvem junto da sua comunidade. Por isso, com surpresa e alguma indignação, não compreendemos a atitude do Governo em querer, manifestamente, dificultar os apoios aquelas instituições, como nos têm feito sentir os seus responsáveis. Desde Janeiro que ainda nada receberam! É a primeira vez que isto acontece! Estamos já no mês de Junho!

É neste contexto que reafirmamos que o Teatro Ribeiragrandense será, sem dúvida, um importantíssimo polo dinamizador das actividades culturais e trará, certamente, benefícios sócio-culturais à população do concelho da Ribeira Grande. Por isso, foi geral, salvo algumas eminentes excepções, a indignação por parte da população à manifesta intenção do Governo de, também aqui, dificultar a reconstrução e ampliação do Teatro, uma obra tão desejada pelos Ribeiragrandenses. Agora, resta

aguardar, com muita curiosidade, a aprovação da reprogramação do PEDRAA II, para se ver como serão desenvolvidos os próximos capítulos.

Do extenso e riquíssimo património natural e construído do concelho, por enquanto, faríamos apenas referência a uma situação que, especialmente, nos tem preocupado. Trata-se da crescente e perigosa degradação da fachada da Igreja do Espírito Santo, mais conhecida por Igreja do Senhor dos Passos, localizada no centro da cidade.

A sua história começa em 1522, com a construção da Casa do Espírito Santo, para depois ser reconstruída em meados do século seguinte, tendo ficado, naquela altura, já com a arquitectura que hoje exhibe.

A cantaria que enriquece a sua imponente fachada foi obra dos canteiros ribeiragrandenses e segundo alguns estudiosos, constitui o mais belo exemplar de arquitectura barroca dos Açores. Daqui o nosso alerta, à semelhança de outros que, ao longo dos últimos anos, muitos já fizeram, para que se desencadeie a recuperação da Igreja do Espírito Santo, para bem do património dos Açores.

O litoral do concelho da Ribeira Grande, se, por um lado, é rico em belezas naturais e em pequenos portos de pesca, por outro, o seu mar revolto desenvolve uma profunda e persistente acção erosiva sobre a costa. À semelhança de outros locais dos Açores, a erosão da costa constitui também um grave problema para a Ribeira Grande, ao qual, e enquanto se aguarda pelo prometido Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da costa norte da Ilha de S. Miguel, o Governo, atempadamente, terá que dar resposta a situações urgentes e inadiáveis. Os recentes desabamentos das Calhetas vieram novamente recordar um problema que se estende a muitas partes do concelho, as quais, na maioria das vezes, albergam núcleos de degradação social e ambiental. É o caso, por exemplo, do litoral da Ribeira Grande que a par da degradação social e paisagística se associa a profunda acção erosiva do mar. De facto, ao longo dos anos, este litoral, constituído de rocha facilmente degradável, tem vindo a sofrer um recuo permanente. Por todas estas razões, se impõe a construção de um muro de suporte e de protecção, pelo que o Governo, no planeamento das suas medidas políticas, tenha em conta esta prioridade. Só assim é que os ribeiragrandenses poderão, ali, edificar um espaço de embelezamento da sua cidade e de virem a poder concretizar um sonho de muitos e muitos anos — uma via

litoral. Há quem diga que o Governo começa já a dar indícios de que vai criar obstáculos à realização de tal obra. Certamente que são boatos, sem fundamento, claro!

Neste litoral nortenho, não podemos esquecer os pequenos portos de pesca — Maia, Porto Formoso, St^a Iria e Calhetas — que, devidamente enquadrados e valorizados, seriam certamente uma mais-valia para o concelho e para Ilha de S. Miguel.

Em relação ao Porto de Pesca de Rabo de Peixe, obra há muito desejada pelos pescadores e pelo concelho da Ribeira Grande, queremos deixar aqui o nosso veemente protesto:

Primeiro, pelo facto do tipo de porto que vai ser construído não ser o que os pescadores e a Ribeira Grande sempre ambicionaram;

Segundo, pelo facto de um elemento do Governo, protagonizando um comportamento lastimável, ter alcunhado os pescadores de Rabo de Peixe, de ignorantes;

Terceiro, pelo facto do Governo, numa atitude grosseira e antidemocrática, ter impedido, ditatorialmente, a presença dos representantes do poder autárquico, numa reunião onde se negociaria uma decisão final para o porto de Rabo de Peixe.

Tal atitude, repreensível a todos os títulos, e que, inacreditavelmente, aconteceu numa União Europeia que gosta de exhibir ao mundo a sua cultura democrática, vem, por um lado, retirar toda a transparência à negociação e decisão governamental e, por outro, revelar que o respeito pelos valores éticos da política e da democracia não faz parte da conduta de alguns governantes.

Atitudes como estas, quer sejam do passado, quer estas do presente, bem como as do futuro, são também as responsáveis pelo crescente descrédito que as populações sentem pela política e pelos políticos.

Em relação ao Concelho da Ribeira Grande, com 28 mil habitantes e 14 freguesias, se continua assim a vossa política governante, arriscam-se a perturbar e a esgotar a paciência de um gigante adormecido.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para dar um breve esclarecimento ao Sr. Deputado Francisco Xavier, porque parece que ele está mal informado no que diz respeito ao Bairro de São Vicente.

Na última visita do Governo Regional, esse bairro foi integrado no programa de realojamentos que é da responsabilidade da Câmara e foi aumentado o número de realojamentos a fim dessas 30 famílias ficarem integradas nesse programa.

O Governo Regional, nesta altura, não tem a responsabilidade de resolver aquilo que já está em curso (suponho eu!), que são as construções que a Câmara Municipal está a fazer ao abrigo desse programa e que naturalmente vêm dar resposta a uma situação muito antiga.

Essa cultura de exigência não lhe fica bem, sobretudo sem fundamento.

Em relação à envolvente à Ribeira Grande que tanto falou aí, ela só começou agora, porque foi adjudicada sem os terrenos estarem comprados. Portanto, os empreiteiros não podiam entrar nas terras que não lhes pertenciam.

Quanto à repavimentação da estrada da Ribeira Grande, ela está a merecer um estudo da Junta Autónoma de Estradas e vai responder ao tráfego que por lá passa, porque o facto das vias serem duas ou quatro, naturalmente tem a ver com o estudo do tráfego e da fluidez do mesmo.

A estrada da Ribeira Grande vai ser repavimentada com uma sinalização adequada em que haja via de rápidos e de lentos e que naturalmente responda às situações que aquela estrada tem.

Eram só estes esclarecimentos que eu queria fazer em relação à Secretaria Regional de Equipamentos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Xavier:

Sinceramente, tenho que começar por dizer que pela sua intervenção verificaria que entre as festas do ano passado da Cidade da Ribeira Grande e as festas deste ano, nada aconteceu de diferente naquela cidade.

Como V. Exa. sabe e bem, aconteceram várias coisas neste ano no concelho da Ribeira Grande.

Comecemos por aquelas em que estamos mais à vontade, ou seja, as construções escolares, as quais V. Exa. também falou.

Efectivamente, em 1987, o Governo de então apresentou, e chegou a pôr a concurso, a construção de uma escola que agora voltou e finalmente está posta a concurso para ser construída, ou seja, a escola da Maia.

Foi este Governo que fez a ampliação — e ainda está a decorrer — da Escola Secundária da Ribeira Grande.

Este Governo fez contratos ARAAL com a Câmara Municipal da Ribeira Grande para ampliações, reparações e grandes conservações da escola, porque a única que efectivamente foi reparada até ao início do mandato deste Governo tinha sido a escola central da Ribeira Grande.

Por isso, fico a pensar que cada vez estamos menos tempo na Ribeira Grande. Eu pelo menos estou menos, mas todas as semanas vou lá.

Também posso dizer-lhe que vejo outras coisas como o início da envolvente da Ribeira Grande, situação que, enquanto deputado, várias vezes referi nesta Casa e quando fomos vereadores da Câmara da Ribeira Grande, várias vezes me bati por ela e até mesmo cheguei a ir ao seu encontro quando fui candidato a Presidente da Câmara.

Com essa obra, a Ribeira Grande deu um salto muito maior do que com a obra da avenida marginal.

Ainda hoje, continuo a defender que é prioridade para a Ribeira Grande a envolvente, em primeiro lugar, e depois a avenida.

Quanto ao campo de futebol da Escola Secundária, o Sr. Deputado sabe tão bem como eu, que ainda não se concluiu se o campo cabe ou não naquele espaço.

No que se refere ao teatro da Ribeira Grande, o Sr. Deputado sabe tão bem como eu por que é que ele já não está feito ou está só naquela fase.

O Sr. sabe perfeitamente qual a razão que só agora ele está naquele ponto e já não está pronto.

Os apoios às associações culturais que referiu só podem ter uma razão, ou seja, nós aprovámos nesta Casa um diploma que é para ser respeitado e quem tem feito projectos para apoios às instituições culturais de acordo com o diploma aprovado nesta Casa, tem recebido os apoios.

Presidente: Sr. Deputado, está no fim dos seus três minutos.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

Para acabar e em relação ao comportamento lastimável do membro do Governo, gostaria de lhe dizer que era inevitável. Se eu quiser aparecer em qualquer situação onde são outros a serem recebidos, e eu querendo incluir-me nessa comitiva, é natural que a pessoa que vai receber diga "peço desculpa, mas o Sr. não faz parte desta comitiva".

O poder local da Ribeira Grande, a Câmara da Ribeira da Grande, o Presidente da Câmara da Ribeira Grande, tem todo o direito de ser recebido por este Governo e sê-lo-á sempre, mas há-de ser quando for ele e não meter-se na comitiva dos pescadores de Rabo de Peixe para ser o porta-voz dos pescadores, quando não o é.

Aí não há nada a lastimar e muito menos a criticar com questões ditatoriais do Governo que recebeu aqueles que efectivamente tinha que receber, porque eram aqueles que tinham pedido audiência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:

V. Exa. com certeza que não percebeu bem o enquadramento que fiz em relação a São Vicente de Paulo. Eu não estava a incriminar o Governo de nada, simplesmente constatei uma necessidade e disse que estávamos à espera da obra. Foi só isto!

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Mas não é o Governo que a faz!

O Orador: Mas a promessa que deixou na Ribeirinha foi essa.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Não senhor. O Sr. Deputado não percebe que o realojamento está a cargo do programa do Câmara?!

O Orador: Quanto à envolvente da Ribeira Grande, é uma obra necessária — e respondo ao mesmo tempo ao Sr. Deputado Francisco Sousa — e todos nós reconhecemos a sua importância.

Eu concordo consigo. Nós não poderíamos pensar numa via marginal ou numa via litoral sem termos a envolvente sul. É evidente que a progressão seja feita dessa maneira, mas uma coisa não inviabiliza outra.

Quando à partida, antes de se fazer qualquer estudo, começam-se a levantar problemas em relação à construção de uma via litoral, isso é de desconfiar.

Quanto à Escola da Maia, eu acho que este Governo encanta-se facilmente com aquilo que faz. Faz-me lembrar um jogador de futebol que faz uma finta, encanta-se e quando vai fazer a segunda e a terceira já não sai tão bem.

Este Governo está a executar algumas obras, até do anterior Governo. Não é isso que está aqui em causa.

O que está aqui em causa é que a Ribeira Grande merece isso e merece muito mais.

Em relação ao campo de futebol é a primeira vez que eu ouço que o mesmo não cabe no parque desportivo. Pelo menos todas as informações que eu recolho — eu pessoalmente não fui lá medir — é no sentido de que o campo de futebol cabe lá.

O problema está em determinados pareceres, naturalmente fundamentados em outros problemas, em outras posições que não querem que se faça um campo de futebol de 11 na Escola Secundária.

De qualquer maneira, o que eu disse na minha intervenção, é que estava à espera que o Governo pusesse em prática a sensibilidade que já demonstrou aos órgãos da escola e noutros sítios, de que estava interessado em fazer o campo de futebol de 11. Foi só isso.

O que eu pedi foi que, já que se vai fazer um campo de futebol e já que não vai ser de relvado, pelo menos que se crie as infraestruturas próprias e necessárias para um futuro arrelvamento.

Quanto ao Teatro, o que eu sei Sr. Deputado Francisco Sousa, é que houve muitos obstáculos em relação a ele, como por exemplo, a marina de Angra, o Teatro do Faial ou então os investimentos do turismo fazem-se só em Ponta Delgada e não na Ribeira Grande.

Estas foram sempre as explicações postas à frente e que justificam a não contemplação do Teatro com os fundos do PEDRAA, mas esta é uma solução que o tempo encarregar-se-á de resolver. Portanto, não estou preocupado com isso.

Estaria preocupado se a Câmara recuasse e não fosse feita a obra. A Câmara avançou contraindo um empréstimo ao banco e o que interessa é que a obra seja feita.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Depois o Governo há-de pagar!

O Orador: Em relação às Casas do Povo, não sei se se referiu a elas, eu não percebi bem o que disse acerca disso, mas de qualquer maneira posso dizer-lhe que é grande a insatisfação junto dos responsáveis dessa instituição. Dizem que não recebem nada, que é preciso fazer um ofício para todas as actividades quando o Governo já tem o plano de actividades.

Presidente: Sr. Deputado, o agradecia que procurasse terminar.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Os Presidentes das Casas do Povo não recebem nada, apenas dão o seu trabalho pela comunidade que os envolve.

Portanto, não é justo pedir ofícios para saber se o Presidente da Casa do Povo vai assinar um jornal ou não, quando são orçamentos às vezes ridículos que abrangem 2 mil, ou 2.500 contos. As razões possivelmente serão outras.

Em relação a Rabo de Peixe, a situação ainda é muito mais grave do que eu julgada. Dessa forma, o Governo pecou duas vezes, primeiro não convidou e, segundo, além de não ter convidado, não reconheceu o erro e colocou o Presidente da Câmara fora da porta.

Aliás, isso já é hábito do Governo nestes últimos tempos. É o Secretário Regional da Habitação que de um momento para o outro lembra-se de inaugurar uma rotunda na Ribeira Grande, vai sozinho e nem diz nada ao Presidente da Câmara, quando era este último que, em parceria com o Governo, estava a construir a rotunda.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não é obrigado!

O Orador: O Secretário não é obrigado a convidar o Presidente da Câmara, mas isso faz parte da cultura democrática Sr. Deputado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Os Srs. Secretários, nomeadamente o Sr. Secretário da Habitação vai à Câmara Municipal, reúne-se com os presidentes de junta e não quer que a Câmara esteja presente.

Presidente: Sr. Deputado, está no fim do seu tempo.

O Orador: Está no seu direito, mas são valores democráticos que não ficam bem, para não falar na assinatura do contrato do parque desportivo da Escola Secundária, onde não disse para o Presidente da Câmara estar presente, mas o Director Regional da Habitação esteve. Aí estávamos em campanha autárquica, percebemos perfeitamente.

Eu julgo que respondi às vossas questões, se no entanto não respondi, voltaremos a elas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para prestar esclarecimentos ao Sr. Deputado Francisco Xavier como membro do Governo e também como eleito pelo círculo de São Miguel, embora, neste momento, não esteja a exercer essas funções. No entanto, tenho o dever e a honra de prestar esclarecimentos.

Em primeiro lugar, quero dizer nesta Casa que convidei pessoal e repetidamente, o Sr. Presidente da Câmara da Ribeira Grande para ser ouvido como Presidente da Câmara daquele concelho, ou seja, na sua qualidade de autarca eleito e face a esse convite, o Sr. Presidente, aliás na presença de várias pessoas, disse que não tinha nada a dizer. Portanto, não queria ser recebido.

Em segundo lugar, quem anuncia nas páginas num jornal que se vai integrar noutra delegação e que posteriormente contactado diz que foi convidado por um fulano qualquer, que nem o nome sabe, é evidente que não vai entrar, porque eu não entro em nenhuma reunião, em nenhuma circunstância, sem anunciar ou pedir autorização

para entrar. Isto é o mínimo das regras da boa educação e da boa convivência democrática.

Eu não anuncio, publico um anúncio ou mando alguém pôr por interposta pessoa num jornal, que vou aparecer na reunião que se vai realizar.

Em terceiro lugar, o processo de audição que se fez não tinha sido feito anteriormente e realizou-se de porta aberta, com câmaras de televisão e com jornalistas para que nada fosse escondido.

O que aconteceu foi que houve duas reuniões e quem pedido para ser recebido foram os pescadores e as suas organizações. Portanto, foram recebidos na primeira e na segunda reunião técnicas e na terceira e última que se fez para apresentarem as conclusões da avaliação que tinham feito.

Foi para essa reunião que se quiseram convidar através das páginas dos jornais, mas essas não são as regras de convivência normal.

Mesmo admitindo isso, eu tive a hombridade de telefonar e de dizer pessoalmente ao Presidente da Câmara que o convidava para ser ouvido como Presidente da Câmara. Isso foi feito na presença do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe que também assistiu, de vereadores da Câmara e de membros da junta.

A verdade tem que ser dita!

Eu não entro num sítio sem ser convidado e os processos de audição não podem ser feitos com se fazia no tempo do PREC, ou seja, entra-se por uma porta dentro e cá estamos nós.

As ocupações selvagens já passaram e o respeito pelos órgãos tem que ser feito de parte a parte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que cultura democrática não pode significar darem-se subsídios ou verbas de 2.000 ou 2.500 contos com um simples ofício. Essa época passou à história.

Esta Casa aprovou um diploma onde está "preto no branco" como é que se tem acesso a subsídios. Esse diploma é para cumprir.

Eu estive aqui para votar a favor desse diploma, como estou aqui para fiscalizar o cumprimento do mesmo por parte do Governo.

Eu não admito que o meu Governo, este Governo que aqui está sentado, dê subsídios de 2.000 ou 2.500 contos com um simples papel.

Deputado João Cunha (PSD): Como é que foram dados todos estes?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Exactamente!

A resposta está ali na mão do Sr. Deputado João Cunha. Não é preciso dizer mais nada.

Deputado João Cunha (PSD): Onde é que está o papel para todos estes, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Deputado João Cunha (PSD): Não tem que agradecer, é a verdade!

O Orador: Sr. Secretário:

Desconhecia exactamente que tinha convidado o Sr. Presidente da Câmara e eu faço as minhas intervenções com base naquilo que me dizem e com base na minha reflexão.

Mas, "quem não deve, não teme"!

E naquela reunião, se me aparecesse um Presidente de Câmara, um legítimo representante do povo, quando eu ia decidir uma obra que não é só dos pescadores de Rabo de Peixe, mas do concelho da Ribeira Grande e da costa norte da Ilha de São Miguel, eu não pensava duas vezes, dava o toque, avisava-o, ensinava-o de que se vem para as reuniões quando se é convidado, mas não o punha pela porta fora.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): A cultura democrática é nos dois sentidos!

O Orador: Estas questões, devem ser tratadas no seu conjunto, porque não foi só isso.

Como é que um Director Regional, directa ou indirectamente, chama de ignorantes os pescadores de Rabo de Peixe? Como é que é possível?!

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Isso não é verdade!

O Orador: Não é verdade?!

Bom, eu não estive lá.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Deputado Manuel Azevedo (*PSD*): Eu ouvi isso na rádio!

O Orador: Eu não tenho o dom de estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Tenho que me servir das informações que me dão.

Se não é verdade, então deviam ter tomado uma posição pública para repor a verdade.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Eles tomaram uma posição pública. O Sr. só ouve aquilo que quer!

O Orador: O que se passou foi grave e vemos pelas informações que vêm no jornal. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na última intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa, V. Exa. afirmou que o tempo em que se atribuíam os subsídios por solicitação de um mero ofício já tinha terminado.

De facto, esta Assembleia aprovou no passado ano, por unanimidade, com uma participação bastante activa do Grupo Parlamentar do PSD, um diploma que regulamenta ou define as principais linhas de orientação para a atribuição de subsídios na área da Secretaria da Educação e Cultura.

Esperávamos todos nós, em primeiro lugar, certamente os deputados desta Casa, e posteriormente todas as instituições e todos os açorianos, que efectivamente depois da aprovação e publicação deste diploma terminasse a atribuição de subsídios da

forma como eram atribuídos e que passassem a ser concedidos de acordo com as normas definidas no diploma aprovado por esta Assembleia.

Infelizmente, Sr. Deputado, o que nós continuamos a ver no Jornal Oficial, é que depois da publicação continuam a ser atribuídos subsídios que não são concedidos ao abrigo daquele diploma. Inclusivamente, subsídios que são claramente da área da Secretaria da Educação e Cultura, que deviam ser atribuídos ao abrigo desse diploma e de acordo com as regras definidas, estão a ser atribuídos pela Presidência do Governo.

Queria aproveitar esta ocasião para denunciar claramente esta situação.

Alguns deles, até dá a sensação que se fossem pelas regras do diploma, até talvez não viessem a ser atribuídos e assim a Presidência do Governo atribui e concede-os sem ser ao abrigo desse diploma.

Portanto, queria aqui rectificar isso, porque a verdade tem que ser dita.

Anteriormente, Sr. Deputado Francisco Sousa, não havia legislação, mas agora há e os subsídios continuam a ser atribuídos da mesma maneira.

Que isto fique esclarecido e aconselho que o Sr. Deputado leia com mais atenção a II Série dos Jornais Oficiais, nomeadamente a parte da atribuição de subsídios.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta questão que está aqui a ser levantada é uma questão que eu reputo de grande importância, porque de alguma forma até pode pôr em causa a forma como funcionam as instituições.

Queria garantir aos Srs. Deputados que nas três áreas que já se encontra regulamentada a atribuição de subsídios — a área da juventude, em que há uma comissão que reúne mensalmente e tem feito com regularidade; a área dos subsídios às actividades culturais e também a área do desporto que já estava regulamentada — os subsídios têm sido rigorosamente atribuídos de acordo com a legislação em vigor.

Contudo, ainda há áreas que infelizmente não estão regulamentadas, que, em breve trecho, serão regulamentadas e são particularmente as áreas no âmbito da segurança social.

Nesta altura, está a ser preparada a regulamentação, ao abrigo de um decreto que esta Assembleia aprovou e que entrou em vigor acerca de um mês, no que respeita aos apoios às associações de deficientes e às actividades relacionadas com os mesmos.

Está na agenda deste plenário, um diploma que vai regulamentar, na área da segurança social, a atribuição de subsídios no que diz respeito às vertentes educativa, ou seja, jardins de infância, creches, e a OTL.

Fica a faltar ainda um conjunto de outras actividades — que são essas que o Sr. Deputado referiu há pouco em relação às Casas do Povo — mas nós já estamos a trabalhar numa proposta de decreto que submeteremos a esta Assembleia. Depois disso feito, ficará resolvido o problema dos subsídios.

Repare-se que nós iniciámos este processo acerca de um ano atrás, e em menos de ano e meio, nós já regulamentámos metade das áreas de atribuição de subsídios. A outra metade, a breve trecho, será regulamentada e creio que, posteriormente, ficaremos em condições de, com toda a transparência, avaliarmos aqui tudo o que é feito.

Gostaria de dizer que ainda há uma área que não está totalmente regulamentada — a esta distância não consegui ver a lista que o Sr. Deputado mostrava, mas provavelmente são questões da área da Segurança Social — apenas temos metade regulamentada e a outra parte encontra-se hoje aqui agendada.

Nós vamos continuar a regulamentar.

Portanto, aquilo que está regulamentado está a ser correctamente aplicado. Inclusivamente, nessas comissões participam pessoas, como a Associação de Municípios e outras entidades, que certamente se não estivessem a atribuir os subsídios de acordo com as regras, já tinham dito alguma coisa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acredito que a partir de agora, — de há 15 dias ou há 1 mês — isso esteja a ser cumprido. Eu não ponho isso em dúvida Sr. Secretário.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Desde que entrou em vigor a legislação.

O Orador: O que eu posso dizer, garantir e afirmar nesta Casa, é que, depois da aprovação e publicação do diploma, foram atribuídos apoios que deviam ser concedidos no âmbito do mesmo.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Não foi por mim!

O Orador: Não, não foi pelo Sr. Secretário. Foi pelo Sr. Presidente do Governo.

Eu já referi aqui que alguns deles deveriam ser atribuídos no âmbito desse diploma e foram concedidos pela Presidência do Governo. Aí é que está a fuga.

Aí está uma das questões que eu aqui quis denunciar e posso referir, como a título de exemplo, que foi publicado num jornal — eu não o tenho comigo agora, nem sei a data — para uma festa popular de São João que teria lugar no mês de Junho numa localidade, mas não das festas grandes das Sanjoaninhas, Vila Franca ou de Santa Cruz das Flores, que podiam esperar que o subsídio fosse atribuído posteriormente, e ele foi logo atribuído no mês de Março.

Isto para lhe dizer claramente que o diploma tem mérito, foi aprovado como eu disse aqui pelo Grupo Parlamentar do PSD que deu a sua colaboração para a melhoria desse diploma, mas têm havido algumas situações em que não foram concedidos os subsídios de acordo com o diploma.

Não estou a dizer que foi pelo Sr. Secretário, mas devia ter sido por si.

Esta era a única questão que eu queria aqui referir na sequência da afirmação do Sr. Deputado Francisco de Sousa que disse que já tinha terminado o tempo em que se davam subsídios apenas por ofício. Continuam ainda a ser, mas espero que, efectivamente tenham sido excepções e que a partir de agora a Presidência do Governo quando receber algum ofício mesmo que seja no âmbito da cultura, apesar de ter um assessor cultural, que o encaminhe para que ele seja analisado de acordo com a legislação aprovada por esta Assembleia.

Deputado Jorge Valadão (*PSD*): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostava de esclarecer aqui uma coisa.

Eu também leio o Jornal Oficial, faço parte, com muita honra, de um Governo que mantém elevado nível de comunicação entre os sectores e tenho conhecimento dos subsídios que são atribuídos para este ou para aquele sector.

Gostava de dizer que o Sr. Deputado naturalmente está a esquecer-se de um facto importante, ou seja, na Presidência do Governo existe um sector que é tutelado pela mesma e tem a ver com as comunidades, com o apoio à emigração e em muitos casos existem festas, existem actividades que estão relacionadas com isso.

Deputado Eugénio Leal (*PSD*): Não tem nada a ver com isso.

O Orador: Se o Sr. Deputado lesse com atenção os considerandos, percebia que afinal o que o Sr. Deputado está a dizer não faz qualquer sentido.

Eu julgo que o Sr. Deputado tem que ler com mais atenção a II Série.

Muito obrigado.

Deputado Eugénio Leal (*PSD*): Eu vou-lhe entregar o papel com o nome da localidade!

Deputado José Maria Bairos (*PSD*): O Sr. quer vir ensinar o "Pai nosso" ao vigário?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de intervir neste debate para esclarecer o seguinte:

Eu leio com atenção o Jornal Oficial e tenho visto na concessão de muitos subsídios — não está averiguado, porque o jornal não transparece, o que vemos são portarias — a forma como foram pedidos e a forma como foram atribuídos.

É evidente que os subsídios a que se referem os documentos que nós aqui aprovámos há meses atrás, não podem — nem sequer neste momento, julgo eu, não há nenhuma portaria publicada no Jornal Oficial ao abrigo desse diploma, pelo que tem estado em regulamentação e isso eu não estranho — estar ainda abrangidos.

Porém, o que é verdade é que os Governos anteriores também publicavam as suas portarias, Sr. Deputado Francisco Sousa, também concediam subsídios e digo-lhe mais Sr. Deputado, alguns a pedido dos Srs. Deputados, porque no cumprimento da sua função iam junto dos membros do Governo para eles os concederem. Não é pecado nenhum conceder subsídios.

Todos eles estão — como têm que estar ao abrigo do regulamento onde está estabelecido — publicados.

Deputado Francisco Sousa (PS): Estão publicados na Conta da Região enviada para o Tribunal de Contas!

O Orador: Não é isso. O Sr. Deputado está a fazer confusão.

Uma coisa é uma listagem que é enviada com a Conta da Região para o Tribunal de Contas e outra coisa é a sua publicação e o Sr. Deputado sabe que é assim.

Os Srs. Deputados que estão aqui nesta bancada, quando estavam do outro lado, também questionavam o Governo sobre os subsídios que vinham publicados, ou seja, como é que se dava a este e não se dava àquele.

Não vale a pena a gente estarmos aqui com grandes matemáticas, a ver quem é que fica melhor na fotografia, porque na questão dos subsídios os Governos anteriores já concederam, os Srs. também vão dar muitos, pelo que vemos, e fartos.

Há ali uma lista do Instituto de Acção Social que é uma boniteza...

(Risos da bancada do PSD)

... portanto não vale a pena irmos tão longe.

As coisas são como elas são.

Há subsídios, houve subsídios, estão publicados e é uma obrigação do Governo subsidiar as Instituições que a eles têm direito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vale a pena de facto discutir esse problema.

Eu, durante anos, bati-me sempre nesta Casa para que a legislação que saiu há tempos aparecesse aqui. Sobretudo, pelos subsídios atribuídos aos grupos sócio-culturais onde se cometeram gravíssimas injustiças, que pisaram as pessoas que trabalhavam, lutavam, esforçavam-se, ensaiavam e depois quando era para dar um passeio ou outra coisa qualquer iam aqueles que não faziam um "chavo" por aquilo!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: É verdade, eu provo-lhe em qualquer ocasião.

Eu senti isso na minha carne! É verdade.

O que está em causa é o facto fundamental do Governo ter enviado a cada uma das organizações sócio-culturais um pedido para apresentarem um programa.

Faz-se um levantamento, sabe-se quem é que trabalha, quem é que actua, quem é que se comporta bem e depois, sim, atribui-se o subsídio na medida da responsabilidade e da capacidade de actuação e não dar à "socapa" e às escondidas para beneficiar o amigo ou o afilhado.

É isso que está em causa e é por isso que esta medida, embora possa ter imperfeições, é fundamental para implementar a justiça nos meios sócio-culturais e para se premiar quem é capaz de trabalhar e apresentar trabalho feito a outras pessoas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Serpa:

Ouvi com atenção a sua intervenção sobre a questão que estamos a debater e realmente tenho que confessar que estou plenamente de acordo consigo, mas também tenho que dizer que face a esta lista que eu aqui apresentei, muita gente se sente ultrajada com a discriminação que foi feita pelo anterior homem responsável pela Segurança Social.

Era apenas para que ficasse registado. Isto confirma exactamente aquilo que o Sr. Deputado disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Serpa:

A sua intervenção julgo que vem atrasada alguns meses. A sua intervenção estava correctíssima se fosse feita na altura da discussão do diploma.

Ninguém está a pôr em causa que o diploma tenha mérito e eu próprio já disse isso aqui.

Nós votámos por unanimidade e demos a nossa colaboração na melhoria, mas não é isso que está em causa.

Não vale a pena o Sr. Deputado fazer a sua intervenção dessa forma, pensando que o que se estava aqui a discutir era o diploma. Não é o diploma!

O diploma foi aprovado por esta bancada, com a participação e colaboração activa da mesma.

A única questão, a questão que aqui se levantou, é que apesar do diploma ter sido aprovado, continuam a ser dados subsídios, **nomeadamente pela Presidência do Governo**, que deviam estar inseridos no âmbito daquele diploma e não o foram. É essa a questão.

A questão que eu aqui quis levantar foi essa.

Se a partir de agora o Sr. Presidente do Governo — eles são concedidos por ele, é assinado pelo Presidente do Governo e não tem nada a ver com as comunidades, são questões claramente diferentes — deixar de atribuir esses subsídios e todos os subsídios que chegarem lá forem canalizados para a Secretaria da Educação, ou seja, concedidos no âmbito do diploma, ficamos encantados, pois é essa a nossa função. Aprovámos o diploma foi para isso.

Porém, não vale a pena estarmos aqui a dizer que aprovámos um diploma, que a partir de agora vai ser feita justiça e continuamos a ver nos jornais oficiais portarias a conceder apoios para realizações de eventos ou para instituições, que deveriam ser homologados no âmbito de um diploma e não foram.

Foi essa a questão que eu aqui levantei e julgo que está devidamente esclarecida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para lembrar que o mais grave ou mais complicado, é que numa área — e ainda bem que o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais fez justiça

dizendo que havia regulamentação que já vinha detrás, como é o caso do desporto — onde sempre se soube, sabe-se e continuamos a saber que os apoios só podem ser concedidos nomeadamente por contratos programados, ou seja, "preto no branco", a Presidência do Governo concedeu subsídios nessa área do desporto.

Eu trouxe a esta Câmara os justificativos da Presidência do Governo, ou seja, — até mesmo li — "por me ter sido pedido, pelo elevado número de treinos..." que estavam a decorrer naquele momento com a equipa em questão. Aqui não estava em causa a equipa precisar ou não, porque se calhar até precisava de mais.

Em causa estava a Presidência do Governo não o poder fazer. Isso já vinha do passado e antes nunca foi feito pela Presidência do Governo, porque isso só pode ser feito de acordo com o que está legislado há muito tempo através de contratos-programa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os grupos sócio-culturais, Sr. Deputado Eugénio Leal, receberam impressos. Tudo bem. Enviaram-nos ao Governo.

Dê um exemplo de alguém, porque alguns não o fizeram, que apresentou um curriculum em grupo, que apresentou as suas actividades, o seu programa e não tenha sido contemplado pelo Governo?

Vozes da bancada do PSD: Mas não é isso que está em causa.

O Orador: É claro que é.

Até aqui não foi possível fazer isso Sr. Deputado.

Deputado José Maria Bairos (PSD): O Sr. ainda não percebeu que o que está em causa é o não cumprimento da legislação!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para fazer aqui um reparo.

Parece que esta discussão permite supor que foi este Governo que legislou pela primeira vez nesta Casa critérios de atribuição de subsídios.

Nada mais erróneo.

Aliás, isto já foi esclarecido pelo Sr. Secretário no âmbito da sua tutela, na área do desporto e também já foi explicado aqui pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Relembro que também foi feita nesta Casa — e este Governo regula-se ainda por esse diploma — a regulamentação, a previsão e os critérios definidos na atribuição de subsídios aos órgãos de comunicação social.

Portanto não há aqui qualquer património especial de exclusividade deste Governo na regulamentação e definição de critérios definidos por lei desta Assembleia Legislativa Regional sobre critérios de atribuição de subsídios.

O que está em causa aqui, e isso foi levantado pelo Deputado Eugénio Leal, não é o que o Sr. Deputado Manuel Serpa pretende.

O que está em causa é que apesar de existir esta lei, criada e apresentada sobre proposta do Governo, parece que se foge à sua aplicação. Isto é que é mais complicado.

Não queiram, todavia, porque não é honesto, politicamente, arcar para si todo o património relativamente à regulamentação e à definição por via legislativa dos critérios de atribuição de subsídios. Não é verdade.

Hoje, este Governo atribui subsídios também na área da comunicação social com base num diploma apresentado por proposta de Governos do PSD.

Este é só um exemplo entre muitos outros.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar às nossas inscrições.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado Mark Marques (PSD): Já traz a lista nova!

Deputado António Gomes (PS): Já vais ouvir!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez, desta tribuna, quero manifestar a minha preocupação quanto à forma descaracterizante que se continua a introduzir num dos mais belos recantos dos Açores, que são as Fajãs da Ilha que me serviu de berço e onde gostosamente me estabeleci.

Infelizmente este atentado ao "ex-libris" de São Jorge faz-se com a conivência de quem, à luz da lei vigente, por si só, aprova a introdução de estilos de "fraco gosto" que, misturados com o modesto mas bonito património arquitectónico das Fajãs, acaba por desvalorizar todo o parque habitacional e do mesmo modo toda a beleza destes lugares.

Refiro-me nestes termos, porque quando se criam agressões ao nível do impacto ambiental, estraga-se toda a beleza do meio e o Homem que é um bom apreciador de tudo o que é perfeito, desinteressa-se pelo objecto em si, neste caso, a Fajã, o que produz, conseqüentemente, também efeitos nefastos para os proprietários destas localidades que assim vêm baixar o seu valor patrimonial. Julgo mesmo que poderá ser, contrariamente ao que se pensa, uma forma de desertificar e criar maior degradação nas Fajãs de São Jorge.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ultimamente, muito se tem falado do Turismo como sendo um dos principais filões a explorar nesta Região e sem esquecer a implementação de medidas que o possam promover, que vão desde a criação de infraestruturas hoteleiras aos transportes, passando pela atracção turística.

Não só sabemos que este sector tem para nós uma importância redobrada, consequência na nossa escassa oferta de emprego, como também nos apercebemos que a nossa aposta assenta numa política de turismo com incidência, sobretudo, nos valores ambientais, culturais e paisagísticos.

Devido à nossa dispersão geográfica este tema "TURISMO" é um dos assuntos mais explorados, pelas Edilidades Concelhias da nossa Região.

As Câmaras de São Jorge não são excepção à regra, o que é legítimo por razões sobejamente conhecidas e eu próprio concordo com este seu estatuto (basta referir as suas belezas naturais e a sua situação no nosso arquipélago, nomeadamente ao facto de, em conjunto com o Pico e Faial, constituir o destino turístico mais interessante dos Açores, que "por razões que a razão desconhece", no passado recente foi pouco divulgado).

Mas é imperdoável, um enorme contra-senso e uma grande irresponsabilidade que as Câmaras Municipais de São Jorge, estejam a contribuir para a destruição da nossa beleza paisagística.

Julgo que chegou a hora de se pôr travão a um sem número de aberrações aprovadas por quem tem poder de decisão na matéria. Para além da legislação que o Governo está a elaborar para submeter a apreciação desta Assembleia, com vista a salvaguardar e valorizar o património arquitectónico das Fajãs de São Jorge, é importante que os seus proprietários se constituam em Associação para a sua defesa. Far-se-á justiça àqueles autarcas que tanto gostam de placas identificativas, colocando, junto a cada novo mamarracho, uma inscrição dizendo que esta obra foi autorizada pelo Sr. Presidente "fulano tal".

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estou a falar de um assunto muito sério. Todos sabem que para além da hospitalidade do seu povo, uma das principais atracções turísticas de São Jorge, são os seus trilhos ancestrais e de beleza ímpar, quase todos sobranceiros às lindas Fajãs desta Ilha.

Dever-se-á ter em atenção que a intervenção do homem, como elemento isolado, nestes lugares, terá que ser equilibrada para não descaracterizar a nossa paisagem e a nossa identidade cultural. Ninguém tem o direito de estragar o que é de todos!

Quem aprova obras, respectivas implantações e materiais de construção civil de mau gosto, dissonantes com a arquitectura e volumetria das habitações típicas da nossas Fajãs, sabe que não está a contribuir para o futuro turístico da sua Ilha. Todavia, fico na dúvida se tal objectivo, não será mais do que uma medida populista que em alguns casos há quem comente o eventual reforço da oferta de sacos de cimento atribuídos sob a égide dos mais necessitados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo Regional na sua recente visita estatutária a São Jorge, anunciou, para breve, a feitura de uma proposta de Decreto Legislativo Regional sobre esta matéria, o que será um passo importante nunca antes dado pelos anteriores Governos.

Tendo em vista que, na sequência da acima referida visita alguém quis atirar um punhado de areia para os olhos dos Jorgenses, fazendo crer que este Governo não

tinha vontade de resolver os problemas mais prementes dos jorgenses, ao abrigo do Estatuto de Deputado, sinto-me no dever de prestar informações claras de alguns dos mais importantes investimentos ultimamente realizados em São Jorge, pelo que peço-vos a paciência de ouvirem um pouco do seu historial:

- **Illuminação do Porto das Velas:** Obra prometida pelos Governos do PSD, a partir do ano de 1993, que saltitando de Plano em Plano foi finalmente concluída no primeiro ano de mandato deste Governo.

- **Gare para passageiros do Porto das Velas:** Estamos perante um caso que se arrastou 16 anos nos Planos de anteriores Governos, pois foi em 1989, que surgiu esta intenção. Foi este Governo que iniciou esta obra que se encontra em fase de conclusão.

- **Porto do Norte Grande:** Não obstante o facto dos anteriores Governos do PSD terem incluído a reparação da rampa de varagem, a construção do edifício da lota e outras obras de beneficiação, nesta estrutura, em vários planos a partir do ano de 1989, certo é que a negligência do passado permitiu o desaparecimento da rampa acima referida, mas graças a este Governo já se realizaram importantes obras de consolidação no porto.

- **Criação da Escola Integrada do Topo:** Vislumbrando-se a pior solução de um Governo do PSD para os alunos deste nível de ensino e da referida zona, felizmente, o actual Executivo Regional, em menos de um ano de Governação, criou este estabelecimento de ensino que também passou pela execução de obras de construção civil.

- **Pavimentação Betuminosa da Rua Miguel Bombarda, na Vila das Velas:** desde 1992 que esta via apresentava um mau piso resultado das obras do Porto das Velas. Felizmente, este Governo não se divorciou das suas responsabilidades e presentemente estão quase concluídas as obras de reabilitação.

- **Construção da Casa do Povo da Ribeira Seca:** Muitos anos de promessas mas só executada recentemente (mais de 15 anos).

- **Electrificação da Fajã dos Vimes:** Mais um investimento mil vezes prometido pelo PSD (pela primeira vez num jantar oferecido ao Governo, neste local, no ano

de 1981) que só foi realizado passados 16 anos e por conseguinte na vigência deste Governo.

- **Casa de aprestos para os pescadores:** Há mais de dez anos que esta promessa tinha sido feita para o porto das Velas e da Calheta. Na segunda Vila, atrás referida, estão praticamente concluídas e quanto às da outra serão para breve.

- **Escolas do 1º Ciclo do ensino Básico:** Foi no ano de 1990 (já lá vão quase oito anos) que, pela primeira vez foram, nesta Câmara, aprovadas verbas para a reparação das escolas do primeiro ciclo do ensino básico e também para a ampliação da das Velas. Certo é que as reparações destes estabelecimentos, bem como a atrás referida ampliação, estão em curso e foram encetadas na vigência deste Governo.

- **Pavimentação betuminosa da estrada Regional nº1-2ª, entre Velas/Nortes e ramal para a Vila da Calheta:** Esta obra está em bom ritmo, mas para quem tanto crítica devo dizer que foi submetida a apoios comunitários, no ano de 1989, através de um programa (PNIC-AÇORES) que caducou em 1992. Mais ainda, neste mesmo ano, por ser de eleições, a ousadia de alguém foi de tal ordem que em publicações laranja diziam que esta obra estava concluída.

Ainda para este investimento importa referir que o Governo contraiu empréstimos, junto do Banco Europeu de Investimento, conforme se pode constatar nos mapas anexos às Resoluções do Governo nºs. 106/90 e 106/91. Tanta desgraça junta que nunca foi comentada por quem hoje critica!

Mas para não relembrar mais tristezas do passado termino, com a convicção de que este Governo vai saber honrar os seus compromissos e de que muito em breve também teremos meios para a preservação das nossas Fajãs.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esperava que o Sr. Deputado António Gomes trouxesse algumas explicações doutra dimensão depois da visita do Governo do Partido Socialista à Ilha de São Jorge e não nos viesse falar da iluminação do porto, que era uma obra que já estava adjudicada e a empresa era a mesma, simplesmente executou.

Quanto à gare do porto das Velas o projecto já estava feito e no que diz respeito ao porto do Norte Grande o temporal é que abriu o buraco e não foi o PSD que o fez.

No que se refere à Escola Integrada do Topo, eu quero congratular-me com isso, embora o Sr. Secretário na altura apareceu com "três pedras na mão" dizendo que a escola era para fechar. A situação não se vinha arrastando do PSD. Era uma situação que se punha de momento e houve que decidir.

O Governo iniciou mal, mas acabou bem e por isso congratulámo-nos com isso na altura. Isto é que é fazer oposição.

Em relação à Avenida Miguel Bombarda, esta foi uma das grandes bandeiras que o Sr. Secretário José Contente, na sua primeira visita à Ilha de São Jorge, fez declarações de honra, pompa e circunstância e aconselho ao Sr. Deputado que quando regressar a São Jorge passe na Velas, porque os passeios já devem estar prontos, mas o que é avenida ainda falta um bocadinho.

Deputado António Gomes (PS): Vai chegar!

O Orador: Vai chegar a tempo, a questão não é essa.

O Sr. Deputado devia fazer o seu "trabalho de casa" antes de vir para aqui.

Quanto à Casa do Povo da Ribeira Seca, o meu colega Deputado, quando era secretário, é que autorizou e a construção da Casa do Povo iniciou-se naquela altura.

O Secretário seguinte, o Dr. Bento Barcelos, ainda contribuiu e o Secretária actual terminou, mas essas coisas são assim mesmo. O PS agora é Governo, portanto corta as fitas, mas não iniciou as obras.

O que eu esperava era que o Sr. indicasse qual a situação do porto da Calheta, para que os órgãos de comunicação social aqui presentes pudessem divulgar que o Deputado do Partido Socialista na Assembleia Regional tinha feito o ponto da situação; qual a razão que o Governo teimosamente não faz uma escola nova nas Velas e quer continuar a fazer um "remendo"; qual a razão que o porto de recreio das Velas que era uma obra prioritária, e o Sr. tanto falou no turismo e nas fajãs e depois

diz que é uma prioridade, mas que será para o ano 2000 — eu aconselhava-o a ver primeiro qual o significado da palavra prioridade no dicionário.

Depois fala em ambiente.

Sr. Deputado, eu não sou a pessoa mais indicada para falar de ambiente na minha bancada. Há gente mais entendida na matéria, mas posso dizer que já há mais de um ano que o comunicado do conselho de Governo dizia que iam desassorear o Passo e fazer a limpeza da ora marítima das margens da Lagoa. Nada fizeram.

Vem o Sr. Deputado para aqui "bater" — passo a expressão — nas Câmaras Municipais por questões de licenciamento de habitação, porque, como é óbvio, essas câmaras não são do PS.

Sr. Deputado:

Eu esperava, e penso que os jorgenses também esperavam, que este Governo e o Sr. que deve ter alguma articulação com ele — se não tem, pelos menos devia ter — nos dessem respostas sobre estas questões que têm uma grande dimensão.

Já agora, e uma vez que o Sr. gosta muito de fazer o jogo dos números, em relação ao Matadouro das Velas, foram anulados 299 mil contos, um investimento que ia ser feito na Ilha de São Jorge. Essa verba podia ter sido investida noutra obra qualquer, como por exemplo o porto de recreio, ou outro, e o Sr. ficou impávido e sereno e não nos dá explicação sobre isso. Isso aí é que é grave Sr. Deputado.

Vir para aqui anunciar obras de junta de freguesia — e com todo o respeito que eu tenho por elas —, francamente, julgo que fica muito mal para esta Casa e para nós jorgenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

Em relação às Fajãs eu concordo com o que o Sr. Deputado disse, porque realmente fez-se algumas obras naquele sítio que não deviam ser de modo algum autorizadas.

Este é um facto que nos preocupa e as Câmaras também têm alguma culpa nesse processo.

Congratulo-me muito que, o mais breve possível, haja legislação no sentido de corrigir isso, mas julgo que só essa legislação não chega a não ser que seja uma grande legislação e muito específica, nomeadamente para cada Fajã.

Em relação a outros problemas que o Sr. Deputado aqui focou, vamos ver as coisas como elas são.

Quando nos cobrimos com um cobertor muito pequeno, quando puxamos para cobrir a cabeça os pés ficam de fora e isso é o que V. Exa. faz.

Eu fiquei muito admirado do Sr. Deputado não ter dito aqui que a Igreja das Manadas tinha sido construído pelo actual Governo. Julgo que foi só a única coisa que V. Exa. não disse.

(Risos da bancada do PS)

Talvez porque ela é monumento nacional desde 1952, porque senão V. Exa. tinha dito que o actual Governo é que a tinha construído.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não seja por isso, também se pode fazer!

O Orador: De resto, o que é que este Governo construiu, Sr. Deputado?

Quais são as obras terminadas por este Governo que não foram iniciadas pelos Governos passados?!

Apenas a Escola do Topo, que realmente foi feita por este Governo e nós tirámos o chapéu aqui. De resto, até os projectos da gare marítima das Velas já estavam feitos Sr. Deputado.

Quanto à Avenida Miguel Bombarda, vamos a ver se nos entendemos. Como é que se ia repavimentar a Avenida Miguel Bombarda, sem se acabar de fazer o auditório que mexeu com toda a zona envolvente especialmente numa das cabeceiras dessa avenida?!

Não é acto nenhum histórico ou heróico o Sr. Secretário Regional atribuir 15 mil contos à Avenida Miguel Bombarda, Sr. Deputado. Aliás, qualquer Casa do Povo da Terceira tem mais do que isso e nós ainda agora vimos isso aqui.

(Risos da bancada do PSD)

O Sr. congratula-se, pensa que é uma "lança em África" pavimentar uma rua que tem 50 metros de comprimento.

V. Exa. vem aqui apresentar um rol de feitos heróicos em São Jorge construídos por este Governo.

Sr. Deputado:

Compre um cobertor mais comprido de forma a que lhe agasalhe os pés e a cabeça ou então faça como eu que também sou pequenino, quando tenho pouca roupa, ponho-me num nózinho e consigo cobrir-me todo, mas não venho cá para fora puxar uma ponta para me aparecer a outra.

(Risos da Câmara)

V. Exa. tinha por obrigação, aos anos que anda nesta Casa e da mesma forma que é crítico em determinadas situações, não pretender fazer estatísticas com números abstractos Sr. Deputado.

As estatísticas são feitas com números reais.

Presidente: Sr. Deputado, a manta do seu tempo acabou.

(Risos da Câmara)

O Orador: Acabou? Então não posso falar mais um bocadinho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Até porque a hora regimental está quase a acabar, eu não vou entrar pela mesma via que entrou o Sr. Deputado João Cunha da Graciosa. No entanto, devo esclarecer algumas questões que são referidas na minha intervenção e que os Srs. Deputados Mark Marques e Manuel Brasil quiseram interpelar-me sobre as mesmas.

Tudo o que disse na minha intervenção vem, de certo modo, na sequência de uma cartinha que eu tenho aqui na minha frente ...

Deputado Mark Marques (PSD): Ah, recebeu a minha cartinha?! Ainda bem!

Então aprendeu alguma coisa!

O Orador: Não! Sinceramente isto não dá para aprender, nem como peça literária, nem como substância.

Mas para não entrarmos por essa via, vamos voltar ao nosso assunto.

Em relação ao porto da Calheta, o Sr. Deputado provavelmente sabe que, no que diz respeito ao projecto, foi feito um estudo prévio e foi dito pelo Sr. Secretário em São Jorge, numa reunião em que o Sr. esteve presente, que a fase seguinte seria ensaios laboratoriais, os quais já estão a decorrer. Fico por aqui em relação a esta matéria.

Quanto à escola das Velas, o Sr. Deputado vem evidenciar, e é legítimo, um total desconhecimento ao nível da construção civil.

Este Governo pediu a um engenheiro civil que foi presidente da Câmara da Angra do Heroísmo — pessoa que eu tenho muita estima, inclusivamente já trabalhei com ele e é um engenheiro muito competente — para ele fazer o levantamento do estado daquela escola.

Esse engenheiro que tem conhecimento acerca desta matéria, e muitos mais que o Sr. Deputado Mark Marques, porque não tem formação académica a esse nível ...

Deputado Mark Marques (PSD): O Sérgio Ávila não fala assim!

O Orador: ... aponta para que efectivamente se recupere aquilo que é possível recuperar, como aliás já foi dito aqui na resposta a um requerimento do Sr. Secretário a V. Exa.

Portanto, consoante a informação desse técnico, o que há fazer é uma recuperação, e há muito para recuperar. Há que demolir e ampliar nas vertentes necessárias.

É assim que se gere com seriedade o dinheiro que é de todos nós e não é dizer que se quer uma escola nova, como um rapaz pequeno diz que quer um brinquedo.

Isto não pode ser assim, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Brasil:

Eu não vim para aqui dar "pancadaria" nas Câmaras".

Eu levantei uma questão muito séria e o Sr. Deputado sabe muito bem qual a fragilidade da nossa Região. O turismo, como sabe, é um sector que tem que ser cuidado.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo terminou.

O Orador: O que nós temos para oferecer aos turistas é aquilo que eu faço referência na minha intervenção.

Eu não tenho mais tempo, por isso não posso responder a mais perguntas.

Deputado João Cunha (PSD): Tem mais 3 minutos daqui a pouco!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação às Fajãs nós já dissemos tudo e eu concordo consigo.

No entanto, não concordo com algumas afirmações que V. Exa. faz, como por exemplo, congratula-se com o porto da Fajã do Ouvidor.

Sr. Deputado, o que foi feito naquele porto, em boa memória, foi colocar lá uma empresa e deslocaram um engenheiro, não sei quantas vezes a São Jorge. Qualquer cantoneiro tinha feito aquilo com dois sacos de cimento, uma carrada de brita e um carrinho de mão.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Foi isso que foi lá feito.

O que fizeram na Fajã do Ouvidor foi gozar com os pescadores e com os indivíduos do lado norte da Ilha de São Jorge que precisam utilizar aquele porto.

O porto está assoreado. Com o Parque do Vereador ficaram lá as pedrinhas à sua livre vontade para, quando a maré estiver vazia e os barcos chegarem lá, ver-se a força da fibra dos barcos ou da madeira. Não está lá para fazer mais nada ou então para criar algumas lapas para algum rapazinho se entreter de vez enquanto com um mergulho no Verão.

De resto, aquilo não é nada, Sr. Deputado.

O Porto da Fajã do Ouvidor estava mau e com aquele conserto que lhe deram ainda ficou pior. Apenas taparam um buraquinho que o mar abriu e há um outro buraco ao lado que nem deram com ele. Se calhar fizeram como o outro, viram de cima para baixo, para não descer e molhar os pés.

Portanto, isso não serve de exemplo para ninguém como outras coisas que o Sr. Deputado aí muito se orgulha.

O Sr. também se orgulha dos 137 contos e 800 escudos que foram dados à Misericórdia da Calheta.

Deputado João Cunha (PSD): Misericórdia!

O Orador: Essa instituição precisava muito mais do que isso e V. Exa. sempre defendeu isso com muito rigor.

Para uma Misericórdia que tem apoio ao domicílio, esta verba não sei para que é que serve. Provavelmente para o papel higiénico da instituição que talvez gaste alguma coisa, mas não para defender as obras que V. Exa. sempre defendeu e as quais eu também estou de acordo.

Mas há mais, Sr. Deputado.

Na última visita do Governo à Ilha de São Jorge, apenas cumpriram calendário e só numa parte da ilha.

Como a Ilha é cumprida e o Governo não está habituado a andar muito de carro, nem sequer foi à outra ponta. Apenas cumpriram calendário e mais nada, mas não vamos falar nisso.

Presidente: Nós estamos a atingir a hora regimental e eu ainda tenho aqui duas inscrições. Se não houver oposição, prolongaríamos mais alguns minutos para encerrarmos este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Nós estamos todos de acordo no que se refere à descaracterização das Fajã, mas o Sr. sabe que já foram tomadas medidas para acautelar essa situação.

O que me causa algum espanto, é que os problemas principais que neste momento existem nas Fajãs, não foram trazidos aqui desta vez.

O Sr. sabe muito bem que no que diz respeito à protecção da orla marítima e principalmente em relação à Fajã de São João, a estrada está muito perigosa, porque o muro de acesso vai cair neste Inverno e isso é indiscutível. Toda a gente diz isso. Não vemos essa situação resolvida e isso tem que ser feito no mês de Julho.

Relativamente à protecção de outros sítios, como a Caldeira de Santo Cristo, a Fajã dos Vimes e até mesmo a Fajã Grande, os muros de suporte que ficam na Baía da Calheta e no Topo já estão a cair e o mar está a degradar cada vez mais.

Neste momento, este assunto é muito mais importante e devia ser prioritário.

O Sr. Deputado trouxe aqui o assunto da descaracterização das Fajãs, mas julgo que está a ser resolvido, até porque foi pedido há cerca de um ano a classificação das mesmas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Chamo a atenção para o facto de que o PSD só dispõe de 1 minuto.

Deputado Mark Marques (PSD): É o suficiente Sr. Presidente e também para afirmar que afinal à oposição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário.

Eu não vou usar a figura de defesa da honra, porque chamar de "rapaz pequeno que quer uma escola" nem vale a pena ligar a isso.

Eu fiz um requerimento sobre a questão da escola. Sei que houve um técnico que fez o levantamento e eu também conheço-o pessoalmente, mas a questão aqui não se prende com o técnico.

Eu coloquei uma pergunta nesse requerimento, ou seja, quanto é que custava reparar essa escola e quanto é que custava construir uma escola nova? Tão simples como isto.

Recebi a resposta, mas não vinham estes números.

Eu como leigo, como não sou técnico, não fiz o levantamento, nem me compete fazê-lo.

Eu gostava de saber quanto é que custava reparar a escola e quanto é que custava construir uma nova. Uma resposta tão simples quanto isso.

Às vezes por 15, 20, 30 ou 50 contos talvez vale a pena construir uma nova.

Ouvimos ontem o Deputado Manuel Serpa falar de um pavilhão que custava 7 mil contos...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): O piso!

O Orador: O piso. Obrigado, Sr. Deputado.

... e depois custou 27 mil e os Srs. acharam muito bem. Se fosse há algum tempo atrás tinha caído um "bocado de céu velho", o "Carmo e a Trindade".

Eu julgo que nós tínhamos o direito de saber quanto é que custava uma coisa e outra. Não é uma questão de pedirmos uma escola nova.

No meu entender e pelas informações que eu tenho, penso que devia ser uma escola nova, mas como não dão resposta às perguntas que eu faço, Sr. Deputado, o diálogo e a transparência não vem desse lado para aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu vou ser muito breve, até porque suponho que o Sr. Secretário da Educação também pretende usar da palavra.

Vou dar três respostas uma a cada um dos Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Manuel Brasil falou no problema da Fajã do Ouvidor, que tinha sido uma obra simples que se resolvia com meia dúzia de sacos de cimento.

Tendo o Sr. Deputado apoiado um Governo que prometeu reparar a rampa de varagem desse mesmo porto, lamento que efectivamente esse Governo não tenha feito essa reparação e que hoje, simplesmente, não exista nesse porto a respectiva rampa de varagem. Aí é que era com meia dúzia de sacos de cimento e com poucos metros cúbicos de brita.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Aires Reis, o Sr. provavelmente está esquecido ou então não leu o comunicado do Governo, porque está lá referido a reparação do muro da Fajã de São João.

Portanto, se o Governo não o reparar durante este Verão, eu estou de acordo consigo, porque é uma situação que tem que ser acudida o quanto antes e espero que o Governo o repare este Verão, porque se não o fizer o mar vai destruir aquilo e os custos para repor essa destruição serão elevadíssimos em relação ao baixo investimento que é preciso realizar para reforçar o muro antes que ele caia.

O Sr. Deputado Mark Marques fez uma pergunta que eu já não me recordo. Contudo, na minha intervenção, citei simplesmente 10 obras que são da

responsabilidade, em termos de execução, deste Governo e que foram prometidas algumas delas há 16 anos por governos do PSD. Foi simplesmente isso que eu fiz.

Mas mais Sr. Deputado:

Com a sua preocupação fiscalizadora em relação a este Governo, qual a razão que no passado recente não fiscalizou o Governo que o Sr. apoiou quando candidatou uma obra, um programa comunitário que caducou em 1992, pedindo autorização a esta Assembleia para contrair um empréstimo para a mesma e contraíu o empréstimo mas não investiu o dinheiro nessa obra.

Onde é que o Sr. estava quando tudo isso aconteceu?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Alguns esclarecimentos em relação à questão aqui solicitada sobre a Escola das Velas e os custos de ampliação.

Esses custos ainda não estão totalmente terminados, porque foi feito um levantamento da situação da escola, está a ser feito um trabalho de projecto e nesta altura é prematuro falar-se em custos.

Uma indicação preliminar diz-nos que é bastante mais barato fazer-se a reparação e a ampliação do que substituir a escola.

De qualquer forma, conto ainda no decurso deste ano ter o projecto feito e nessa altura, os dois custos estarão calculados e a decisão será tomada com base nesse indicador.

Portanto, os custos ainda não foram apresentados, porque ainda não são conhecidos. Quando estiverem calculados o Sr. Deputado terá conhecimento deles.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar por encerrados os nossos trabalhos de hoje e vamos regressar amanhã com a mesma ordem de trabalho, visto que não chegámos a entrar no período da ordem do dia, mas com uma ordem diferente.

Antes de anunciar a ordem, gostaria de fazer uma pequena reunião com os líderes dos grupos parlamentares, porque parecia-me que houvesse consenso nessa matéria, mas parece que não há.

Agradecia que chegassem junto da Mesa.

(Pausa)

Srs. Deputados, o recomeço dos nossos trabalhos será às 15.00 horas.

Haverá uma alteração no período de Antes da Ordem do Dia que será limitado apenas a 1.30 horas, e depois passar-se-á à ordem de trabalhos.

Com esse entendimento damos por encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite e até amanhã.

(Eram 20.20 horas)

(Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Manuel da **Silva Melo**

José **Élio Valadão** Ventura

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Partido Social Democrata (PSD)

Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**

Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**

Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Nuno Alberto Barata **Almeida e Sousa**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

(PRONÚNCIA POR INICIATIVA PRÓPRIA, PERANTE A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, SOBRE AS PROPOSTAS DE LEI DE FINANÇAS LOCAIS)

— Considerando que as autarquias da Região Autónoma dos Açores, além dos problemas comuns a outras autarquias portuguesas — a pequena dimensão, a escassa população e as dificuldades orográficas — são, especialmente, penalizadas por serem autarquias de ilhas dispersas onde, reconhecidamente, se sente a dupla insularidade;

— Considerando que a actual Lei de Finanças Locais, ainda em vigor, apesar de não ser perfeita, neste aspecto já incluía mecanismos de correcção dessas especiais características;

— Considerando que é fundamental para o equilíbrio financeiro dos municípios açorianos, que estes recebam idêntico tratamento ao já consignado para a Região Autónoma pelo Estado e pelas Instituições Europeias;

— Considerando, por fim, que na elaboração da nova Lei de Finanças Locais devem ser tidas em consideração as razões que levaram à consagração, no Tratado da União Europeia, do Estatuto de Ultraperiféricidade dos Açores.

Assim, no uso das competências previstas na alínea s) do número 1, do artigo 32.º, do Estatuto Político-Administrativo da Região, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pronuncia-se, por iniciativa própria, no sentido de que a nova Lei de Finanças Locais deve manter, no mínimo, a percentagem que, actualmente, se aplica ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), nas transferências a realizar de futuro para as autarquias dos Açores.

Os Deputados, *António Meneses, Humberto Melo, José Manuel Bolieiro, Eugénio Leal, Joaquim Ponte e Aurélio da Fonseca.*

A Redactora de 2.º Classe: *Maria da Conceição Fraga Branco*